UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

Mariana da Silva Corrêa

CONSTRUINDO A CIDADE
A participação dos imigrantes italianos na formação do espaço urbano de Juiz de
Fora (1895-1939)

São Paulo
2016

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

CONSTRUINDO A CIDADE
A participação dos imigrantes italianos na formação do espaço urbano de Juiz de
Fora (1895-1939)

Mariana da Silva Corrêa

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestra em História.

Orientador: Prof. Dr. Dario Horacio Gutierrez
Gallardo

São Paulo
2016

Resumo

A cidade de Juiz de Fora, no período que corresponde aos anos de 1895 a 1939 passava por inúmeras transformações no seu espaço urbano, devido ao crescimento populacional e ao movimento de crescimento de sua economia. A elite local, originalmente agrária, buscava se inserir no novo cenário urbano-industrial e exercer poder e controle. Nesse sentido, as edificações que abrigavam as residências e os negócios dessa elite eram uma forma de demonstrar esse poder. Por outro lado, o crescimento populacional gerava uma crescente demanda por moradia e serviços. Nesse cenário, os imigrantes italianos, conhecedores de técnicas importadas da Europa, foram os principais responsáveis por atender às demandas da elite e da população que buscava por moradia, contribuindo para a transformação do espaço urbano da cidade em todo o período estudado.

Palavras-chave: Juiz de Fora; urbanização; construção civil; imigração italiana.

Abstract

The city of Juiz de Fora, between the years of 1895 and 1939, went through several changes in its urban space, due to its population growth and the development of its economy. The local elite, originally agrarian, was seeking to be included and to wield power and control in the new urban-industrial scenario. In this regard, the edifications that housed their residences and businesses worked as a means of displaying such power. In the other hand, the population growth also boosted the demand for dwelling and services. In this context, the Italian immigrants, who imported new European techniques, played the main role in meeting the demands of the elite and the house-seeking population, thus contributing to transform Juiz de Fora's urban space throughout the studied period.

Keywords: Juiz de Fora; urbanisation; civil construction; Italian immigration.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	8
INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1: UM OLHAR SOBRE JUIZ DE FORA.....	13
1.1) Juiz de Fora: um breve histórico	13
1.2) Juiz de Fora: um balanço bibliográfico	19
CAPÍTULO 2: OS IMIGRANTES ITALIANOS E A OCUPAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE JUIZ DE FORA	29
2.1) A questão imigratória: um panorama geral	29
2.2) O processo de ocupação do espaço urbano de Juiz de Fora.....	38
2.2) Quem construía e para quem: a presença dos imigrantes italianos entre proprietários e construtores	54
CAPÍTULO 3: O CASO DE PANTALEONE ARCURI.....	66
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	87
FONTES E BIBLIOGRAFIA	90
ANEXOS.....	97

ÍNDICE DOS GRÁFICOS

Gráfico 1 – Número de projetos para construções em Juiz de Fora (1926-1939)

Gráfico 2 – Classificação dos proprietários identificados em projetos arquitetônicos segundo a nacionalidade, Juiz de Fora (1890-1939)

Gráfico 3 – Classificação dos construtores identificados em projetos arquitetônicos segundo a nacionalidade, Juiz de Fora (1890-1939)

Gráfico 4 – Percentual de projetos arquitetônicos desenvolvidos por cada construtor italiano, Juiz de Fora (1890-1939)

ÍNDICE DAS TABELAS

- Tabela 1 – Número de projetos para construções em Juiz de Fora (1890-1895)
- Tabela 2 – Número de projetos para construções em Juiz de Fora (1896-1900)
- Tabela 3 – Número de projetos para construções em Juiz de Fora (1901-1905)
- Tabela 4 – Número de projetos para construções em Juiz de Fora (1906-1915)
- Tabela 5 – Número de projetos para construções em Juiz de Fora (1916-1920)
- Tabela 6 – Número de projetos para construções em Juiz de Fora (1921-1925)
- Tabela 7 – Número de projetos para construções por área (1890-1900)
- Tabela 8 – Número de projetos para construções por área (1901-1910)
- Tabela 9 – Número de projetos para construções por área (1911-1920)
- Tabela 10 – Número de projetos para construções por área (1921-1930)
- Tabela 11 – Número de projetos para construções por área (1931-1939)
- Tabela 12 – As preferências do proprietários para encomenda de obras em Juiz de Fora (1890-1939)
- Tabela 13 – Número de projetos sob responsabilidade da Cia. Pantaleone Arcuri (1895-1905)
- Tabela 14 – Número de projetos sob responsabilidade da Cia. Pantaleone Arcuri (1906-1910)
- Tabela 15 – Número de projetos sob responsabilidade da Cia. Pantaleone Arcuri (1911-1915)
- Tabela 16 – Número de projetos sob responsabilidade da Cia. Pantaleone Arcuri (1916-1920)
- Tabela 17 – Número de projetos sob responsabilidade da Cia. Pantaleone Arcuri (1921-1939)
- Tabela 18 – Valores recebidos pela Cia. Pantaleone Arcuri da Diretoria de Obras Municipais, Juiz de Fora (1910-1929)

ÍNDICE DOS ANEXOS

Anexo 1 – Concentração de projetos de construção segundo a localização, Juiz de Fora (1890-1939)

Anexo 2 – Construtores italianos de menor expressão identificados nos projetos arquitetônicos, Juiz de Fora (1890-1939)

Anexo 3 – Valores pagos pela Diretoria de Obras Públicas por ano, Juiz de Fora, 1910-1929.

AGRADECIMENTOS

A conclusão de qualquer tarefa a que nos propomos é sempre uma alegria e um enorme alívio. E, durante a trajetória, nunca estamos completamente sozinhos. De fato seria de uma enorme presunção acreditar que alguma vez somos capazes de realizar qualquer coisa sem o apoio de alguém. Agora, chegando ao fim de uma trajetória, é chegado também o momento de agradecer às pessoas e instituições que estiveram presentes nessa trajetória.

Quero iniciar agradecendo aos meus pais, Marco e Débora, pelo amor e apoio incondicionais, pelos conselhos e orientações que pautaram e ainda pautam toda a minha trajetória de vida. Agradeço por terem fornecido o suporte material necessários quando meus próprios recursos eram insuficientes. Mas, principalmente, quero agradecer pelo enorme suporte emocional fornecido nas horas mais difíceis, me ajudando a restaurar a força nos momentos de desânimo

Agradeço também ao meu irmão Felipe, o primeiro amigo com que a vida me presenteou. Obrigada pelas brincadeira e brigas da infância, pelas conversas e discussões da vida adulta. Obrigada por traduzir o “Resumo” para este trabalho, mesmo estando com tempo tão escasso em meio às atividades de sua própria pesquisa. Agradeço ainda à minha irmã Paula que, desde que nasceu tem sido uma luz na minha vida. Minha melhor amiga, minha primeira e melhor aluna, muito obrigada.

Ao meu companheiro Luiz Alberto, que tem estado ao meu lado nos últimos sete anos. Por ter me convencido, com sua insistência e também com seu apoio, a persistir firme na trajetória. E também pelas horas que dedicou revisando este trabalho e dando sugestões de novos caminhos de redação.

À minha amiga Jacqueline que, desde minha primeira ida à São Paulo tem sido um pessoa realmente maravilhosa. Agradeço também pelo força e pelo apoio proporcionados nos últimos tempos difíceis: eles se tornaram mais fáceis com a sua ajuda. Aos meus cunhados, Rodrigo e Nathana, pelo carinho e alegria contagiantes que têm ajudado a aliviar as dores e as tensões dos momentos difíceis. Às meninas do Movimentos Grupo de Dança, vocês têm sido como uma segunda família e tornaram os últimos seis meses bem mais leves.

Agradeço ainda à equipe do Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora. Ao professor Marcos Olender, meu orientador do curso de Graduação e cujo trabalho foi o que me inspirou para a realização deste. Ao professor Galba Ribeiro Di Mambro, pela

leitura cuidadosa, quando eu ainda estava na Graduação, do meu projeto de pesquisa e por ter apontado caminhos e sugestões a seguir.

Aos professor Nelson Hideiki Nozoe e Alexandre Machione Saes pela participação na banca de qualificação e pela intervenções feitas naquela ocasião. Agradeço por apontarem novos caminhos e contribuíram com sugestões e orientações.

Ao meu orientador Dario Horacio Gutierrez Gallardo. Primeiramente, por aceitar orientar este trabalho, pelas discussões e sugestões e, também, pela paciência demonstrada durante os últimos três anos.

Finalmente agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por ter financiado este trabalho com um recurso material sem o qual a realização desta pesquisa teria se tornado inviável.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objetivo verificar e definir a participação da imigração italiana no processo de formação do espaço urbano de Juiz de Fora, Minas Gerais. Procuramos entender o que acontecia com Juiz de Fora no período, quais os aspectos que marcaram o processo migratório na cidade e como esses imigrantes acabaram se inserindo no cotidiano da cidade.

No período estudado, Juiz de Fora era uma cidade que crescia e se industrializava. O caráter urbano-industrial da cidade atraía investimentos e pessoas, incluindo imigrantes. O aumento populacional vivenciado por Juiz de Fora gerava expansão territorial e demanda de moradia. Nesse sentido, estudamos esse processo de transformação do espaço urbano e como os imigrantes italianos estiveram inseridos nesse processo.

Com o objetivo de verificar essa importante participação dos imigrantes na transformação do espaço urbano da cidade, principalmente, as *Plantas Arquitetônicas* encontradas sob a guarda do Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora.

As *Plantas Arquitetônicas* compõem o conjunto documental mais importante, por isso consideramos necessária uma breve explicação sobre as mesmas. Correspondem aos documentos encaminhados à Câmara Municipal de Juiz de Fora contendo os requerimentos de licença para obras novas e reformas, geralmente acompanhados de uma planta com o detalhamento do projeto.

Foram analisadas 1841 Plantas Arquitetônicas para o período de 1890 a 1939, o que corresponde à totalidade das mesmas encontradas no arquivo para período em questão. Para além do aspecto físico, há que se descrever também o conteúdo dessas plantas. Em geral, a capa de cada um desses projetos de construção corresponde ao requerimento: um texto curto, destinado ao Presidente da Câmara Municipal, com um cabeçalho padrão e um corpo textual que normalmente apresenta os dados referentes à obra em questão, como o nome do proprietário, o endereço onde está localizado o terreno (para o caso de obras novas) ou a edificação (para o caso de reformas) e, alguns casos a indicação de quem ou qual firma será responsável pela execução da obra.

Acompanhando o requerimento, encontramos a planta que, basicamente, corresponde ao projeto arquitetônico a ser desenvolvido, com desenhos medidas e outros dados referentes à obra, seja ela nova ou reforma.

Para melhor organizarmos as informações obtidas, na pesquisa, dividimos esta dissertação em três. O primeiro, intitulado *Um olhar sobre Juiz de Fora*, destinamos a apresentar um breve histórico de Juiz de Fora, explicando o contexto em essa pesquisa se insere. Ainda no primeiro capítulo, teremos uma necessária atualização bibliográfica acerca da produção historiográfica que conhecemos sobre a história de Juiz de Fora até o momento. Para a atualização bibliográfica, demos principal ênfase às pesquisas mais recentes, sobretudo aquelas realizadas por docentes e discentes ligados ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora que muito tem contribuído para o incentivo a pesquisas de história regional.

No segundo capítulo, *Os imigrantes italianos e a ocupação do espaço urbano de Juiz de Fora*, apresentamos primeiramente um histórico sobre os processos migratórios no Brasil, em Minas Gerais e em Juiz de Fora, analisando como o período do pós-abolição e o déficit de mão de obra levaram à necessidade de contratação de trabalhador imigrante e como esse imigrante conseguiu se inserir no cenário nacional, sobretudo na cidade de Juiz de Fora. Em um segundo momento, apresentamos o processo de ocupação do território juiz-forana, bem como a participação dos principais atores envolvidos nesse processo, sobretudo os imigrantes italianos. Analisamos como se deu o processo de urbanização da cidade e o movimento de crescimento horizontal do território, gerado pelo grande crescimento populacional. Observamos como o aumento da população gerou uma demanda por moradia, obras públicas e serviços públicos de qualidade e como essa demanda interferiu na ocupação do espaço. Nesse sentido, apresentamos os principais proprietários urbanos e investidores do mercado imobiliário e como agiam diante de todo esse processo. Por fim, apresentamos aqueles que atuaram construindo as edificações na cidade e mostramos que, nesse campo, os italianos estiveram tão presente quanto os não italianos.

Finalmente, no terceiro capítulo, *O caso de Pantaleone Arcuri*, apresentamos um pouco da trajetória pessoal e profissional do imigrante italiano que foi o principal empresário da construção civil em Juiz de Fora, o calabrês Pantaleone Arcuri. Como é impossível falar do homem sem falar da empresa que ele construiu, apresentamos também um pouco da trajetória da Companhia Pantaleone Arcuri, destacando os fatos mais importantes que marcaram sua história, quais os trabalhos mais relevantes realizados e em que tipo de negócios a Companhia esteve envolvida.

Buscamos, neste trabalho, utilizar uma linguagem clara e leve, sem muitos floreios, para evitar que a leitura seja pesada e difícil, mas que informe e seja facilmente compreensível.

Esta dissertação demandou um esforço de pesquisa de três anos, mas que não foram suficientes para esgotar as possibilidades de análises sobre os assuntos aqui abordados. Assim, deixamos claro que existem ainda muitas possibilidades em aberto e esperamos a leitura deste trabalho incentive a produção de mais pesquisas sobre o tema aqui apresentado, ainda carente de observações e análises.

CAPÍTULO 1: UM OLHAR SOBRE JUIZ DE FORA

Neste primeiro capítulo, apresentaremos um breve histórico da cidade que se configura como pano de fundo para nossa pesquisa: Juiz de Fora, dos primórdios da ocupação da região até o momento em que a cidade cresce e passa a figurar como importante polo urbano industrial do estado de Minas Gerais, o que lhe deu a alcunha “Manchester Mineira”.

Num segundo segmento deste capítulo, traremos ainda um balanço bibliográfico a respeito do que já foi escrito sobre a cidade de Juiz de Fora, um levantamento necessário, devido ao grande número de pesquisas recentes que tratam da cidade sob variados aspectos.

1.1) Juiz de Fora: um breve histórico

As origens da cidade de Juiz de Fora remontam ao século XVIII, quando da abertura do Caminho Novo. O caminho diminuía o tempo de viagem entre o Rio de Janeiro e a região das minas. Assim, localizada entre as duas regiões que o caminho ligava, a Zona da Mata mineira tornou-se um importante ponto de apoio e de manutenção das atividades que compunham a economia baseada na mineração.¹ No local onde hoje se encontra a cidade de Juiz de Fora foram instaladas roças e pequenas vendas que serviam aos tropeiros que passavam pelo local em direção às minas.

A posição da Zona da Mata como ponto de passagem e local de abastecimento dão à região um papel de destaque mesmo antes de sua ocupação se tornar mais intensa. No entanto, é com a diminuição da atividade mineradora que o fluxo populacional à Zona da Mata incrementa o papel de entreposto da cidade que se tornaria a mais importante da região e, aos poucos, a produção cafeeira e a pecuária passam a ocupar lugar de destaque.²

Domingos Giroletti, em sua tese de doutorado, aponta a Zona da Mata mineira, entre 1820 e 1900, como o local onde havia a maior população e maior média de crescimento populacional de Minas Gerais, com 75.573 habitantes em 1820 e 962.939

¹MIRANDA, Sônia Regina. *Cidade, capital e poder: políticas públicas e questão urbana na velha Manchester Mineira*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1990. p. 85.

² *Ibid.*, p. 86

em 1900.³ Esse crescimento populacional foi acompanhado por uma concentração de pessoas em determinadas regiões constituídas como polos urbanos e seus arredores, um movimento que tende a crescer tanto quanto os tais polos urbanos passem a modernizar uma infraestrutura capaz de comportar o aumento populacional e de desenvolver atividades econômicas novas, para atrair novas fontes de investimentos.⁴

Esse foi o caso de Juiz de Fora que, no decorrer do século XIX e também na primeira metade do século XX, incrementou o aparato de infraestrutura urbana, atraindo investimentos e chegando a ser conhecida como “Manchester Mineira”.

O início do povoamento concentrou-se na margem esquerda do rio Paraibuna, mas gradualmente foi se movendo em direção à margem direita (onde está localizada a atual região central), movimento que foi intensificado quando, em 1836, o engenheiro alemão Henrique Halfeld projetou e executou a obra que daria ao povoado seu primeiro traçado urbano, definindo aquela que se tornaria a principal avenida da cidade (atual Avenida Rio Branco) e suas mais importantes vias arteriais.

Em 31 de maio de 1850, o povoado é elevado à categoria de vila, recebendo o nome de Santo Antônio do Paraibuna. Seis anos mais tarde, a vila passa à categoria de cidade. Acompanhando esse desenvolvimento urbano é que, em 1852, o empreendedor Mariano Procópio Ferreira Lage consegue, do governo imperial, a concessão para a abertura de uma nova estrada. A estrada União Indústria, ligando Juiz de Fora a Petrópolis, construída pela Companhia homônima, tem suas obras iniciadas em 1856 e é inaugurada em 1861. A estrada União Indústria passa a desempenhar um papel fundamental para a consolidação da cidade de Juiz de Fora como entreposto comercial e importante polo cafeicultor de Minas Gerais. Conforme aponta Domingos Giroletti, “a ‘Rodovia União e Indústria’ revolucionou o sistema de transportes em Minas Gerais e abriria novos horizontes promissores à produção, ao comércio, à indústria e ao desenvolvimento da cidade de Juiz de Fora.”⁵

Ainda de acordo com Giroletti, a abertura da Rodovia União e Indústria foi decisiva para consolidar Juiz de Fora como o mais importante entreposto comercial de Minas Gerais, por onde escoava toda a produção cafeeira da Zona da Mata e também do estado.

³ GIROLETTI, Domingos. *A modernização capitalista em Minas Gerais: a formação do operariado industrial e de uma nova cosmovisão*. Tese de Doutorado, UFRJ/Museu nacional, 1988. P. 39-42

⁴ MIRANDA, Sonia. *op cit.* p 87.

⁵ GIROLETTI, Domingos. *Industrialização de Juiz de Fora, 1850 – 1930*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 1988. p. 34

“O café produzido na Zona da Mata era exportado pelo porto do Rio de Janeiro. Com a abertura da Rodovia, grande parte do café exportado era reunido em Juiz de Fora para ser transportado pela companhia até o local de embarque.”⁶

A maior parte dos produtos que eram exportados e importados por Minas Gerais tinha que, obrigatoriamente passar por Juiz de Fora (em função do rápido sistema de transporte), e isto possibilitou o desenvolvimento de uma rede de comércio de atacado e de varejo, de importação e de exportação. Juiz de Fora, então, “constituiu-se em polo de atração por excelência de novos e diversificados contingentes populacionais: mão-de-obra especializada, imigrantes, comerciantes e industriais.”⁷

Foi também a construção da estrada União e Indústria a responsável por dar à cidade seu primeiro contingente de imigrantes. Na falta de mão de obra qualificada para a execução do empreendimento, Mariano Procópio Ferreira Lage, dono da Companhia União Indústria, viabilizou a chegada de cerca de mil colonos alemães, em sua maioria artífices, contratados para trabalhos na construção da estrada.⁸

Em 1888, foi criada na cidade, a Associação Promotora de Imigração e, no mesmo ano, foi criada também uma hospedaria de imigrantes chamada Horta Barbosa e, ainda, uma Inspetoria Geral de Imigração. Depois de passar por um período de suspensão, a hospedaria iniciava, efetivamente, suas atividades em 1895 e passaria a ser o principal ponto de distribuição de imigrantes de Minas Gerais, enviando imigrantes para várias partes do estado.

Conforme aponta Sonia Miranda, apesar das falhas de infraestrutura, a cidade, pouco a pouco, amplia os elementos facilitadores da atividade industrial. O primeiro deles diz respeito à instalação de um sistema viário, iniciado com a construção da estrada União Indústria e complexificado com a extensão da Estrada de Ferro Dom Pedro II em 1875. O segundo desses elementos era a existência de uma base de acumulação de capitais. O terceiro, o desenvolvimento de um mercado urbano com potencial de consumo e de mão de obra.⁹ “Assim, graças à confluência desses três fatores, Juiz de Fora acabou por se transformar nos anos posteriores a 1870, palco de uma nova atividade econômica: a atividade industrial.”¹⁰

⁶ GIROLETTI, Domingos. *Industrialização...* p. 41.

⁷ *Ibid.* p. 47.

⁸ MIRANDA, Sonia Regina. *op cit.* p. 97-99

⁹ *Ibid.* p. 100

¹⁰ *Ibid.* p. 101

No ano de 1889, a cidade ganha mais um importante incremento urbano: a iluminação por eletricidade. O primeiro serviço de iluminação pública na cidade foi instalado em 1858 e era baseado no uso de querosene não sofreu nenhuma alteração até a inauguração do serviço de eletricidade. A Companhia Mineira de Eletricidade começou suas atividades oferecendo o serviço de iluminação pública e, pouco a pouco passa a deter o monopólio de outros serviços: força motriz (1898), telefonia (1893) e bondes de tração elétrica (1905). Cleyton Barros, em sua dissertação de Mestrado, aponta a eletricidade como elemento fundamental para o crescimento da industrialização de Juiz de Fora.

“Acreditamos que a eletricidade tenha sido um fator transformador do aparelho produtivo, significando a renovação da indústria de Juiz de Fora, bem como da sua produção. [...] O aumento do número de motores elétricos foi patente. Instalados solenemente nos prédios das indústrias juiz-foranas, eles representavam a mecanização daqueles estabelecimentos, a instalação de um novo padrão técnico e tecnológico da indústria brasileira, posto em curso naquela conjuntura. Representava a potencialização da possibilidade de barateamento e ampliação da produção fabril, sua racionalização e o acréscimo do valor em suas mercadorias. A maior flexibilidade dos motores de energia elétrica em adaptar-se às condições exigidas por cada tipo de indústria e sua maior higiene eram garantia e certeza de uma melhor qualidade no fabrico de tecidos, alimentos, bebidas, couros, pregos, na torrefação de café e de outros produtos de Juiz de Fora. A eletricidade poderia ser onipresente entre as atividades produtivas.”¹¹

Outro sinal do crescimento urbano foi a criação, em 1889, do Banco de Crédito Real, com papel fundamental para a economia da cidade. Carlos Klôh Junior, trata mais detalhadamente do assunto em sua dissertação de Mestrado. Segundo o autor, “o sistema bancário passou a funcionar com um motor de crédito da economia local”, através de empréstimos de longo prazo e, também, condições e facilidades de curto prazo, possibilitando a expansão de todo o sistema.¹²

Todo esse processo de desenvolvimento urbano foi o resultado de um aumento da demanda por uma infraestrutura que fosse capaz de comportar o crescimento populacional da cidade, que já na década de 1860, se delineava como principal centro

¹¹ BARROS, Cleyton S. *Eletricidade em Juiz de Fora: modernização por fios e trilhos (1889-1915)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora: Juiz de Fora, 2008. p. 59-59

¹² KLÔH JR., Carlos Eduardo. *A estrutura comercial de Juiz de Fora*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2008. p. 122-123.

urbano da região e polo atrativo de população. Através do trabalho de Sônia Miranda, com dados coletados relatórios e almanaques da cidade, vemos um crescimento populacional vertiginoso que passa de, aproximadamente, 600 habitantes em 1855 para 15.000 em 1890, um crescimento de cerca de 2.500%.¹³

O aumento populacional, o desenvolvimento de um sistema de transportes e o advento da eletricidade, aliados ao desenvolvimento de um sistema bancário na cidade, transformaram Juiz de Fora em um local atrativo para investimentos e propício para o desenvolvimento da atividade industrial. Esse desenvolvimento é marcado por dois períodos: um inicial (1870-1890), com a implantação dos primeiros estabelecimentos industriais; e um segundo momento, a partir de 1890, marcado por unidades industriais de grande porte e por uma produção de larga escala.¹⁴

Domingos Giroletti aponta que, entre 1870 e 1877, o número de estabelecimentos comerciais subiu de 153 para 231 e, no setor industrial, passou de 34 para 80. Posteriormente, entre 1889 e 1930, cerca de 200 estabelecimentos industriais foram fundados em Juiz de Fora, nos setores de alimentação, metalurgia, couros e calçados, madeiras, cerâmica e cimento, construção civil, fumo e tipografia, contando com empresários tanto nacionais quanto imigrantes.¹⁵

É nessa segunda fase do desenvolvimento industrial da cidade que se dá o primeiro movimento no sentido de articular os interesses empresariais: fundada em 1896, a Associação Comercial foi a primeira instituição que objetivava representar os interesses da burguesia juiz-forana, dos setores comercial e industrial, frente ao poder público. Para Sônia Miranda, a Associação Comercial foi

“além de importante alicerce do poder público municipal [...], uma importante articuladora, enquanto representante de interesses hegemônicos economicamente falando, tendo desempenhado uma função significativa no sentido de formular um projeto político para a Manchester Mineira ligado à construção da ideologia do trabalho (formal e assalariado) e da ordem urbana, noções básicas para perpetuação e ampliação dos investimentos.”¹⁶

Acompanhando esse crescimento econômico e populacional, cresce também a demanda por moradia, serviços públicos de qualidade e melhores condições de trabalho

¹³ MIRANDA, Sonia Regina. *op cit.* p. 99

¹⁴ GIROLETTI, Domingos. *op cit.* p. 73.

¹⁵ *Ibid.* p. 50 e 79.

¹⁶ MIRANDA, Sonia Regina. *op cit.* p. 129.

para a parte menos favorecida da população juiz-forana. A urbanização de Juiz de Fora trouxe com ela os problemas sociais, marcados pela insalubridade, a marginalização, o caos urbano, e a manutenção de uma camada mais pobre em situações mínimas de sobrevivência, suficientes para garantir um mercado de trabalho assalariado em expansão. Descrições de época dão a imagem de dois mundos distintos em Juiz de Fora. Se, por um lado, Juiz de Fora é descrita como elegante, urbanizada, comparada a cidades da Europa, por outro, a localidade, em seus bairros mais periféricos, é vista como suja, com instalações sanitárias precárias e moradias insalubres e insuficientes.¹⁷

Os estudos historiográficos apontam deficiências nos serviços de saneamento e de distribuição de água, além de importante déficit de moradia. Os primeiros planos pensados para solucionar as falhas de infraestrutura na cidade não passaram da fase do orçamento, e não chegaram a ser executados. É a partir de 1916 que, durante a gestão de José Procópio Teixeira, um período de maior prosperidade nas finanças municipais permitiu uma melhora em alguns serviços, ligados a calçamento e embelezamento. Sua administração teve um papel importante no tocante aos incentivos para construções, o que será melhor detalhado no próximo capítulo. Uma mudança realmente significativa no quadro dos serviços públicos só acontece, no entanto, a partir de 1930, durante a administração de Menelick de Carvalho.¹⁸

Os contrastes observados na cidade não apenas aumentaram a demanda por serviços públicos, mas por melhores condições de trabalho. Para a população pobre da cidade, o trabalho nas fábricas era duríssimo. A jornada de trabalho era alta, passava das 12 horas diárias, os acidentes eram frequentes e o uso da força de trabalho de crianças e adolescentes era uma constante. Essas condições associadas à carestia e ao déficit de moradia levaram o operariado da cidade a se organizar e Juiz de Fora foi palco de três greves importantes durante o período abordado neste trabalho: as greves de 1912, 1920 e 1924.¹⁹

Nos próximos capítulos, outros aspectos serão mais bem detalhados, como a questão da imigração na cidade e os avanços alcançados no mercado imobiliário e no setor de construções, que tanto contribuíram para atender às necessidades da cidade que crescia e se industrializava e que seria conhecida por “Manchester Mineira”, “Princesa de Minas” ou “Europa dos Pobres”.

¹⁷ MIRANDA, Sonia Regina. *op. cit.* p. 145-147.

¹⁸ *Ibid.* p. 197.

¹⁹ Para mais detalhes sobre as greves, ver ANDRADE, Silvia Maria Belfort Vilela de. *Classe operária em Juiz de Fora: uma história de lutas (1912-1924)*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1987.

Na sessão seguinte deste primeiro capítulo, apresentaremos uma revisão e atualização bibliográfica, a respeito dos trabalhos que foram e continuam sendo produzidos sobre a história de Juiz de Fora.

1.2) Juiz de Fora: um balanço bibliográfico

Na tentativa de, com este trabalho, dar uma pequena contribuição para a historiografia sobre Juiz de Fora, consideramos importante apresentar, nesta parte do capítulo um levantamento do que já foi produzido até então, um balanço bibliográfico.

O projeto intitulado “*Bibliografia sobre a História de Juiz de Fora*”²⁰, em sua última edição, realizada em 2008 e coordenada pelos professores Galba Ribeiro Di Mambro e Maraliz de Castro Vieira Christo, conseguiu levantar mais de 500 livros que tratam da história da cidade. Além disso, foram identificadas ao menos 19 teses de Doutorado e mais de 100 dissertações de Mestrado, além de monografias, trabalhos de conclusão de curso, capítulos de livros e artigos. Se um novo levantamento do mesmo tipo fosse feito hoje, certamente os números seriam outros, uma vez que, desde a última edição muito mais já foi produzido sobre a história de Juiz de Fora.

Sobre os autores que escreveram a respeito de Juiz de Fora, podemos dividi-los em três grupos, diferentes no método e no modo de se posicionar frente a história local. Trataremos da maior parte deles e de seus estudos a seguir.

O primeiro grupo pode ser relacionado a escrita histórica feita por “historiadores” locais e memorialistas, antecedendo a produção acadêmica sobre a história da cidade. Embora esse primeiro grupo não estivesse de fato preocupado com uma matriz metodológica de pesquisa (fizeram uso de documentos oficiais e história, apresentando datas e fatos sem uma maior reflexão), seus trabalhos ganharam certa relevância, uma vez que contribuíram fortemente para apresentar as bases que sustentam a história da cidade.²¹ Desse grupo destacamos Paulino de Oliveira e Albino Esteves. O primeiro foi o responsável pelo livro “*História de Juiz de Fora*”²², trabalho que até hoje é consultado pela historiografia local, pois apresenta dados e datas importantes para a compreensão dos primeiros tempos de ocupação da cidade. Do segundo, podemos

²⁰ Ver mais em: <www.ufjf.br/bibliojf>. Último acesso em 17 de junho de 2016.

²¹ Entre os autores desse primeiro grupo, os mais conhecidos da historiografia atual são: Albino Esteves, Paulino de Oliveira, Jair Lessa e Wilson de Lima Bastos.

²² OLIVEIRA, Paulino de. *História de Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Gráfica Comércio e Indústria, 1966.

destacar o “*Álbum do Município de Juiz de Fora*”²³, considerado por muitos como a mais importante obra sobre Juiz de Fora, contendo registros fotográficos e textuais sobre os mais diversos aspectos da cidade.

O segundo grupo, diferente do primeiro, já pode ser identificado com uma produção acadêmica, preocupada com uma metodologia e o uso cuidadoso das fontes. No entanto, os trabalhos desse parecem visualizar Juiz de Fora através de fontes oficiais externas à cidade, fontes estas que são insuficientes para uma compreensão mais completa acerca da localidade. Apesar das inconsistências que esses trabalhos por ventura apresentam, são fundamentais para a compreensão de certas questões. Desse grupo, destacamos Domingos Giroletti, João Heraldo Lima e José Luiz Stehling.

Giroletti, em seu livro “*Industrialização de Juiz de Fora*”²⁴, relaciona o processo de industrialização na cidade com a construção da estrada União e Indústria, destacando o papel preponderante que essa obra de infraestrutura teve no desenvolvimento econômico de Juiz de Fora. Segundo o autor, a estrada serviu de como alavanca para o crescimento do setor de serviços, contribuindo para o desenvolvimento urbano e reforçando a condição de Juiz de Fora como entreposto comercial da Zona da Mata. O autor também ressalta o papel dos imigrantes – originalmente empregados como mão de obra para a construção da estrada – como parte significativa do desenvolvimento da cidade no setor industrial, uma vez que estes imigrantes, detentores de um saber técnico de produção, foram os responsáveis por fundar estabelecimentos industriais.

João Heraldo Lima, também representante desse segundo grupo, no livro “*Café e indústria em Minas Gerais (1870-1920)*”²⁵, traça um estudo comparativo entre desenvolvimento da cafeicultura em Minas Gerais (concentrada na Zona da Mata) e o desenvolvimento da cafeicultura ocorrido no Oeste Paulista. O autor destaca ainda o caráter periférico da Zona da Mata e sua dependência em relação à estrutura de comercialização do Rio de Janeiro, o que inviabilizava a acumulação de capital e impossibilitava a inversão de investimentos para os diversos setores da economia da região.

²³ ESTEVES, Albino. “*Álbum do Município de Juiz de Fora*”. 3ª ed. Juiz de Fora: FUNALFA, 2008.

²⁴ GIROLETTI, Domingos. *op. cit.*

²⁵ LIMA, João Heraldo. *Café e Indústria em Minas Gerais (1870-1920)*. Petrópolis: Vozes, 1981.

Destacamos também o trabalho de José Luiz Stehling, “*Juiz de Fora, a Companhia União & Indústria e os Alemães*”²⁶. Embora o autor apresente dados valiosos sobre a imigração alemã em Juiz de Fora – tanto que continua sendo a principal fonte de dados sobre o tema – o trabalho não é muito rico em análise e é notável a parcialidade do autor, que supervaloriza a participação dos alemães para a industrialização local.

Finalmente, chegamos ao terceiro grupo, que é certamente o que tem o maior número de trabalhos, e um número que cresce a cada ano. Esse grupo é composto, principalmente, por teses e dissertações que usam, em sua maioria, fontes internas à região, o que nos fornece um material novo e uma visão sobre a Zona da Mata e a cidade de Juiz de Fora diferente do que foi apresentado até então. Não trataremos de todos os autores e pesquisas, por ser material muito extenso e que extrapolaria os propósitos deste estudo, mas daremos destaque aos autores e às pesquisas que consideramos mais importantes.

Podemos dizer que a obra de Silvia Maria Belfort se destaca como um trabalho inaugural desse terceiro grupo. “*Classe operária em Juiz de Fora: uma história de lutas (1912-1924)*”²⁷ se coloca como uma pesquisa inovadora sobre a história da região. Fazendo uso de fontes locais, como jornais, processos trabalhistas, folhetins publicados por organizações trabalhistas e documentos de indústrias da época, a autora apresenta um importante reflexo sobre a formação do operariado e da relação do mesmo com a classe patronal. A autora discorda dos trabalhos de Lima e Giroletti na medida em que reconhece a importância da cafeicultura para a economia local e a relação existente entre a cafeicultura e o desenvolvimento industrial.

Outro autor que contraria os estudos de João Heraldo Lima é Anderson Pires. Em seu trabalho de Mestrado “*Capital agrário, investimentos e crise na cafeicultura de Juiz de Fora (1870-1930)*”²⁸, ao analisar o desenvolvimento do setor agroexportador de Juiz de Fora e da Zona da Mata como um todo, afirma que o complexo cafeeiro local se deu em grandes propriedades, o que permitiu a acumulação de capital usado posteriormente como investimento urbano. Essa afirmação vai de encontro ao exposto por Lima, que não via relação entre o capital cafeeiro e o investimento urbano, pois,

²⁶ STEHLING, José Luiz. *Juiz de Fora, a Companhia União & Indústria e os Alemães*. Juiz de Fora: FUNALFA edições, 1979.

²⁷ ANDRADE, Silvia Maria Belfort Vilela de. *op cit*.

²⁸ PIRES, Anderson. *Capital agrário, investimento e crise na cafeicultura de Juiz de Fora (1870-1930)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1993.

segundo ele, a cafeicultura da Zona da Mata se desenvolveu em pequenas propriedades, o que impedia a formação de poupanças e a acumulação de capital. Em um outro trabalho, “*Café, finanças e indústria: Juiz de Fora (1889-1930)*”²⁹, Pires analisa a relação entre o crescimento da cafeicultura local, o mercado financeiro, o surgimento de um sistema bancário e o desenvolvimento do setor industrial. Segundo o autor, a participação do capital cafeeiro foi fundamental no processo de industrialização do município.

Sobre o desenvolvimento do sistema bancário do município destacamos o trabalho de Marcus Antônio Croce, “*O Encilhamento e a economia de Juiz de Fora: o balanço de uma conjuntura (1888-1898)*”.³⁰ Contrariando a posição de uma historiografia que coloca o Encilhamento como um fator comprometedor do crédito brasileiro, o autor afirma que a conjuntura do Encilhamento teve mais pontos positivos do que negativos. Segundo ele, na cidade de Juiz de Fora, tal conjuntura exerceu um papel muito positivo: nenhum dos empreendimentos fundados na cidade no período foram meramente especulativos, mas empreendimentos sólidos e de produção efetiva, que atingiram certa longevidade, contribuindo para a economia local. Ressalta que a cidade de Juiz de Fora “viveu intensamente essa conjuntura, inserindo na economia brasileira alguns empreendimentos relacionados entre ‘os poucos que sobraram’ construídos no Encilhamento”.³¹

Sobra a composição das fortunas, temos o trabalho de Rita Almico, “*Fortunas em movimento: um estudo sobre as transformações na riqueza pessoal em Juiz de Fora (1870-1914)*”³², em que a autora aponta os principais ativos componentes de fortunas pessoais em Juiz de Fora através da leitura de inventários *post mortem*, analisando assim, as transformações ocorridas na economia juiz-forana no período. Segundo a autora, o período do pós-abolição e a urbanização da cidade trouxeram o crescimento de outros ativos no montante da riqueza, como terras, casas e, sobretudo ações, que cresceram mais que todos os outros títulos. Almico afirma que esse crescimento só foi possível devido à abertura de empresas locais (que comportavam o maior número de

²⁹ PIRES, Anderson. *Café, finanças e indústria: Juiz de Fora (1889-1930)*. Juiz de Fora: FUNALFA, 2009.

³⁰ CROCE, Marcus Antônio. *O Encilhamento e a economia de Juiz de Fora: o balanço de uma conjuntura (1888-1898)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2006.

³¹ CROCE, Marcus Antônio. *op cit.* p. 299.

³² ALMICO, Rita de Cássia da Silva. *Fortunas em movimento: um estudo sobre as transformações na riqueza pessoal em Juiz de Fora (1870-1914)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Campinas, 2001.

ações) e que, por sua vez, foram financiadas pelo capital acumulado pela economia cafeeira.

Um trabalho mais recente e complementar ao trabalho de Anderson Pires é a dissertação de Mestrado de Felipe Marinho Duarte, *“Mercado Financeiro e Crédito Público: acumulação endógena e financiamento da infraestrutura urbana de Juiz de Fora (1870-1900)”*.³³ Nesse trabalho, Marinho aponta para a grande presença do capital cafeeiro na obtenção de títulos da dívida pública que, em Juiz de Fora, significaram uma possibilidade de acumulação de capital e de conversão desse capital em melhorias materiais. Segundo o autor, as emissões de apólices da dívida pública tiveram papel fundamental na arrecadação de recursos que possibilitaram o investimento no desenvolvimento urbano de Juiz de Fora.

Ainda dialogando com o trabalho de Anderson Pires, temo o trabalho de Bruno Novelino Vittoretto, *“Do Parahybuna à Zona da Mata: Terra e trabalho no processo de incorporação produtiva do café mineiro (1830/1870)”*.³⁴ em que o autor analisa o processo de ascensão da cafeicultura no Vale do Paraíba, discutindo as divergências entre a agricultura do café na região e nas demais regiões cafeeiras do país, tanto no que diz respeito ao ciclo cronológico, quanto no que diz respeito ao potencial de diversificação econômica proporcionado pelo produto no processo de transição capitalista.

Sobre o desenvolvimento da atividade comercial juiz-forana, encontramos o trabalho de Carlos Eduardo Klôh Junior, *“Estrutura comercial de Juiz de Fora (1888-1930)”*.³⁵ Segundo Klôh, a estrutura comercial da cidade pode ser considerada como componente bastante peculiar do complexo agroexportador, uma vez que, de forma diferente do que ocorreu com Rio de Janeiro e São Paulo – cujas atividades do capital comercial parecem ter se concentrado na comercialização do café – em Juiz de Fora, as atividades comerciais não estiveram envolvidas com exportação. “Inserida numa economia cujo principal produto era alvo de exportação, a estrutura comercial de Juiz de Fora esteve praticamente impossibilitada de lidar com o café, tendo que se voltar para o

³³ DUARTE, Felipe Marinho. *Mercado Financeiro e Crédito Público: acumulação endógena e financiamento da infraestrutura urbana de Juiz de Fora (1870-1900)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2013.

³⁴ VITTORETTO, Bruno Novelino. *Do Parahybuna à Zona da Mata: Terra e trabalho no processo de incorporação produtiva do café mineiro (1830/1870)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora.

³⁵ KLÔH JR., Carlos Eduardo. *op cit.*

provimento do mercado interno.”³⁶ Mesmo assim, no que diz respeito ao desenvolvimento urbano-industrial, o capital comercial foi capaz de assumir o mesmo papel representado pelo mesmo capital nos complexos do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Sobre o surgimento da burguesia industrial em Juiz de Fora, destacamos o trabalho de Luiz Antônio Valle Arantes, a dissertação de Mestrado intitulada “*As origens da burguesia industrial em Juiz de Fora (1858-1912)*”³⁷, em que o autor analisa o período de transição de uma sociedade de características notadamente escravistas para uma sociedade baseada no trabalho de mão de obra livre. O autor também estabelece quais os grupos estiveram envolvidos nessa transição (cafeicultores, industriais desvinculados da cafeicultura, imigrantes alemães e imigrantes italianos) e qual o grau de participação de cada um desses grupos.

Nicélio do Amaral Barros, por sua vez, em seu trabalho de Mestrado intitulado “*Sob clima tenso: crise estrutural, mudanças institucionais e deslocamento do eixo político e econômico em Minas Gerais – 1920/1940*”³⁸, analisa as transformações políticas e econômicas ocorridas nos cenários nacional e internacional e como essas transformações influenciaram o cenário mineiro. Para tanto, o autor analisa os casos de Juiz de Fora e Belo Horizonte, apontando os enfrentamentos entre as elites das duas cidades e o impacto do projeto belo-horizontino na economia de Juiz de Fora que, segundo o autor, não consegue se reinserir no cenário de crescimento nacional a partir da década de 1940.

Sobre imigração, consideramos fundamental o trabalho de Mestrado de Mônica Ribeiro de Oliveira, “*Imigração e industrialização: os alemães e os italianos em Juiz de Fora (1854-1929)*”³⁹, em que a autora, analisando a participação de imigrantes alemães e italianos no processo de industrialização da cidade, vai de encontro à historiografia tradicional, ao romper com o mito do imigrante empreendedor. Segundo Mônica, embora italianos e alemães tenham oferecido mão de obra mais qualificada e contribuído representando um aumento no mercado consumidor, eles estiveram nas

³⁶ KLÔH JR., Carlos Eduardo. *op. cit.* p. 143.

³⁷ ARANTES, Luiz Antônio Valle. *As origens da burguesia industrial em Juiz de Fora (1858-1912)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1991.

³⁸ BARROS, Nicélio do Amaral. *Sob clima tenso: crise estrutural, mudanças institucionais e deslocamento do eixo político e econômico em Minas Gerais – 1920/1940*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2007.

³⁹ OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Imigração e industrialização: os alemães e os italianos em Juiz de Fora (1854-1929)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1991.

bases do desenvolvimento comercial e industrial e não na liderança do mesmo, como havia sido amplamente defendido pela historiografia tradicional.

Ainda sobre imigração, há um outro trabalho mais recente, a dissertação de Antonio Gasparetto Júnior, defendida em 2013. Intitulada “*Direitos sociais em perspectiva: segurança, sociabilidade e identidade nas mutuais de imigrantes (1872-1930)*”⁴⁰, a dissertação trata das relações dos imigrantes e seus patrícios através da organização de sociedades mutuais que, em virtude da ausência do Estado, exerciam funções ligadas aos direitos sociais.

No que diz respeito ao crescimento urbano, é necessário dar o devido destaque ao trabalho de Mestrado de Sônia Regina Miranda, “*Cidade, capital e poder: políticas públicas e questão urbana na velha Manchester Mineira*”.⁴¹ Nesse trabalho, a autora analisa o desenvolvimento dos diversos sistemas que compõem a infraestrutura urbana: energia, saneamento e abastecimento de água, calçamento de ruas, transportes, telefone e telégrafo, entre outros. Miranda analisa também o mercado imobiliário e a consequente especulação derivada do desenvolvimento do mesmo. Segundo a autora, a demanda pelos diversos serviços públicos promove o surgimento de instituições que serão as responsáveis por planejar e financiar as ações capazes de atender tal demanda.

Ainda sobre as questões de infraestrutura urbana, destacamos a dissertação de Cleyton S. Barros, “*Eletricidade em Juiz de Fora: modernização por fios e trilhos (1889-1915)*”,⁴² que trata especificamente de um dos componentes dessa infraestrutura: o sistema de energia elétrica. Segundo o autor, a eletricidade teve um papel fundamental para o processo de modernização do espaço urbano de Juiz de Fora. O autor ainda afirma que a geração de força motriz por energia elétrica e a instalação de motores elétricos nos estabelecimentos industriais da cidade contribuíram imensamente para o crescimento de cada estabelecimento individualmente e também para o crescimento do setor industrial juiz-forano como um todo.

Ainda no sentido da discussão sobre infraestrutura urbana, encontramos, o trabalho de Mestrado de Elaine Aparecida Laier Barroso, “*Modernização e Higienismo:*

⁴⁰ GASPARETTO JR., Antonio. *Direitos sociais em perspectiva: segurança, sociabilidade e identidade nas mutuais de imigrantes (1872-1930)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2013.

⁴¹ MIRANDA, Sônia Regina. *op cit.*

⁴² BARROS, Cleyton S. *op cit.*

controle sanitário e gestão político-científica na Manchester Mineira (1891-1906)”,⁴³ em que a autora analisa o processo de implementação do projeto sanitista em Juiz de Fora, destacando o papel da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora nesse processo e a maneira autoritária com que o projeto foi executado. Segundo a autora o projeto, que tinha um caráter elitista, foi recebido com resistência por parte da população mais pobre, resistência essa que, quase sempre era combatida com força policial.

Dialogando com o trabalho de Laier, encontramos a dissertação de Vanessa Lana, “*Uma Associação Científica no “Interior das Gerais”: A Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora (SMCJF), 1889 – 1908*”,⁴⁴ em que autora analisa o papel desempenhado pela SMCJF em planos de intervenção nos espaços públicos e privados da sociedade, inclusive no que diz ao respeito ao combate às moradias populares denominadas “cortiços”. Neste sentido, foi fundamental o papel da SMCJF, uma vez que a mesma sociedade foi a responsável por propor, ao poder público, a abertura de concorrência para construção de habitações higiênicas e para saneamento de áreas ditas recuperáveis.

Destacamos, também, o trabalho de Maraliz de Castro Vieira Christo, “*Europa dos Pobres: a belle-époque mineira*”,⁴⁵ em que ela analisa o modo como o projeto de modernização da cidade – pensado por cafeicultores e industriais, para garantir a criação de uma infraestrutura que suscitasse o processo de industrialização – influenciou a educação local, transformando membros das classes médias urbanas em uma classe intelectual. Maraliz destaca, nesse trabalho, um aspecto sobre a cidade que, até então não havia sido explorado: o papel de Juiz de Fora como o mais importante centro cultural de Minas Gerais.

Ligado à área de arquitetura e urbanismo, temos o trabalho de Doutorado de Marcos Olender, “*Ornamento, ponto e nó: da urdidura pantaleônica às tramas arquitetônicas de Raphael Arcuri*”,⁴⁶ defendido em 2007 e publicado em 2011 pela

⁴³ BARROSO, Elaine Aparecida Laier. *Modernização e Higienismo: controle sanitário e gestão político-científica na Manchester Mineira (1891-1906)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2008.

⁴⁴ LANA, Vanessa. *Uma Associação Científica no “Interior das Gerais”: A Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora (SMCJF), 1889 - 1908*. Dissertação de Mestrado. Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Rio de Janeiro, 2006.

⁴⁵ CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. *Europa dos Pobres: a belle-époque mineira*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1994.

⁴⁶ OLENDER, Marcos. *Ornamento, Ponto e Nó: da urdidura pantaleônica às tramas arquitetônicas de Raphael Arcuri*. Juiz de Fora: EDUFJF, 2007.

Editora UFJF. Buscando analisar o processo de bidimensionalização do ornamento e seu uso na arquitetura da Modernidade, Olender analisa as trajetórias de Pantaleone Arcuri e seu filho, Raphael. Nesse sentido, o autor investiga as estratégias empresariais de Pantaleone Arcuri e a produção arquitetônica de Raphael, o principal projetista da firma fundada por seu pai.

Por fim, encontramos o trabalho de Maíra Carvalho Carneiro Silva, a dissertação de Mestrado intitulada *“Lugar de trabalhador é na área de serviço: moradia popular em Juiz de Fora (1892-1930)”*,⁴⁷ em que a autora analisa questões relacionadas ao déficit de moradia, as ações das iniciativas pública e privada para se combater a existência de moradias em desacordo com o discurso higienista, o incentivo dado pelo poder público às ações de construção de moradias populares, o crescimento do setor imobiliário e a consequente intensificação da especulação imobiliária.

Além dos trabalhos apresentados acima, outros merecem ser listados por contribuírem, cada um à sua maneira, para compreensão da história de Juiz de Fora: sobre produção cafeeira e escravidão, *“Escravidão e cafeicultura em Minas Gerais: o caso da Zona da Mata”*, de Rômulo Garcia de Andrade; sobre cafeicultura local e mercado interno, *“Além dos cafezais”*, de Sônia Maria de Souza; sobre identidades e políticas públicas, *“Princesa de Minas”*, de James Willian Goodwin Júnior; sobre mercado de terra e economia cafeeira, *“Negócios de famílias”*, de Mônica Ribeiro de Oliveira; sobre política econômica e o empresariado local, *“Estratégia de um revés”*, de Ignácio Godinho Delgado; sobre a participação popular e as políticas públicas em Juiz de Fora, *“Diferentes atores em diversos papéis”*, de Cláudia Maria Ribeiro Viscardi; sobre aspectos de arquitetura e urbanismo, *“Arquitetura da industrialização de Juiz de Fora (1870-1930)”* de Vanda Arantes do Vale; sobre patrimônio histórico e arquitetura, *“Preservação do patrimônio histórico de Juiz de Fora”*, Luiz Alberto do Prado Passaglia; sobre os costumes fúnebres, *“A morte e o morrer em Juiz de Fora: transformações nos costumes fúnebres, 1851-1890”*, de Fernanda Maria Matos da Costa; sobre imigrantes sírios e libaneses, *“Na América, a esperança: os imigrantes sírios e libaneses e seus descendentes em Juiz de Fora, Minas Gerais (1890-1940)”*, de Juliana Gomes Dornelas; sobre operariado e lutas operárias, *“Memórias que não se apagam: o cotidiano de lutas das operárias na Manchester Mineira (1890-1954)”*, de Carolina Barbosa Neder; sobre produção açucareira, *“A agroindústria da cana-de-*

⁴⁷ SILVA, Maíra Carvalho Carneiro. *Lugar de trabalhador é na área de serviço: moradia popular em Juiz de Fora (1892-1930)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2008.

açúcar na Zona da Mata Mineira”, de Lincoln Gonçalves Rodrigues; sobre os movimentos abolicionista e republicano em Juiz de Fora, *“Imperatriz versus Tiradentes: urbanismo, abolicionismo e republicanismo na municipalidade de Juiz de Fora (1881-1889)”*, de Fábio Augusto Machado Soares de Oliveira; entre outros.⁴⁸

Devido ao número muito extenso de trabalhos produzidos sobre Juiz de Fora, torna-se uma tarefa quase impossível, dentro dos limites deste trabalho apresentar, citar ou mesmo listar todos. O que apresentamos até aqui foi um balanço bibliográfico dos trabalhos mais importantes para o desenvolvimento desta pesquisa e também daqueles que, de alguma forma, dialogam com nosso trabalho.

Por fim, consideramos importante apresentar aqui dois projetos recentes que muito contribuíram para incentivar o desenvolvimento de pesquisas sobre Juiz de Fora. O primeiro deles foi a criação da Revista Locus, organizada pelo Núcleo de História Regional (NHR) da Universidade Federal de Juiz de Fora e apresentada, em sua primeira edição (em 1995), pela professora Maria Yedda Linhares como uma Revista de História Regional.

O segundo, que contribuiu para o aumento da produção sobre a história da região, foi abertura do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, cuja primeira turma de Mestrado ingressou em 2004. Em 2011, ocorreu o ingresso da primeira turma de Doutorado, cujas primeiras teses foram defendidas em 2015. Ao que tudo indica, o número, já extenso, de pesquisas sobre história de Juiz de Fora tende a aumentar, uma vez que a criação de um Programa de Pós-Graduação em História na cidade serve de incentivo para a produção de trabalhos sobre história local, na medida em que facilita o acesso às fontes e fornece suporte material a esse tipo de pesquisa.

⁴⁸ As referências bibliográficas completas dos trabalhos apresentados no parágrafo encontram-se ao final deste trabalho, no campo correspondente à bibliografia.

CAPÍTULO 2: OS IMIGRANTES ITALIANOS E A OCUPAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE JUIZ DE FORA

Neste segundo capítulo, trataremos, sob um panorama geral, dos aspectos que caracterizaram o surto imigratório na cidade de Juiz de Fora, como os imigrantes, sobretudo os italianos, se inseriram no cotidiano da cidade e como se deu a participação desses imigrantes no setor de edificações da referida cidade.

Para tanto, o capítulo será dividido em três seções: na primeira, vamos apresentar um panorama geral da questão imigratória em Juiz de Fora e suas peculiaridades; na segunda, trataremos dos aspectos relativos ao setor de edificações na cidade; na terceira e última parte, analisaremos a inserção dos imigrantes italianos no setor de edificações.

2.1) A questão imigratória: um panorama geral

A questão imigratória no Brasil

Quando, em meados do século XIX, a cafeicultura se tornou a atividade mais importante no cenário econômico brasileiro, a mão de obra nas lavouras era majoritariamente escrava, o que correspondia perfeitamente aos interesses dos fazendeiros.

Paralelo a isso, cresciam os movimentos em defesa da abolição e da introdução da mão de obra assalariada, tanto no Brasil como no exterior. A Inglaterra, já industrializada e movida por interesses próprios, fazia pressão para que se extinguisse a escravidão, defendendo o emprego do trabalhador livre.

A pressão inglesa afeta mais profundamente o Brasil, quando, em 1845, uma lei proíbe o tráfico de escravos no Atlântico. Era o tráfico no Atlântico que fornecia a mão de obra empregada na cafeicultura e, sendo o Brasil um país aliado da Inglaterra, não poderia resistir à medida. Como consequência, em 1850, o imperador Dom Pedro II promulga a Lei Eusébio de Queirós, estabelecendo, também nas leis brasileiras, o fim do tráfico de escravos.

A extinção do tráfico, por si só, já gerava, no médio prazo, um déficit de mão de obra, ao que os fazendeiros responderam incentivando o comércio interno de escravos, de modo que o deslocamento de escravos atendesse às necessidades do mercado

cafeicultor de exportação. Assim, a Lei Eusébio de Queirós não representa o fim da escravidão, mas o primeiro passo no processo de abolição gradual que vai se verificar a partir de então. O cenário na década de 1870 já reflete a escassez de mão de obra gerada pelas medidas abolicionistas, sobretudo depois de promulgada a Lei do Ventre Livre. É nesse cenário que começa a se justificar a necessidade do emprego de trabalho assalariado. Buscando reforçar a ideia de um déficit de mão de obra no país, criou-se um discurso para desqualificar o trabalhador livre nacional e o liberto, que foram julgados como preguiçosos, vagabundos e inadequados para o trabalho. Esse discurso contribuiu para corroborar o argumento de que a mão de obra era insuficiente e assim, mesmo que não tivesse embasamento quantitativo, o discurso imigrantista se embasava qualitativamente.⁴⁹

O projeto abolicionista e a transição para o trabalho livre se completam com a Lei Áurea, em 1888. Junto disso, o trabalho do imigrante europeu ganha espaço definitivo na economia brasileira. A imigração acabou se tornando uma atividade de grande relevância para o Governo Imperial, que promovia propagandas do Brasil no exterior, de modo a incentivar o movimento de emigração nos países da Europa.

“O ano de 1886 viu 9.500 imigrantes chegarem a São Paulo, um ganho percentual significativo em relação ao ano anterior, mas ainda insignificante em termos absolutos. Em 1887, o número pulou para 32 mil, com uma tendência de aumentar ainda mais à medida que se aproximava a abolição. Em 1888, esse número chegou a 92 mil. Muitos dos fazendeiros de São Paulo chegaram a ver a abolição e imigração como sua única chance de sobrevivência.”⁵⁰

O processo de contratação se dava através da articulação de quatro frentes: o Governo Imperial, as administrações provinciais, os fazendeiros – que muitas vezes se uniam formando associações voltadas para a promoção da imigração – e os próprios imigrantes – que muitas vezes, vinham com seus próprios recursos buscando uma vida melhor do que a que tinham na terra natal. Conforme aponta Mônica Oliveira:

⁴⁹ GASPARETTO JR., Antônio. *op cit.* p. 25-28.

⁵⁰ SCHULZ, John. *A crise financeira da abolição*. São Paulo: EDUSP, 2013. 2ªed. p. 141.

“Diante do agravamento do problema da carência de mão-de-obra, o governo imperial, em 1887, resolveu assumir uma função mais ativa de obtenção de mão-de-obra e passou a financiar grandes levas de imigrantes. Surgiu, assim, a imigração subvencionada que deveria trazer ao país milhares de imigrantes, principalmente italianos. Os fazendeiros não precisariam assumir o ônus das passagens e teriam uma abundante oferta de mão-de-obra que, decerto, melhoraria as condições de barganha com os trabalhadores.”⁵¹

A imigração subsidiada e o estabelecimento de contratos feitos com empresas particulares foram iniciativas que acabaram se ampliando, segundo Ângelo Trento. E as próprias administrações provinciais acabaram por desenvolver também sua política de imigração.⁵² Mesmo com o fim do Governo Imperial, em 1889, as iniciativas de promoção da imigração continuaram. O Governo Republicano que se instalou reconhecia a importância da imigração e o fluxo de imigrantes aumentou, tanto que, no decorrer da década de 1890, chegaram ao Brasil 1.251.376 imigrantes.⁵³ Contudo, a Constituição de 1891, a primeira da República, estabeleceu mudanças na política imigratória, legando aos governos estaduais as responsabilidades no tocante à promoção da imigração. Assim, a partir de 1892, há um aumento dos encargos efetivos ligados à imigração nos estados. Quando, nos últimos anos do século XIX e na primeira década do século XX, os preços do café passam por um momento de queda e o Brasil sente os efeitos de uma crise econômica, o Governo Federal se vê obrigado a reduzir os gastos com a imigração até que, em 1902, extinguiu o financiamento das atividades ligadas à política imigratória.

É importante ressaltar que o Brasil vivenciou ainda outros surtos de imigração. Na década de 1910, por exemplo, as tensões e o clima de hostilidade que precederam a Primeira Guerra Mundial contribuíram para a chegada de novos imigrantes, que vinham fugindo do momento político conturbado no continente europeu. A década de 1930, nos anos anteriores à Segunda Guerra Mundial, também trouxe ao Brasil um novo fluxo de imigrantes, que saíram de seus países para fugirem do novo cenário de guerra. No

⁵¹ SCHULZ, John. *op.cit* p. 95.

⁵² TRENTO, Ângelo. “Miséria e Esperanças: a emigração italiana para o Brasil (1887-1902).” In: ROIO, José Luiz Del. (Org.) *Trabalhadores do Brasil*. São Paulo: Ícone, 1990. (P. 17)

⁵³ GASPARETTO JR. *op cit*. p. 36

entanto, esses dois momentos registraram números bem abaixo daqueles registrados na grande imigração da década de 1880.

A imigração em Minas Gerais

Em Minas Gerais, houve grande resistência à imigração como substitua da mão de obra escrava, uma vez que havia na província uma grande concentração de escravos e a escassez de braços para a lavoura de café levou mais tempo para ser sentida.

Essa grande presença de escravos no interior da província mineira acabou por dificultar a adoção de políticas que buscavam a substituição do trabalho escravo pelo trabalhador livre imigrante. Contudo, mesmo sem a urgência da substituição da mão de obra, havia certa preocupação por parte das autoridades provinciais em se conscientizar os fazendeiros dos benefícios que a imigração geraria para a província.⁵⁴

Nesse sentido, as primeiras iniciativas voltadas para a imigração em Minas Gerais caracterizaram-se pela formação de núcleos coloniais, em meados do século XIX, como as colônias de Mucury, Urucu e Dom Pedro II.

Somente na década de 1880 é que a imigração vai se intensificar em Minas Gerais. Em 1881, metade do transporte de cada imigrante passou a ser subsidiado pela província. Em 1887, o governo passa a incentivar a vinda de imigrantes da Europa, Açores e Ilhas Canárias, com o compromisso de prestar auxílio financeiro aos respectivos imigrantes. O governo ainda se comprometeu a prestar auxílio para que se procedesse a criação de núcleos coloniais, a construção de uma hospedaria para imigrantes em Juiz de Fora e a publicação de propagandas sobre Minas Gerais na Europa.⁵⁵

A maior entrada de imigrante só acontece, no entanto, no final da década de 1880, quando Minas Gerais de fato mobiliza recursos para a vinda dos trabalhadores estrangeiros. Esse atraso na imigração na província mineira, se comparado à inserção de imigrantes em outras partes do país, pode ser explicado pelo fato de Minas Gerais ter utilizado de forma mais intensa o trabalhador livre nacional, inclusive nas lavouras de

⁵⁴ TEIXEIRA, Mariana Eliane. *Ser italiano em São João Del Rey (1888-1914)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2011.

⁵⁵ MONTEIRO, Norma de Góes. *Imigração e colonização em Minas (1889-1930)*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1994. p. 23.

café. Por conta disso, a imigração só vai ser considerada como uma saída para o déficit de mão de obra às vésperas da abolição.⁵⁶

Sobre a Zona da Mata, Mônica Ribeiro de Oliveira aponta que os imigrantes estiveram presentes mais frequentemente nas zonas urbanas, ocupando funções no comércio, nas indústrias e no setor de serviços e constituindo-se num dos elementos que compõem o desenvolvimento industrial da região.⁵⁷ Mais à frente, trataremos com maiores detalhes da questão da imigração na Zona da Mata e, principalmente de Juiz de Fora, maior referencial da região.

No caso do sul de Minas, ocorreram algumas diferenças em relação ao restante do território mineiro, pelo menos que diz respeito ao posicionamento dos fazendeiros. Nesse região, o exemplo de São Paulo sempre esteve presente nos debates sobre a substituição da mão-de-obra escrava, de modo que a imigração foi pensada como o recuso preferido pelos fazendeiros locais. No entanto, tendo a província mineira se inserido tardiamente no projeto imigrantista, os cafeicultores do sul de Minas não quiseram arcar sozinhos com os custos da imigração e acabaram optando pelo trabalhador nacional como opção mais viável.⁵⁸

Dentro desse cenário, foi somente em 1888 que o governo de Minas Gerais acertou relações contratuais com a Associação Promotora de Imigração para viabilizar a imigração no território mineiro, possibilitando ao estado receber cerca de 70 mil imigrantes durante a última década do século XIX e a primeira do século XX.⁵⁹

A imigração em Juiz de Fora

A construção da estrada União e Indústria, iniciada em 1856 e concluída em 1861, representou um importante avanço no sistema viário da Zona da Mata. Ligando Juiz de Fora a Petrópolis, a estrada facilitou o escoamento da produção cafeeira da região, tanto que a maior parte do café produzido em Minas Gerais passava por ela, contribuindo para colocar Juiz de Fora no papel de principal entreposto cafeeiro e comercial da província.

⁵⁶ TEIXEIRA, Mariana Eliane. *op cit.* p. 32.

⁵⁷ OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. *op cit.*

⁵⁸ CASTILHO, Fábio Francisco de Almeida. *Entre a Locomotiva e o Fiel da Balança: A transição da mão-de-obra no Sul de Minas: 1870-1918*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2009. P. 122.

⁵⁹ OLIVEIRA, Mônica. *op cit.* p. 111.

Devido à falta de mão de obra, a construção da estrada levou à contratação de imigrantes alemães, que chegaram à cidade tanto para formar uma colônia agrícola – a colônia Dom Pedro II – como para atuar na própria construção da estrada. Mas, essencialmente, é a necessidade de mão de obra qualificada o principal motivo da contratação dos imigrantes, nesse primeiro momento.

“Ao todo, chegaram 950 imigrantes e, em 1860, a colônia chegou a abrigar 1.144 pessoas; da população adulta, 42% (346 de um total de 812, considerando-se os que abandonaram a colônia) se dedicavam a atividades remuneradas não relacionadas com a agricultura. Dentre os trabalhadores qualificados encontra-se uma variedade enorme de especialidades: funileiros, seleiros, carpinteiros, segeiros, ferreiros, arquitetos, engenheiros, etc.”⁶⁰

Em 1888, Juiz de Fora passa a adotar uma nova política imigratória, quando funda a Associação Promotora da Imigração. No mesmo ano, por determinação do governo da província, é inaugurada na cidade uma hospedaria de imigrantes, a Hospedaria Horta Barbosa, que garantiria a hospedagem dos imigrantes por um período máximo de dez dias. Também em 1888, foi criada a Inspetoria Geral de Imigração. A hospedaria, no entanto, precisou ser fechada em 1889 por problemas de infraestrutura. Somente em 1895 é que a hospedaria, após passar por um reestruturação, passa a funcionar efetivamente, recebendo, alimentando e agasalhando os imigrantes, que só poderiam nela permanecer por um período máximo de cinco dias.

A Hospedaria Horta Barbosa passou a receber, a partir de 1895, a maior parte do fluxo de imigrantes que vinham para Minas Gerais. Dela, eram encaminhados ao restante do estado. Segundo dados coletados por Mônica Oliveira, a partir do relatório Carlos Prates, de 1894 a 1897, chegaram a Minas Gerais 70.817 imigrantes. Destes 70.817 imigrantes, passaram pela Hospedaria Horta Barbosa 49.873. Dos imigrantes que passaram pela Hospedaria Horta Barbosa, 6% (2.992 imigrantes) optaram pela zona urbana de Juiz de Fora que, em 1890, contava com um contingente demográfico aproximado de 13 mil habitantes. Dos imigrantes que optaram pela zona urbana de Juiz de Fora, 88% o fizeram espontaneamente (o que significa que não tinham nenhum vínculo com a cidade, como parentes já instalados, ou contrato de trabalho pré-estabelecido), o que reforça a ideia corroborada pela historiadora de que a cidade

⁶⁰ PIRES, Anderson. *Café, finanças...* p. 68.

possuía grande poder atrativo. “Juiz de Fora era, portanto um ambiente fértil para novos empreendimentos e oferecia oportunidades de trabalho àqueles que já possuíam algum tipo de qualificação profissional ou não,” e teria atraído aqueles imigrantes que não estavam ligados diretamente ao trabalho no campo e que possuíam alguma experiência técnica.⁶¹

A hospedaria se mantém em funcionamento até 1906, quando o fluxo de imigrantes diminuiu tanto que chegava a ser inexistente. Um novo aumento no fluxo de imigrantes só vai ser verificado anos mais tarde, no período que antecedeu a Primeira Guerra Mundial, quando muitos europeus acabaram fugindo do clima politicamente hostil verificado em seu continente.⁶²

Dos estrangeiros que chegaram em Juiz de Fora, os mais numerosos eram italianos e portugueses. No entanto, a cidade também registrou a presença de alemães, turcos, espanhóis e outros. Segundo dados levantados por Silvia Maria Belfort, em 1920, a cidade contava com 6.062 imigrantes, distribuídos da seguinte forma: 3.389 italianos; 1.575 portugueses; 348 turcos; 323 alemães; 178 espanhóis e 249 de outras origens.⁶³

Com o fim das obras da estrada União e Indústria, 1861, alguns dos colonos alemães, aproveitando as poupanças guardadas durante os anos anteriores, se associam fundando pequenas fábricas. Outros acabaram se estabelecendo no comércio ou no setor de serviços da cidade.⁶⁴ De acordo com Anderson Pires:

“como recebiam os melhores salários e mantinham conhecimentos e habilidades necessárias em funções diversas, tiveram as condições e instrumentos necessários para aproveitar as oportunidades geradas na economia local, em grande parte como estímulos criados na própria economia cafeeira: muitos vão se estabelecer com firmas comerciais, oficinas e manufaturas que, com o próprio desenvolvimento econômico da região, vão acabar por se constituir em importantes unidades fabris em diversos setores do município.”⁶⁵

Em 1859, a área onde ficava situada a colônia Dom Pedro II foi loteada e vendida aos colonos, muitos dos quais adquiriram mais lotes quando, em 1878, a

⁶¹ OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *op cit.* p 111.

⁶² GASPARETTO JR. *op cit.* p. 56.

⁶³ ANDRADE, Silvia Maria Belfort Vilela de. *op cit.* p. 37.

⁶⁴ GASPARETTO JR, Antônio. *op cit.* p. 53.

⁶⁵ PIRES, Anderson. *Café, finanças...* p. 69.

Companhia União e Indústria, buscando sanar dificuldades financeiras, acaba loteando outra área territorial. E, anos mais tarde, alguns desses imigrantes acabam se tornando investidores do setor imobiliário ou de construção civil.⁶⁶

Os italianos, por sua vez, estiveram presente de forma muito marcante na economia e na cultura da cidade. Os primeiros deles chegaram na década de 1880, antes de a imigração subvencionada se tornar uma realidade. Chegaram em Juiz de Fora para ocupar funções na zona urbana da cidade, atuando como comerciantes ou mascates. Contribuíram também para o desenvolvimento de empreendimentos fabris, uma vez que muitos deles eram donos de oficinas ou pequenas fábricas.⁶⁷ Os italianos aparecem também como componentes do operariado urbano. Outros ainda, chegaram mesmo a se destacar como industriais.

Existem, na historiografia local, reflexões divergentes, por vezes opostas em relação ao papel desempenhado pelo imigrante no cenário econômico de Juiz de Fora. O trabalho de José Luiz Stehling é, provavelmente, a contribuição mais importante sobre imigração germânica em Juiz de Fora. Grande parte das informações usadas pelos autores hoje foram fornecidas pelo trabalho de Stehling. Sua análises, no entanto, são muito parciais, supervalorizando o papel dos alemães no crescimento do setor industrial da cidade.⁶⁸

Domingos Giroletti, por sua vez, aponta a chegada dos imigrantes alemães, para a construção da estrada União e Indústria, em 1856, e, posteriormente, a dos italianos, na década de 1880, como decisivas para o início da industrialização da cidade, apontando-os como os donos dos primeiros estabelecimentos industriais da cidade ou como a principal força de trabalho das primeiras indústrias.⁶⁹ Como o trabalho de Stehling, o de Giroletti também contribui para reforçar o mito do imigrante empreendedor.

Luiz Antônio Valle Arantes também analisou o papel exercido pelos imigrantes, sobretudo os alemães no processo de industrialização em Juiz de Fora. O autor busca compreender as origens étnicas, culturais, econômicas e sociais dos grupos imigrantes. Para Valle, os alemães de origem protestante foram os pioneiros na implantação das indústrias na cidade. Segundo ele, o capital empregado nas indústrias vinha da própria

⁶⁶ MIRANDA, Sonia Regina. *op cit.* p. 108.

⁶⁷ GASPARETTO JR, Antônio. *op cit.* p. 59.

⁶⁸ STEHLING, José Luiz. *Juiz de Fora, a Companhia União & Indústria e os alemães*. Juiz de Fora: FUNALFA, 1979.

⁶⁹ GIROLETTI, Domingos. *A industrialização de Juiz de Fora (1850-1930)*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1988.

atividade industrial.⁷⁰ Indo de encontro a essa visão, Anderson Pires afirma que o capital acumulado que permitiu que a economia se dinamizasse era oriundo da atividade cafeeira. Segundo ele, a elite agrária local lançou mão dos capitais acumulados com a venda do café para promover a dinamização da economia de Juiz de Fora.⁷¹

Mônica Oliveira, por sua vez, inova ao romper com o mito do imigrante empreendedor. A autora afirma que, para muitos dos imigrantes, o sonho de “fazer a América” não passava mesmo de sonho. Contrariando a historiografia tradicional sobre a imigração em Juiz de Fora, Mônica demonstra que os imigrantes não exerceram um papel tão empreendedor como se afirmava até então. A maioria deles, fixada na zona urbana, marcava presença em funções mais modestas: trabalhavam como comerciantes, carroceiros, em oficinas de marcenaria. As ditas indústrias, muitas vezes exaltadas pela historiografia tradicional, na maioria das vezes, não passavam mesmo de pequenas fábricas ou manufaturas domésticas. A autora, contudo, reconhece o papel exercido pelos imigrantes no crescimento econômico da cidade: italianos e alemães representaram um aumento na oferta de mão de obra mais qualificada e contribuíram para a constituição de mercado consumidor. Embora não tivessem assumido a liderança do processo de desenvolvimento da economia juiz-forana, estiveram nas bases que sustentaram esse mesmo desenvolvimento.⁷²

Nesta parte do capítulo, apresentamos uma noção geral sobre os aspectos ligados à imigração, no Brasil, em Minas Gerais e em Juiz de Fora, expondo o contexto e as condições de chegada dos imigrantes. No restante deste capítulo, trataremos de questões referentes ao processo de ocupação do espaço urbano da cidade no período estudado: as construções realizadas no período, a questão do déficit habitacional e o movimento de expansão do espaço urbano. Na terceira parte do capítulo analisaremos a presença dos imigrantes italianos e a sua inserção nesse processo de ocupação urbana, compondo o quadro de construtores, desenhistas e proprietários das edificações feitas em Juiz de Fora no período.

⁷⁰ ARANTES, Luiz Antônio Valle. *op cit.*

⁷¹ PIRES, Anderson. *Café, finanças...*

⁷² OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *op cit.*

2.2) O processo de ocupação do espaço urbano de Juiz de Fora

As origens da ocupação do território onde hoje se encontra a cidade de Juiz de Fora remonta ao século XVIII, mas é somente a partir da década de 1830 que se define o caráter urbano de um espaço que, até então era dividido em sesmarias.

Em 1737, um português de nome Antônio Vidal começa a adquirir propriedades de terra no entorno do Caminho Novo, mais especificamente no espaço em que hoje está localizada a região central da cidade. Alguns anos mais tarde, Antônio Vidal compra também as terras correspondentes aos atuais bairros de Santa Terezinha, Bandeirantes e Francisco Bernardino. A morte de Antônio Vidal provocou a divisão das terras entre seus três filhos e, já no século XIX, seu patrimônio foi dilapidado e a maior parte de sua terras foi adquirida por Antônio Dias Tostes que, tendo já adquirido outras terras – os espaços correspondentes aos bairros Vitorino Braga, Costa Carvalho, Bom Pastor, Graminha e maior parte da área central – tornou-se dono da maior parte da área que gerou a cidade.⁷³

A definição do traçado urbano de Juiz de Fora acontece em 1836, quando o engenheiro alemão Henrique Halfeld constrói a Estrada do Paraibuna – com o objetivo de ligar Juiz de Fora a Vila Rica. Foram definidas não só a principal avenida da cidade (atual avenida Rio Branco) como também as suas mais importantes vias arteriais. Além disso, Henrique Halfeld também demarca terras, constrói casas e planeja arruamentos. E, sendo casado com uma das filhas de Antônio Dias Tostes, torna-se, por consequência, proprietário de um enorme patrimônio territorial. Mais tarde, Halfeld passará a doar parte de seus territórios, conforme aponta Sonia Miranda.

“O baixo valor venal das terras ao lado da perspectiva de dinamização do núcleo urbano sob sua hegemonia política, fez com que aos poucos, Henrique Halfeld fosse doando terrenos utilizados diretamente no estabelecimento de eixos básicos para a posterior expansão da malha urbana. Este foi o caso da maior parte dos terrenos que posteriormente se transformaram nos principais pontos de referência e pontos de cruzamento da cidade como é o caso dos terrenos da atual praça João Penido, terrenos do Parque Halfeld, prédio da Câmara Municipal, terrenos da rua Halfeld, terrenos para abertura da rua Marechal Deodoro até o Morro do Imperador, terrenos do largo São Sebastião, terrenos para retificação do rio Paraibuna entre as atuais ruas Halfeld, Getúlio

⁷³ MIRANDA, Sonia Regina. *op cit.* p. 87-89

Vargas e Espírito Santo, terreno para construção de matadouro na atual rua Halfeld.”⁷⁴

Assim, desde a década de 1840, vão se estruturando atividades tipicamente urbanas, de modo que, na mesma década surgem planos da elite cafeicultora – que viu na cidade um importante espaço de poder – para construir a Igreja Matriz, a Santa Casa de Misericórdia e a Irmandade dos Passos. E, na década de 1850, a área central do povoado vai ser definida pela elite agrária como centro de poder. Paralelamente a isso, surge, ao sul do centro da cidade, um novo adensamento populacional que vai se tornar uma área populacional nobre (atual bairro Alto dos Passos).

Em 1855, foi fundada a Sociedade Promotora de Melhoramentos Materiais da Vila de Santo Antônio do Paraibuna, uma ação que reuniu representantes da elite agrária, empreendedores urbanos e profissionais liberais, o que demonstra que o processo de urbanização era parte de um projeto político e econômico consciente. Conforme aponta James Goodwin Junior, “em Juiz de Fora, o processo de urbanização não se deu em oposição, ou à revelia, dos interesses da elite local. Pelo contrário, a elite político-econômica, representada pela Câmara Municipal, transformou a urbanização da cidade de Juiz de Fora na principal manifestação coletiva de seu poder.”⁷⁵

Com a construção da estrada União e Indústria em 1856, e a chegada de imigrantes à cidade e o crescimento econômico que colocou Juiz de Fora no papel de maior entreposto comercial (e também industrial) da região, houve um importante crescimento populacional acompanhado de um processo de horizontalização da cidade, em que novos bairros vão se formando no entorno daqueles já existentes. Esses fatores somados fazem com que a questão habitacional se torne um problema central a ser solucionado. “Devido a esse fato, um setor de construção civil existente desde a fase imperial, aos poucos se esboçava como setor dinâmico do ponto de vista do envolvimento de mão-de-obra e recursos, embora predominassem na cidade pequenos e médios construtores.”⁷⁶

É sobre o problema habitacional que o setor de edificações se desenvolve na cidade. Na ausência de ações do poder público para sanar a questão, a iniciativa privada vê no investimento imobiliário uma oportunidade de negócios, de modo que, além das

⁷⁴ MIRANDA, Sonia Regina. *op cit.* p. 89 e 90.

⁷⁵ GOODWIN JR., James. *A “Princesa de Minas”: A construção de uma identidade pelas elites juiz-foranas (1850-1888)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1996. p. 102.

⁷⁶ MIRANDA, Sonia Regina. *op cit.* p. 208.

construções sofisticadas destinadas à elite, a partir da década de 1890, a construção e a locação de moradias populares para operários torna-se um negócio altamente lucrativo.

“Na maior parte das cidades brasileiras, [...] a expansão e o estabelecimento de população e investimentos são anteriores a qualquer tipo de intervenção dos poderes públicos locais, que emergem posteriormente como ordenadores de um crescimento que foi fruto de iniciativas privadas diversas.”⁷⁷

De fato, as primeiras ações do poder público no sentido de ordenar o crescimento da cidade datam de 1892, quando Francisco Bernardino está à frente da Câmara Municipal de Juiz de Fora. Durante sua administração, cria-se o primeiro plano de saneamento da cidade, além de serem definidas as primeiras regras referentes ao imposto predial e novas construções na cidade. Resoluções publicadas pela Câmara Municipal no anos de 1892 e 1893 mostram que havia grande preocupação com a questão habitacional, legislando não somente sobre as condições das moradias já existentes, como também definindo regras para as novas construções.⁷⁸

De acordo com os dados que foram levantados para esta pesquisa, verificamos, entre 1890 e 1895 (período que abrange a administração de Francisco Bernardino), um total de 126 projetos para construções, conforme apresentado na Tabela 1, abaixo:

Tabela 1 – Número de projetos para construções em Juiz de Fora (1890-1895)

Ano	Número de projetos
1890	1
1891	1
1892	3
1893	50
1894	44
1895	27

Fontes: ARQUIVO HISTÓRICO DA CIDADE DE JUIZ DE FORA. Plantas Arquitetônicas, 1890-1939. Caixas 1-40.

A publicação de Resoluções definindo as regras para novas construções em 1892 e 1893 pode ajudar a explicar o baixo número de projetos encontrados entre 1890-1892,

⁷⁷ MIRANDA, Sonia Regina. *op cit.* p. 254.

⁷⁸ SILVA, Maíra Carvalho Carneiro. *op cit.* p. 90 e 91.

uma vez que, até 1892, não havia uma legislação específica sobre o assunto. Antes de 1892, as câmaras municipais não dispunham de autonomia administrativa e financeira, a maior parte dos serviços realizados nas cidades era fruto da iniciativa privada, sem um controle por parte do setor público. A partir de 1893, com a exigência de apresentação de um projeto para construção, que deveria seguir às regras fixadas para que fossem autorizados pela municipalidade, faz com que o número desses projetos aumente.

Tabela 2 – Número de projetos para construções em Juiz de Fora (1896-1900)

Ano	Número de projetos
1896	22
1897	21
1898	14
1899	8
1900	1

Fontes: ARQUIVO HISTÓRICO DA CIDADE DE JUIZ DE FORA. Plantas Arquitetônicas, 1890-1939. Caixas 1-40.

No ano de 1896, uma nova Resolução é publicada, dessa vez legislando sobre as construções de casas coletivas, incluindo hotéis, albergues, asilos, vilas e estalagens. Tais construções deveriam obedecer a normas específicas que incluíam, além das exigências impostas para as construções de casas particulares, condições como ter banheiros em número suficiente e estarem sujeitas a visitas e inspeções sanitárias. A legislação em questão, no entanto, não define as condições que diferenciam as casas coletivas, o que gerava um problema para a arrecadação municipal, uma vez que esse tipo de construção pagava um imposto predial diferenciado. A mesma Resolução exigia ainda que as casas deveriam ter pelo menos cinco metro de pé direito no andar térreo e 4,20m nos demais andares, o que encarecia demais as obras.⁷⁹ Tal situação pode ajudar a compreender os números da Tabela 2, que mostram um declínio no número de projetos no período de 1896-1900.

Contudo, não descartamos a possibilidade de que a maior parte das construções do período tenha sido executada fora dos padrões exigidos e, por isso, mesmo sem a devida licença. De fato, o que pudemos verificar foi que a quase totalidade dos projetos nesse período corresponde à construção especializada do ponto de vista arquitetônico,

⁷⁹ SILVA, Máira Carvalho Carneiro. *op cit.* p. 92.

segundo os padrões vistos na Europa e no Rio de Janeiro e com elevado grau de sofisticação, como palacetes e *chalets*, ou seja, construções destinadas a pessoas que certamente podiam pagar pelas exigências impostas em lei.

O quinquênio seguinte repete esse cenário, com um número ainda mais baixo de projetos apresentados. São apenas 23 projetos, conforme Tabela 3 abaixo:

Tabela 3 – Número de projetos para construções em Juiz de Fora (1901-1905)

Ano	Número de projetos
1901	1
1902	1
1903	3
1904	1
1905	17

Fontes: ARQUIVO HISTÓRICO DA CIDADE DE JUIZ DE FORA. Plantas Arquitetônicas, 1890-1939. Caixas 1-40.

A questão habitacional se colocava como um problema central durante as três primeiras décadas do século XX, sobretudo no que se refere a moradias populares. No entanto, o investimento nesse tipo de moradia parece ser, no período mostrado na Tabela 3, pouco atrativo. De fato, segundo dados apresentados no trabalho de Maíra Carvalho Carneiro Silva, foram registradas apenas três construções desse tipo na cidade, todas elas no ano de 1905. Os dados que coletamos confirmam essa situação, uma vez que no referido quinquênio, a maior parte dos projetos referem-se ou a construções de estilo sofisticado ou a construções voltadas para fins comerciais.

Certamente, não descartamos a possibilidade de que, também nesse período, construções tenham sido executadas sem qualquer tipo de registro ou licença. De acordo com Sonia Miranda, a cidade passou por um processo de expansão horizontal difusa no início do século XX, em que foram povoados, principalmente, os bairros mais tipicamente operários em direção à zona norte.⁸⁰ É importante ressaltar que as construções operárias, as moradias das classes mais pobres eram aquelas que, normalmente não atendiam às exigências fixadas pela legislação.

⁸⁰ MIRANDA, Sonia Regina. *op cit.* p. 203-208.

Tabela 4 – Número de projetos para construções em Juiz de Fora (1906-1915)

Ano	Número de projetos
1906	25
1907	18
1908	9
1909	27
1910	64
1911	80
1912	135
1913	68
1914	35
1915	75

Fontes: ARQUIVO HISTÓRICO DA CIDADE DE JUIZ DE FORA. Plantas Arquitetônicas, 1890-1939. Caixas 1-40.

A Tabela 4 acima representa uma nova conjuntura no que diz respeito aos investimentos no mercado imobiliário e, conseqüentemente, no setor de edificações. O problema da falta de moradia na cidade persistia e o poder público resolveu intervir, através de resoluções que previam benefícios para quem quisesse investir no mercado imobiliário, construindo casas de aluguel.

A primeira dessas resoluções é publicada em 1908, com incentivo a construção de casas populares. Tal Resolução garantia isenção, por cinco anos, de todos os impostos municipais, aos proprietários que construíssem grupos de pelo cinco casas para operários. Fixava também normas sanitárias para as construções além de impor um limite para o valor dos aluguéis: não poderia ultrapassar 30\$000 por mês, pelo menos enquanto durassem os favores da lei.

A lei, no entanto não surte os efeitos esperados, como é possível confirmar pelos números da Tabela 4 até 1912, ano em que uma nova conjuntura se apresenta. Tendo permanecido o problema do déficit habitacional, a municipalidade se vê na necessidade de intervir novamente. Depois de uma greve de 14 dias, envolvendo diversos setores do operariado e que colocava em pauta, inclusive a questão habitacional, a Câmara Municipal de Juiz de Fora publica a Resolução 666, com os mesmos dizeres da

Resolução de 1908.⁸¹ A partir de 1912 e nos anos seguintes, verifica-se um importante aumento no número de construções (sobretudo se compararmos aos anos anteriores), certamente em virtude dos benefícios concedidos pela lei.

Tabela 5 – Número de projetos para construções em Juiz de Fora (1916-1920)

Ano	Número de projetos
1916	53
1917	76
1918	25
1919	69
1920	82

Fontes: ARQUIVO HISTÓRICO DA CIDADE DE JUIZ DE FORA. Plantas Arquitetônicas, 1890-1939. Caixas 1-40.

Em 1916, José Procópio Teixeira, importante investidor imobiliário, assume a administração municipal e sua gestão, marcada por um período de prosperidade econômica, passa a fazer investimentos nos serviços ligados a calçamentos e ao embelezamento da cidade. Embora não tenham se verificado mudanças significativas com relação ao saneamento, no que diz respeito ao incentivo às construções modernas, a administração de Procópio Teixeira fez um excelente trabalho, tanto que a Associação Comercial de Juiz de Fora chegou a publicar uma manifestação pública de exaltação a ele, conforme aponta Miranda. Segundo a autora, “a priorização dos investimentos relativos à forma urbana associada à manutenção de uma retórica relativa à instituição de padrões disciplinares em diferentes áreas da cidade [...] levou ao incremento dos investimentos ligados ao setor imobiliário urbano.”⁸²

Também nesse período são publicadas novas resoluções visando priorizar a construção de moradias. Em 1917, a Resolução 743 incentiva construções de dois ou mais andares. Em 1919, a Resolução 814 garante isenção de três para a construção de moradias. Apesar dos incentivos criados em 1912, o problema de moradia permanece e se agrava ainda em 1919, quando a 4ª Região Militar se instala na cidade.⁸³

Esse grande número de resoluções incentivando a construção de moradias pode ser explicado pelo fato de que, baseada no discurso higienista, a Sociedade de Medicina

⁸¹ ANDRADE, Silvia Maria Belfort Vilela de. *op cit.* p. 43.

⁸² MIRANDA, Sonia. *op cit.* p. 196-198.

⁸³ ANDRADE, Silvia Maria Belfort Vilela de. *op cit.* p. 44

e Cirurgia de Juiz de Fora, tentava acabar com os cortiços e habitações insalubres, tendo mesmo reivindicado do poder público medidas para a extinção desse tipo de habitação, sugerindo a abertura de concorrência para a construção de moradias higiênicas na cidade.⁸⁴

Tabela 6 – Número de projetos para construções em Juiz de Fora (1921-1925)

Ano	Número de projetos
1921	88
1922	98
1923	108
1924	19
1925	116

Fontes: ARQUIVO HISTÓRICO DA CIDADE DE JUIZ DE FORA. Plantas Arquitetônicas, 1890-1939. Caixas 1-40.

No período apresentado na Tabela 6 acima, persiste o problema habitacional, de modo que são feitas novas tentativas de incentivo à construção de vilas operárias e casas baratas para proletários. Ao mesmo tempo investidores como Henrique Surerus inauguravam avenidas com grande número de casas para aluguel.

Nesse período também crescem iniciativas por parte dos investidores do mercado imobiliário no sentido de valorizar os terrenos investindo-se em construções nos lotes por eles adquiridos, uma vez que a presença de edificações, mesmo que pequenas e simples, elevavam os preços dos terrenos. Um exemplo dessas iniciativas dos investidores é o caso que se segue:

“Um dos maiores proprietários de terras urbanas e, portanto, um dos maiores contribuintes de imposto predial para a Câmara era José Procópio Teixeira que, sendo proprietário de significativas parcelas de terrenos entre o Morro de Santo Antônio e a rua da Serra, empenhou-se efetivamente no sentido de doar terrenos para abrir ruas e expandir os serviços de saneamento e calçamento para aquela região, em que ele próprio investia em casas de aluguel para operários e classe média.”⁸⁵

A essas iniciativas o que se segue é realmente a valorização dos terrenos e de alguma áreas da cidade. Os cortiços e casebres passam a dar lugar a construções

⁸⁴ LANA, Vanessa. *op cit.* p. 66 e 67.

⁸⁵ MIRANDA, Sonia Regina. *op cit.* p. 221-226.

modernas, transformando espaços antes insalubres e áreas nobres. Nos anos seguintes o que ocorre é um intenso loteamento de diversas áreas da cidade e um grande número de transações imobiliárias envolvendo terrenos. Isso se dá devido a um declínio da atividade agroexportadora: a crise na cafeicultura levou fazendeiros, donos de propriedades rurais próximas ao perímetro urbano, a lotearem suas terras e venderem para posterior formação de bairros. Em contrapartida, há uma diminuição do número de construções na cidade (sendo uma média de vinte por ano), conforme é possível verificar pela leitura do Gráfico 1 abaixo:

Fontes: ARQUIVO HISTÓRICO DA CIDADE DE JUIZ DE FORA. Plantas Arquitetônicas, 1890-1939. Caixas 1-40.

Os anos 1920, sobretudo após 1925 são marcados por uma fase de crise financeira em Juiz de Fora. Para se ter uma ideia, entre 1925 e 1930, 97 empresas decretaram falência na cidade. “A crise no segmento agrário se reflete no setor urbano-industrial, iniciando neste um quadro de estagnação e declínio que vai perdurar, pelo menos, até ao final da década de 1930.”⁸⁶ Essa conjuntura econômica pode ajudar a explicar a diminuição no número de construções no período e o aparente desaquecimento no setor de edificações.

Na década de 1930, a crise financeira local, iniciada em 1925, vai se tornar mais profunda em razão da crise internacional de 1929. O número de falências verificado a

⁸⁶ BARROS, Nicélio do Amaral. *Sob clima tenso: crise estrutural, mudanças institucionais e deslocamento do eixo político e econômico em Minas Gerais – 1920/1940*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2007. p. 122.

partir de 1925 vai aumentar depois de 1930. E, a partir de 1935, o que se verá é uma agudização da crise, com o declínio da produção cafeeira e aumento do número de falências de unidades fabris importantes. A crise também atinge a esfera política, causando a perda de influência de vários políticos da Zona da Mata. No final dos anos 1930 ocorre uma ligeira recuperação, mas que não foi suficiente para que a cidade se reincorpore no cenário de desenvolvimento nacional, de tal modo que a economia local permanece estagnada até os dias de hoje.⁸⁷

Esse cenário de crise econômica, inicialmente regional e posteriormente internacional, parece ter sido o que ocasionou o número de projetos para construções no último período apresentado para este estudo. Em dificuldades financeiras, a população juiz-forana para de contratar novas construções, ficando para este último período somente contratos para projetos grandiosos ou projetos de moradias, que figuravam como um negócio altamente lucrativo. Um exemplo, apresentado por Sonia Miranda deixa clara a lucratividade desse tipo de negócio: “um lote de 7 moradas com uma excelente renda de 350\$000, podendo render mais, por 35:000\$000.”⁸⁸

Os dados que levantamos para esta pesquisa nos permitem também acompanhar o sentido da ocupação territorial e do crescimento urbano no período estudado. A partir do números levantados foi possível fazer um mapeamento da cidade da época e determinar as áreas onde mais se investia e, conseqüentemente, onde mais se construía.

Com esse objetivo, dividimos a cidade em áreas e, para isso, fez-se necessária a definição de certos critérios. Inicialmente, pensamos em utilizar os critérios oficiais atuais, segundo os quais a cidade se encontra dividida em sete regiões: Central, Leste, Nordeste, Norte, Oeste, Sudeste e Sul. No entanto, após refletir sobre tal divisão, ficou claro que ela não atenderia às necessidades desta pesquisa, uma vez que a cidade hoje ocupa um território muito maior do que o ocupado no período estudado, o que colocaria a quase totalidade de bairros povoados na época dentro do que hoje é considerado como a Região Central.⁸⁹

Assim, buscando enriquecer a análise, definimos nossos próprios critérios para fazer tal divisão. Primeiramente, separamos os endereços encontrados na pesquisa segundo o bairro em que cada um está localizado, o que foi possível observando os nomes de ruas que são indicados nas *Plantas Arquitetônicas*. Em seguida, o que fizemos

⁸⁷ BARROS, Nicélio do Amaral. *op. cit.* p. 123-136.

⁸⁸ MIRANDA, Sonia. *op. cit.* p. 210.

⁸⁹ Maiores informações sobre a divisão atual, consultar o site o oficial de Prefeitura de Juiz de Fora no endereço eletrônico <<https://www.pjf.mg.gov.br/cidade/mapas/>>.

foi identificar as características de cada bairro, e os agrupamos de acordo com as semelhanças ou diferenças encontradas entre eles, segundo o tipo de construção feita em cada um. Assim, cada uma das áreas em que dividimos a cidade engloba bairros que apresentem características semelhantes entre si, o que resultou em sete áreas: *Centro*, *Glória*, *São Mateus*, *Mariano Procópio*, *Poço Rico*, *Botanágua* e *Manoel Honório*. Foi também necessário incluir um oitavo campo, que denominamos *Indefinido*, agrupando projetos que não tem endereço identificado.

A área que chamamos de *Centro* agrupa o conjunto de ruas que hoje compõem: 1) o centro comercial da cidade: Rio Branco, Halfeld, Marechal Deodoro, Santa Rita, São João Nepomuceno, Floriano Peixoto, Fonseca Hermes, Barbosa Lima, São Sebastião, Espírito Santo, Batista de Oliveira, Braz Bernardino, Getúlio Vargas; 2) as adjacências: Santo Antônio, Sampaio, Oscar Vidal, Rei Alberto, Constantino Paleta, Hypolito Caron, Francisco Bernardino, Benjamin Constant; 3) o que hoje corresponde aos bairros Santa Helena e Paineiras: Olegário Maciel, Tiradentes.

A área que denominamos *Glória* se constitui das ruas que hoje compõem: 1) as adjacências do Largo do Riachuelo: Silva Jardim, Barão de Cataguases, Paula Lima, Roberto de Barros, Largo do Riachuelo; 2) o Morro da Glória e o bairro Jardim Glória: Andradas, Artistas, João Pinheiro.

Na área que chamamos de *São Mateus*, foram agrupadas as ruas que hoje fazem parte dos bairros São Mateus e Alto dos Passos: Moraes e Castro, Doutor Romualdo, Padre Café, Pedro Botti, São Mateus, Belo Horizonte, Manoel Bernardino, Barão de São Marcelino, Barão de Aquino, Dom Silvério, Dom Viçoso, Severiano Sarmiento.

A área que denominamos *Mariano Procópio* é formada pelas ruas que hoje fazem parte dos bairros Mariano Procópio e Fábrica (a região que inicialmente abrigava a Colônia Dom Pedro II): Bernardo Mascarenhas, Coronel Vidal, Dom Pedro II, Feliciano Penna, Agassis, Rui Barbosa, Mariano Procópio, Olavo Bilac, Henrique Burnier.

O que definimos como *Poço Rico* corresponde ao agrupamento das ruas que compõem os bairros Poço Rico e Granbery: Cemitério, Osório de Almeida, Antônio Dias, Barão de Santa Helena.

O que denominamos *Botanágua* se constitui das ruas que hoje compõem os bairros Vitorino Braga, Costa Carvalho e Botanágua: Garibaldi, Sete de Setembro, Carlos Otto, Maria Perpétua, Vitorino Braga, São Geraldo, Henrique Vaz, Clorindo Burnier, Cesário Alvim.

Finalmente, *Manoel Honório* é a área que corresponde ao conjunto de ruas que hoje compõem os bairros Manoel Honório e Santa Terezinha: Américo Lobo, Eugênio Fontainha, Américo Luz, Barão de Ibertioga, 1º de maio.

A partir dessa divisão, conseguimos verificar como, ao longo do período englobado por esta pesquisa se deu o movimento de ocupação do espaço urbano de Juiz de Fora, quais áreas concentraram mais construções e para que parcela da população cada área foi destinada. Dividimos o período estudado em cinco períodos menores: 1890-1900; 1901-1910; 1911-1920; 1921-1930; 1930-1939. Embora o marco inicial da pesquisa seja o ano de 1895, escolhemos também incluir os anos anteriores para tornar a análise mais completa.

Tabela 7 – Número de projetos para construções por área (1890-1900)

Área	Número de Projetos
Centro	78
Mariano Procópio	18
São Mateus	14
Botanágua	13
Glória	11
Poço Rico	10
Manoel Honório	5

Fontes: ARQUIVO HISTÓRICO DA CIDADE DE JUIZ DE FORA. Plantas Arquitetônicas, 1890-1939. Caixas 1-40.

Para o período que vai de 1890 a 1900, o que se percebe é um grande interesse pelo *Centro*. Tendo sido essa área a primeira a receber um traçado tipicamente urbano na cidade, com as obras executadas por Halfeld em 1836, também é ela que, na década de 1890, apresenta povoamento mais intenso. Foi nessa área que a elite instalada na cidade estabeleceu seu centro de poder e controle, organizado sob a tríade Igreja/Repartições Públicas/Praça Central. Também lá se fixaram profissionais liberais e comerciantes, garantindo a esse espaço uma tradição mercantil que se mantém até hoje.

Para além disso, seguindo na direção norte, temos *Mariano Procópio*, área onde se desenvolveram os bairros Fábrica e Mariano Procópio, ainda na década de 1860. Instalado na cidade por conta da construção da estrada União e Indústria, Mariano Procópio Ferreira Lage acaba adquirindo uma grande extensão de terra, onde hoje se encontra o bairro que levou o seu nome. A construção da estrada levou também à

fundação a colônia Dom Pedro II no local que hoje corresponde ao bairro Fábrica. Sendo uma região majoritariamente operária, distante do centro de poder estabelecido pela elite, a área apresenta uma busca por construções ainda tímida nesse primeiro período, mas ainda assim, aparece como a segunda com o maior número de projetos.

Rumo ao sul, há o povoamento de uma área que, longe das enchentes do rio Paraibuna, vai se constituir em área residencial nobre. O que denominamos *São Mateus*, nesse primeiro momento, é essencialmente o bairro Alto dos Passos que, apesar de suas características como área residencial da elite, só vai apresentar uma maior expansão nos anos 1910.

As demais áreas também apresentam um baixo número de construções. De fato, o cenário só se altera a partir de 1911 quando a pressão populacional leva a uma expansão territorial da cidade, o que podemos verificar pelas Tabelas 8 e 9 a seguir:

Tabela 8 – Número de projetos para construções por área (1901-1910)

Área	Número de Projetos
Centro	109
Glória	13
Mariano Procópio	12
Botanágua	12
São Mateus	3
Poço Rico	3
Manoel Honório	2

Fontes: ARQUIVO HISTÓRICO DA CIDADE DE JUIZ DE FORA. Plantas Arquitetônicas, 1890-1939. Caixas 1-40.

Tabela 9 – Número de projetos para construções por área (1911-1920)

Área	Número de Projetos
Centro	336
Botanágua	84
Glória	63
São Mateus	55
Mariano Procópio	41
Poço Rico	30
Manoel Honório	21

Fontes: ARQUIVO HISTÓRICO DA CIDADE DE JUIZ DE FORA. Plantas Arquitetônicas, 1890-1939. Caixas 1-40.

Observando os números das Tabelas 8 e 9, percebe-se que, embora a maior concentração de construções tenha se mantido no *Centro*, houve um movimento de expansão, uma maior procura por outras áreas da cidade.

O *Centro* tem maior destaque por ser área que apresenta maior concentração dos serviços públicos básicos e de infraestrutura. É também nessa área que se concentra a maior parte dos estabelecimentos comerciais da cidade. A avenida Rio Branco e suas vias arteriais caracterizavam-se pelas construções modernas, moradias da elite local. Os arredores da rua 15 de Novembro (hoje avenida Getúlio Vargas), por sua vez, caracterizavam-se pelos estabelecimentos comerciais e industriais, que mesmo distantes dos padrões de beleza, garantiam o dinamismo econômico da área.⁹⁰

Próximo à margem esquerda do rio Paraibuna está *Botanágua*, uma área desde o início habitada majoritariamente pela população de baixa renda. A maior parte dos projetos encontrados para essa área são referentes a moradias operárias, cuja construção foi muito incentivada pela municipalidade visando sanar o déficit habitacional em Juiz de Fora. O momento de aumento dos projetos para essa área coincide exatamente com época em que a pressão populacional levou os moradores da cidade a ocupar outras áreas, mais distantes da área central e forçou a administração municipal a criar medidas para atender à demanda por moradia.

Nas adjacências da região central, temos a região da *Glória*, a terceira com maior número de projetos na década de 1910. A ocupação dessa área se deu em virtude do crescimento econômico de Juiz de Fora e constituiu-se sobretudo, como importante

⁹⁰ MIRANDA, Sonia Regina. *op cit.* p. 207.

área residencial ocupada por uma classe média abastada. O que se verifica é uma concentração de projetos mais elaborados se comparados àqueles verificados nas áreas mais tipicamente operárias, à exceção do espaço localizado no entorno do Largo do Riachuelo, sobretudo a rua Paula Lima, que era marcada pela construção de vilas operárias e casas de aluguel.

Seguindo pela avenida Rio Branco no sentido sul, a cidade vivencia o desenvolvimento de dois bairros que se constituíram na área mais elitizada e, conseqüentemente, mais valorizada da cidade: os bairros São Mateus e Alto dos Passos. Essa é a área que denominamos *São Mateus* e que, desde o início vai ser alvo do interesse de investidores particulares, como o caso do Barão de Bertioga que, ainda em 1875, com recursos próprios, canaliza um manancial de água e constrói um chafariz para seu uso e de outros moradores.⁹¹

A região de *Mariano Procópio* também vivenciou um aumento da procura a partir da década de 1910. A região é constituída por dois espaços distintos: de um lado o bairro de Mariano Procópio, marcado pelas instalações da Companhia União e Indústria e por um traço nobre garantido pela residência de veraneio da família Ferreira Lage (hoje Museu Mariano Procópio; por outro lado, a área compreendida pelo bairro Fábrica, marcada por ser a morada dos colonos imigrantes e constituindo-se como área suburbana e de características tipicamente operárias.⁹² De fato, os projetos destinados à rua Bernardo Mascarenhas são basicamente do mesmo tipo daqueles indicados para a região de *Botanágua*: prédios com várias moradas, pensados para serem casas populares de aluguel.

E, com menor procura, temos as áreas de *Poço Rico* e *Manoel Honório*. A primeira se desenvolveu com características tipicamente industriais, havendo a instalação de algumas fábricas nessa área e a fixação de linhas de bonde. A maior parte dos projetos referem-se a construções típicas de uma classe média urbana. Manoel Honório, por sua vez, se constituiu como área suburbana, abrigando parte da população operária, com construções de tipo barato para aluguel.

⁹¹ MIRANDA, Sonia Regina. *op cit.* p.95.

⁹² *Ibid.* p. 205

Tabela 10 – Número de projetos para construções por área (1921-1930)

Área	Número de Projetos
Centro	166
Botanágua	76
São Mateus	71
Mariano Procópio	51
Manoel Honório	42
Glória	41
Poço Rico	32

Fontes: ARQUIVO HISTÓRICO DA CIDADE DE JUIZ DE FORA. Plantas Arquitetônicas, 1890-1939. Caixas 1-40.

Tabela 11 – Número de projetos para construções por área (1931-1939)

Área	Número de Projetos
Centro	70
São Mateus	37
Botanágua	33
Mariano Procópio	23
Manoel Honório	22
Poço Rico	11
Glória	8

Fontes: ARQUIVO HISTÓRICO DA CIDADE DE JUIZ DE FORA. Plantas Arquitetônicas, 1890-1939. Caixas 1-40.

Os dois períodos apresentados nas Tabelas 10 e 11, apesar de apresentarem uma queda no número de projetos – o que acontece em virtude de questões já discutidas – demonstram que o movimento de expansão da cidade sem mantém. O *Centro* continua sendo a área com maior número de construções, mas as áreas de *São Mateus* e *Botanágua*, também tiveram uma procura considerável.

São Mateus por ser uma área bastante valorizada e que se tornava, ano a ano, alvo de maior especulação imobiliária, tanto que, em 1928, os mais de cem pequenos e médios proprietários do bairro fundaram a Associação de Proprietários e Moradores de São Mateus, com argumentos ligados à importância do bairro para a arrecadação

municipal e à importante valorização dos terrenos da área, buscando uma garantia que fosse valorizado o patrimônio dos moradores.⁹³

Botanágua por ser a área de habitação das classes menos favorecidas. É importante lembrar que nessa época, a administração municipal seguiu lançando programas de incentivo à construção de moradias populares, o que sempre provocava um certo impulso nos números de construções nas áreas em que esse tipo de habitação se concentrava.

O aumento da procura na área denominada *Manoel Honório* pode ser explicado pelo intenso loteamento ocorrido no espaço que hoje corresponde aos bairros de Manoel Honório e Santa Terezinha. “Mudanças significativas se fizeram sentir a partir de 1915, quando inicia-se o recurso aos loteamentos de larga escala e à incorporação de glebas à malha urbana, o que provocou uma expansão da cidade para áreas até então consideradas como subúrbios.”⁹⁴

2.2) Quem construía e para quem: a presença dos imigrantes italianos entre proprietários e construtores

Nesta seção, trataremos da presença dos imigrantes entre os proprietários e construtores encontrados nas plantas. Para tanto, dividiremos esta seção em dois tópicos. O primeiro vai tratar especificamente dos proprietários, observando aqueles que mais aparecem nas plantas de modo a identificar aqueles que figuravam como investidores imobiliários e proprietários de casas de aluguel. O segundo tópico vai tratar dos construtores, identificando os mais frequentes e as características mais marcantes do trabalho de cada: o que construía e o tipo de clientela que atraía.

Para o desenvolvimento desta usaremos os dados encontrados nas *Plantas Arquitetônicas* e sistematizados em um banco de dados desenvolvido para esta juntamente com dados levantados por outros pesquisadores em trabalhos da historiografia local. O cruzamento desses dados permite conhecer de forma mais detalhada quem eram os atores envolvidos nesse processo de construção da *Manchester Mineira*.

⁹³ MIRANDA, Sonia Regina. *op. cit.* p. 222.

⁹⁴ *Ibid.* p. 217.

Para quem se construía: conhecendo os proprietários

O período que estudamos para esta pesquisa foi marcado, em Juiz de Fora por um constante déficit habitacional e por uma série de ações da municipalidade visando incentivar o investimento em construções e sanar o problema de habitacional. Nesse contexto, muitos dos proprietários de imóveis na cidade acabaram se tornando de fato investidores imobiliários e importantes loteadores. Nesta seção, apresentaremos os dados levantados a respeito desses proprietários e nos debruçaremos, especialmente, sobre os casos envolvendo os imigrantes italianos.

Rita Almico, em sua pesquisa sobre a diversificação de fortunas em Juiz de Fora observa que, para o período de 1889 a 1914, nos inventários analisados as casas aparecem entre os principais ativos na composição da riqueza, aparecendo em seis desses anos como o maior ativo. Segundo a autora, nos inventários analisados, foram encontrados 53 casos de proprietários, ou seja, “pessoas que viviam de alugar casas”.⁹⁵

Esses proprietários eram pessoas ligadas também a diversos outros tipos de atividades urbanas. Sonia Miranda divide esses proprietários (investidores do setor imobiliário) em três grupos, definidos segundo as origens de seu capital: 1) ex-fazendeiros instalados próximos à área urbana e que tiveram suas terras incorporadas à malha urbana para a formação de bairro, como é o caso de Afonso Botti, Manoel Honório e Aurélio Salgado; 2) pecuaristas e cafeicultores dos distritos de Juiz de Fora que acabaram se vinculando também a atividades urbanas ligadas à indústria, ao comércio e ao setor de serviços, como o caso de José Procópio Teixeira, Teodorico Assis e Luiz Souza Brandão; 3) pessoas que tiveram seu capital gerado a partir de atividades exclusivamente urbanas – industriais, comerciantes e profissionais liberais (incluindo um certo número de imigrantes italianos, alemães e portugueses) – como é o caso de Henrique Surerus, Benjamin Meggiolaro, Jacob Kneipp, Bruno Barbosa e Pantaleone Arcuri.⁹⁶

De acordo com o observado por Mônica Oliveira, o mercado imobiliário representava uma possibilidade de mobilidade social para o imigrante, de modo que muitos, alemães e italianos, quando conseguir acumular alguma reserva financeira,

⁹⁵ ALMICO, Rita de Cássia da Silva. *op cit.* p. 103-112.

⁹⁶ MIRANDA, Sonia Regina. *op cit.* p. 230-233

acabam investindo em moradia, principalmente nos cortiços que se proliferavam pela cidade.⁹⁷

Por meio dos dados que levantamos, foi possível elaborar o Gráfico 2, que mostra a incidência de proprietários italianos e não italianos ao longo do período estudado. Entre os não italianos encontram-se além de nacionais, também imigrantes de outras nacionalidades, que não classificamos pois extrapolaria os objetivos desta pesquisa. No entanto, os casos de maior relevância vão ser abordados mais à frente.

Fontes: ARQUIVO HISTÓRICO DA CIDADE DE JUIZ DE FORA. Plantas Arquitetônicas, 1890-1939. Caixas 1-40.

Os 17% de incidência de imigrantes italianos apontados no Gráfico 2 correspondem a um total de 304 projetos, dos quais alguns nomes aparecem repetidas vezes. Ao cruzar esses nomes com os dados encontrados na bibliografia estudada, percebemos que aqueles com maior número de repetições correspondem também àqueles que estiveram na cidade atuando como investidores do setor imobiliário.

Dentre os proprietários, encontramos alguns casos de maior destaque, tanto entre os italianos como entre os não italianos, proprietários que tiveram, de fato alguma importância no cenário juiz-forano.⁹⁸

O primeiro desses casos é o de Afonso Botti, italiano, que, além de figurar como um dos mais importantes loteadores da cidade, também aparece como proprietário com

⁹⁷ OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *op cit.* p. 166.

⁹⁸ Parte das informações sobre os proprietários foram baseadas em dados levantados por Sonia Miranda. Ver em MIRANDA, Sonia Regina. *op cit.* p. 235.

um total de sete projetos em seu nome ao longo do período. Tendo loteado terrenos no Alto dos Passos e no Mundo Novo, Afonso Botti é tido como um dos benfeitores da cidade. Era sapateiro, mas tinha negócios na agricultura e na construção civil e era membro do Centro de Proprietários Urbanos.

O próximo caso é o de José Procópio Teixeira, um dos maiores investidores imobiliários de Juiz de Fora. Médico por profissão, José Procópio Teixeira tinha negócios ligados à agricultura, ao comércio, à construção civil, a loteamentos e à locação de imóveis. Foi membro de diversas associações na cidade, como a Sociedade de Medicina e Cirurgia e o Centro de Proprietários Urbanos. Ocupou o cargo de presidente da Câmara Municipal e era sócio do Rotary Club. Em seu nome, encontramos um total de onze projetos.

Outro caso de destaque é o de Henrique Surerus, imigrante alemão e industrial. Também tinha negócios ligados ao comércio, à construção civil e à locação de imóveis. Era membro do Centro de Proprietários Urbanos, da Associação Comercial e do Rotary Club. Encontramos um total de doze projetos em seu nome, com todas as plantas assinadas por ele.

Além desses apresentados acima, podemos destacar os casos de: Luiz Alevato, italiano, com dez projetos; João Evangelista da Silva Gomes, com sete projetos; Jacob Kneip, com seis projetos; João Borges de Matos, com seis projetos; Ângelo Crivellari, italiano, com seis projetos; Francisco Antônio Brandi, também italiano, com quatro projetos.

Benjamin Meggiolaro, embora apareça como proprietário em apenas dois projetos, merece porque atuou na cidade como importante loteador de terrenos, principalmente na área que hoje corresponde ao bairro Vitorino Braga.

Pantaleone Arcuri tem nove projetos em seu nome e figurava também como investidor imobiliário. No entanto, vamos deixar para detalhar sua atuação no capítulo seguinte.

Para além dos casos destacados, é importante ressaltar que a maior parte dos nomes encontrados aparece como proprietário em apenas um ou dois projetos. Isso vale, principalmente para o caso dos não italianos. No caso dos italianos encontramos 196 nomes de proprietários diferentes, entre a totalidade de 304 projetos. Isso indica uma repetição de alguns nomes, que são os casos destacados acima.

Ainda a respeito dos proprietários um dado interessante e que pode indicar uma rede de relacionamentos entre o imigrantes diz respeito à preferência dos proprietários na escolha dos construtores ou projetistas, segundo a Tabela 12 a seguir.

Tabela 12 – As preferências do proprietários para encomenda de obras em Juiz de Fora (1890-1939)

Proprietários	Construtores			
	Italianos	Não Italianos	Indefinidos	Total
Italianos	175	57	72	304
Não Italianos	363	482	671	1516
Indefinidos	0	2	19	21
Total	538	541	762	1841

Fontes: ARQUIVO HISTÓRICO DA CIDADE DE JUIZ DE FORA. Plantas Arquitetônicas, 1890-1939. Caixas 1-40.

Quando falamos dos proprietários não italianos, os dados levantados apontam para uma preferência um pouco maior por construtores também não italianos. Das 1516 com proprietários de outras nacionalidades, temos 482 encomendadas a construtores não italianos e 363 encomendadas a construtores italianos. Temos também 671 casos de indefinição e 102 casos em que proprietário e construtor são a mesma pessoa. Mesmo com essa ligeira preferência maior por construtores não italianos, dos 845 casos definidos, temos 42% de obras encomendadas a construtores italianos.

Quando falamos dos proprietários italianos, o que encontramos a partir da análise dos dados levantados é uma clara preferência pelos construtores italianos. Dos requerimentos desses proprietários, temos apenas 57 obras encomendadas a construtores não italianos contra 175 projetos de obras encomendadas a construtores italianos, além de 72 casos de indefinição. Aqui também encontramos um maior número de casos (93) em que o proprietário assume o papel de construtor, confiando a si mesmo o projeto e execução da obra. A preferência pelos construtores italianos, nos 232 casos definidos, é de 75%.

O que percebemos com isso é que os imigrantes italianos – quando as obras não eram de propriedade do próprio construtor – na necessidade de encomendar uma obra, claramente, confiavam muito mais em seus patrícios para este tipo de serviço do que em construtores de outras nacionalidades. Essa relação de confiança que se percebe entre os

proprietários italianos e seus patrícios construtores é parte componente das redes de sociabilidade estabelecidas pelos imigrantes entre seus pares como forma de ajuda mútua e manutenção de costumes e tradições.

Na próxima sessão, apresentaremos os casos dos construtores ou desenhistas das plantas. São nesses casos que encontraremos efetivamente a participação dos italianos e os maiores detalhes sobre a atuação de cada um deles.

Quem construía: conhecendo desenhistas e construtores

Na década de 1880, Juiz de Fora já contava com uma diversificada rede de comércio e serviços, além de uma industrialização que já se desenvolvia. Esse recente processo de industrialização e o já mencionado crescimento populacional, físico e econômico da cidade geravam uma demanda constante por obras públicas e privadas.

A industrialização também ajudava a transformar a paisagem urbana, passando a fazer parte dela, no próprio centro da cidade, as edificações industriais. A instalação de médias e grandes indústrias propiciou a chegada da energia elétrica em 1888 e foi decisiva para o importante desenvolvimento urbano que se verificava no centro da cidade.⁹⁹ As antigas construções deram espaço a construções mais modernas e sofisticadas, que privilegiavam o conforto, o progresso e as novidades e atendiam às necessidades da nova elite agroindustrial, que projetava sua riqueza adotando uma arquitetura eclética.¹⁰⁰

Assim, detentores de novas técnicas aprendidas na Europa, os imigrantes, principalmente italianos, vão ter importante participação nesse processo de transformação do espaço urbano da cidade, sendo “responsáveis pela propagação, nos bairros de classe média, dos padrões de uma arquitetura de boa qualidade, rica em referenciais ecléticos, *art-déco* e neocolonial.”¹⁰¹ A participação dos imigrantes no processo de transformação urbana não é algo que se verifica apenas em Juiz de Fora. Quando se pensa no caso de São Paulo:

⁹⁹ OLENDER, Marcos. *op cit.* p. 52

¹⁰⁰ CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. *Trabalho, enriquecimento e exclusão: italianos em Juiz de Fora (1870-1940)*. In: BORGES, Célia Maia (org.) *Solidariedades e conflitos: histórias de vida e trajetórias de grupos em Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Ed.UFJF, 2000. p. 142-143

¹⁰¹ Idem. p. 150

“Para além da dinamização econômica, estrangeiros estariam também na germinação da própria transformação da paisagem urbana. Nomes como Tomazo Bezzi, Luigi Pucci, Domiziano Rossi, Matheus Haussler e Euzébio Stevaux, entre vários outros, são apontados como decisivos na introdução e disseminação do vocabulário eclético nas décadas finais do século XIX e iniciais do seguinte. São também apontados como responsáveis pela criação de projetos que atendiam novos programas arquitetônicos, mais complexos e de escala grandiosa ligados ao uso público (como monumentos, correios, teatros, fóruns, etc.) ou ao mais evidente sinal privado de fortuna advinda do café, o palacete.”¹⁰²

Com base nisso, passamos ao desenvolvimento da análise, em que apresentamos os mais importantes construtores e desenhistas italianos que estiveram em Juiz de Fora atuando no processo de transformação do espaço urbano da cidade.

Fontes: ARQUIVO HISTÓRICO DA CIDADE DE JUIZ DE FORA. Plantas Arquitetônicas, 1890-1939. Caixas 1-40.

Para a composição do Gráfico 3, seguimos a mesma classificação utilizada para definir os proprietários e ainda incluímos os casos *Indefinidos*, que correspondem às plantas que não apresentam assinatura nem identificação de construtora. No entanto, se desconsiderarmos esses casos, o que encontramos são assinaturas de italianos em 50% dos projetos, um total de 538, a partir dos quais conseguimos identificar 65 projetistas

¹⁰² MARINS, Paulo César Garcez. *Um lugar para as elites: os Campos Elíseos de Glette e Nothman no imaginário urbano de São Paulo*. p. 210 In: LANNA, Ana Lúcia Duarte; PEIXOTO, Fernanda Arêas; LIRA, José Tavares Correia de; SAMPAIO, Maria Ruth Amaral de. (Orgs) São Paulo, os estrangeiros e construção das cidades. São Paulo: Alameda, 2011. p. 209-244.

diferentes. Entre esses 65 projetistas, identificamos dez casos que aparecem em 443 projetos. E são nesses casos que concentraremos a análise, apresentando cada um deles e quais as características que mais marcaram seus trabalhos.

Fontes: ARQUIVO HISTÓRICO DA CIDADE DE JUIZ DE FORA. Plantas Arquitetônicas, 1890-1939. Caixas 1-40.

Nessa contagem, preferimos considerar os projetos com o carimbo da Cia. Pantaleone Arcuri como um grupo único, não fazendo separação por projetistas, mas desmembrando os projetos da Companhia de acordo com os nomes dos projetistas, teremos o seguinte cenário: 30 projetos assinados por Reginaldo Arcuri; 28 projetos sem assinatura, contendo apenas o carimbo da Companhia; 21 projetos assinados por Salvador Notaroberto (que foi responsável pelos projetos da Companhia até a década de 1910, quando Raphael Arcuri passa a assumir os projetos); 19 projetos assinados por Raphael Arcuri e dois projetos assinados pelo próprio Pantaleone Arcuri. Uma vez que faremos um estudo mais pormenorizado a respeito da Companhia Pantaleone Arcuri no capítulo seguinte, não trataremos desses casos por enquanto, para evitar repetição.

O segundo caso de maior destaque é Antônio Scapim, cuja assinatura aparece em 76 projetos dos quais: 51 foram encomendados por proprietários não italianos; 11 foram encomendados por proprietários italianos e 14 são de propriedade do próprio Antônio Scapim. Dentre as obras sob sua responsabilidade, podemos destacar três. A primeira, em 1912, encomendada pela viúva Kremer de Castro, proprietária de uma

fábrica de cerveja, para a construção da Cervejaria Kremer, uma das mais importantes fábricas de cerveja da cidade. As outras duas, em 1936 e 1938, encomendadas pelo Instituto Metodista Granbery, umas das escolas mais tradicionais da cidade, para obras que conseguimos identificar como reformas ou construção de anexos ao prédio principal. As principais áreas de atuação de Antonio Scapim são *Centro* (18 projetos) e *São Mateus* (17 projetos).

O próximo caso é de Salvador Notaroberto (Salvatore Francesco Antonio Notaroberto), responsável por 47 projetos, dos quais: 38 foram encomendados por proprietários não italianos; 9 foram encomendados por proprietários italianos, sendo que dois deles são de propriedade do próprio Salvador Notaroberto. Aqui, consideramos apenas seus projetos independentes, ou seja, aqueles feitos quando ele já não trabalhava mais para a Companhia Pantaleone Arcuri. Os que ele fez quando ainda era responsável por projetar para a Companhia Pantaleone Arcuri (21 projetos), foram somados aos demais projetos da referida Companhia. Dentre seus projetos, encontramos dois de maior destaque que foram encomendados por outra fábrica de tecidos importante da cidade: a Companhia Fiação e Tecelagem Santa Cruz. Datados de 1917 e 1920, os projetos visavam, respectivamente, a construção e a reconstrução de um prédio de fábrica. Em 1928, há o projeto da Capela de Nossa Senhora de Lourdes, também assinado por ele, no atual bairro Francisco Bernardino. Ainda em seu nome, há um projeto de moradia popular, em 1911, de propriedade de Guilherme Ferrari, na rua Fonseca Hermes. Salvador Notaroberto atuou, sobretudo na áreas do *Centro*, tendo 37 projetos nessa área.

Luiz Turolla foi responsável por 59 dos projetos analisados, dos quais: 53 foram encomendados por proprietários não italianos; apenas cinco foram encomendados por proprietários italianos e um é de propriedade do próprio Luiz Turolla. Esse caso merece uma atenção especial por apresentar uma particularidade: Luiz Turolla trabalhava, principalmente, para proprietários não italianos e a totalidade de sua projetos visava a construção de moradias. Os casos de destaque são aqueles visando a construção de prédios de múltiplas moradias, dos quais três foram encomendados pelo mesmo proprietário, Bruno Barbosa Rego, em 1923. Suas áreas de atuação foram, principalmente *São Mateus* (14 projetos), *Centro* (13 projetos) e *Mariano Procópio* (10 projetos).

O próximo destaque é Sylvio Trevisani que, assim como Luiz Turolla, trabalhava, principalmente para proprietários não italianos em projetos de moradia. Dos

seus 50 projetos, temos: 42 encomendados por proprietários não italianos e oito encomendados por proprietários italianos. Não encontramos nenhum caso em que Sylvio Trevisani aparece como proprietário. O caso mais curioso que encontramos foi um projeto, datado de 1928, encomendado pela Sociedade Anônima Henrique Surerus. O que torna este caso curioso é o fato de Henrique Surerus aparecer como um dos construtores não italianos de maior destaque. Ter sido escolhido por outro construtor de destaque para fazer uma obra, nos dá um indício da qualidade e confiabilidade do trabalho de Sylvio Trevisani. Atuou principalmente na área do *Centro*, tendo 20 projetos nessa região.

O destaque seguinte é José Abramo, responsável por 39 projetos, dos quais: 31 foram encomendados por proprietários não italianos e 8 foram encomendados por proprietários italianos; nenhum caso em que José Abramo aparece como proprietário. Encontramos, para este caso, dois projetos de maior destaque: o primeiro, datado de 1930, encomendado para a construção da Malharia Sedan S.A.; e o segundo, de 1938, contratado pelo Instituto Metodista Granbery para mais uma ampliação de seus prédios. Sua principais áreas de atuação foram *Centro* (14 projetos) e *Botanágua* (7 projetos).

Em seguida, temos Angelo Crivellari, cuja assinatura aparece em 25 projetos, dos quais 19 foram encomendados por proprietários italianos e os seis restantes eram de propriedade do próprio Angelo Crivellari. Este é o caso mais destoante, não tendo o projetista sido contratado por nenhum proprietário italiano. Crivellari desenvolveu, principalmente, projetos para a construção de moradias, sobretudo moradias destinadas a clientes da elite, com a exceção da construção de um açougue, encomendado em 1913 por Francisco Luiz de Barros, e da construção de sua própria oficina de carpintaria, em 1912, além de dois projetos de casas populares. Atuou principalmente no *Centro*, tendo 9 projetos nessa área.

O próximo, Luiz Perry, foi responsável por assinar 25 projetos, sendo 12 encomendados por proprietários não italianos, cinco por proprietários italianos e oito de sua propriedade. Sobre ele, destacamos o fato de ter sido contratado quatro vezes por membros da família Teperini (italiana) – em 1899, para um acréscimo em uma moradia; em 1906, para construção de moradia; em 1910, para a construção de nova moradia e, em 1912, para uma reconstrução – estabelecendo um tipo de fidelização. Luiz Perry, como Angelo Crivellari e Pantaleone Arcuri, pode ser considerado um construtor da elite, uma vez que a maioria de seus projetos foi destinada a esse público, tendo apenas

dois projetos de moradias operárias. Atuou majoritariamente na região do *Centro*, tendo 18 projetos nessa área.

Pedro Scapim, que provavelmente pertence à mesma família de Antônio Scapim, esteve envolvido em 15 projetos. Desses, 10 foram encomendados por proprietários não italianos, quatro foram encomendados por proprietários italiano e um em que ele mesmo é o proprietário. Aqui, o que se destaca é o fato de dois projetos desenvolvidos por Pedro Scapim terem sido encomendados pelo seu familiar, Antônio Scapim. Mas o que de fato caracteriza seu trabalho é a construção de casas populares (um total de 10 projetos). Pedro Scapim também foi o responsável por projetar a Igreja de Santa Rita, no bairro Bonfim. Sua maior área de atuação foi a *Glória*, tendo 8 projetos nessa região.

Por fim, Hamlet Ciampi, responsável por dez projetos, dos quais: sete contratados por proprietários não italianos, um contratado por proprietário italiano e dois de sua propriedade. Como Luiz Perry, Ciampi também parece ter conseguido algum tipo de fidelização por parte de seus clientes, tendo sido contratado três vezes por José Procópio Teixeira – em 1916, para construção de moradia; em 1917 para a construção de um barracão de uma fábrica de tecidos; e em 1920, para um projeto cuja finalidade não foi identificada devido ao avançado grau de deterioração da planta – e duas vezes por Christovam de Andrade – ambas em 1920 para a construção de moradias. Como Pedro Scapim, Hamlet Ciampi atuou majoritariamente na região da *Glória*, tendo 4 projetos nessa área.

Na categoria que nomeamos como “Outros”, estão agrupados os projetistas de menor expressão, aqueles imigrantes italianos cujas assinaturas apareceram em poucos projetos. Neste campo, encontramos quatro construtores com assinaturas em cinco projetos cada um; um com assinatura em quatro projetos; três com assinaturas em três projetos cada um; sete cujas assinaturas aparecem em dois projetos. Além disso, temos 38 italianos, cada um com um único projeto. A maioria desses casos diz respeito a italianos que aparecem atuando tanto como proprietários como construtores. Esses casos sugerem que tais imigrantes, não querendo ou não podendo contratar um profissional, desenhavam eles mesmos os projetos simplesmente para atenderem à necessidade, imposta pela Câmara de Municipal de Juiz de Fora, de anexar a planta ao requerimento.

Por fim, consideramos importante incluir algumas informações sobre projetistas não italianos que também tiveram destaque no processo de transformação do espaço urbano de Juiz de Fora.

Como primeiro destaque, temos Jacob Kneipp, com 52 projetos assinados por ele. Tendo atuado como investidor imobiliário, Jacob Kneipp se dedicou à construção de moradias, inclusive moradias populares, tendo assinado 11 projetos desse tipo. Encontramos ainda um projeto de propriedade da Santa Casa de Misericórdia e um da Igreja do Rosário. A maior parte de seus projetos concentram-se nas regiões do *Centro* (21 projetos) e de *Mariano Procópio* (17 projetos).

Destacamos também Otto Salzer, com 62 projetos assinados por ele, nenhum anterior ao ano de 1926. Seus projetos estiveram concentrados, principalmente, nas regiões de *Botanágua* (14 projetos), *São Mateus* (12 projetos) e *Manoel Honório* (7 projetos).

Outro destaque é o caso da firma Henrique Surerus & Irmão(s), responsável por 28 projetos, sendo 16 assinados por Henrique Surerus e 12 assinados por João Surerus. Henrique Surerus & Irmão(s) esteve envolvida em grande espectro de negócios, do comércio à indústria, passando pelo mercado imobiliário e pela construção civil. Entre seus investimentos estava a locação de casas, de modo que só em 1925, inaugura um prédio com 40 casas de aluguel. A maior parte de seus projetos estavam nas regiões do *Centro* (9 projetos), *Mariano Procópio* (7 projetos) e *Botanágua* (5 projetos).

Temos ainda o caso de Joaquim Rodrigues de Araújo, com 16 projetos por ele assinados. Seu primeiro projeto data de 1893 e ainda encontramos projetos assinados por ele em 1925. A maior parte de seus projetos não tem endereço, de modo que não conseguimos definir em quais áreas ele mais atuava.

Os construtores atuaram colaborando para a formação do espaço urbano de Juiz de Fora. Tendo os imigrantes italianos estado presentes em metade dos projetos – aqueles em que a planta tem assinatura – não podemos pensar a construção do espaço urbano juiz-forano sem a presença dos italianos, principalmente porque o mais importante nome do setor de edificações e da construção civil na cidade, Pantaleone Arcuri, foi um imigrante italiano. É sobre a trajetória desse italiano e de sua Companhia que nos dedicaremos no capítulo seguinte, apresentando os fatos mais importantes de sua vida e os trabalhos mais importantes da Companhia.

CAPÍTULO 3: O CASO DE PANTALEONE ARCURI

Neste capítulo, trataremos da trajetória do imigrante italiano Pantaleone Arcuri e da empresa que levava seu nome, a Companhia Industrial e Construtora Pantaleone Arcuri. Como vimos no Capítulo 2, a referida Companhia foi o caso de maior destaque encontrado entre construtores e projetistas em Juiz de Fora para o período estudado.

Apresentaremos detalhes da biografia de Pantaleone Arcuri e analisaremos a história da Companhia a partir dos fatos da vida de seu fundador e dos projetos mais importantes executados pela mesma ao longo dos anos estudados.

Pantaleone Arcuri nasceu em 24 de agosto de 1867, na cidade de Sant'Agata d'Esaro, província de Cosenza, Calábria. Tendo ficado órfão de mãe logo após o nascimento, Pantaleone foi criado pelo pai, Angelo Raffaele Arcuri. Nove anos depois, em 1876, pai e filho desembarcam no porto do Rio de Janeiro. Angelo Raffaele era mestre de obras e, segundo hipótese levantada por Marcos Olender, teria possivelmente chegado ao Rio de Janeiro para trabalhar para os irmãos Januzzi, italianos, mestres de obras e empreiteiros naquela cidade.¹⁰³

Pantaleone, no entanto, permanece no Rio de Janeiro por um período curto. Sem tempo para se dedicar satisfatoriamente ao filho, Angelo Raffaele leva Pantaleone de volta à sua cidade natal, onde ele permanecerá por onze anos, vivendo sob os cuidados de parentes, e aprendendo a mesma profissão de seu pai. Em 1887, já então com vinte anos de idade, Pantaleone novamente desembarca no porto do Rio de Janeiro, passando por uma fase de transição em que trabalhou como pedreiro em Valença e em Rio Preto. Não há informações precisas sobre a data de sua chegada a Juiz de Fora, mas há documentos que indicam a presença de Pantaleone na cidade desde 1890.¹⁰⁴

Conforme dados levantados por seu biógrafo Paulino de Oliveira, Pantaleone Arcuri foi contratado para trabalhar para o empreiteiro Camilo Gomes Teixeira na construção de um prédio encomendado pelo Dr. Eduardo Augusto de Menezes, importante médico da cidade. Já instalado em Juiz de Fora, Pantaleone se casa com Christina Spinelli no dia dois de abril de 1891, sendo seu casamento civil – instituição

¹⁰³ OLENDER, Marcos. *op cit.* p. 48.

¹⁰⁴ *Ibid.* p. 48 e 49.

recém implementada pelo governo republicano – um dos primeiros a serem realizados na cidade. Bem relacionado, Pantaleone convida para padrinhos de seu casamento o industrial e construtor Luiz Perry e o político Antero José Lage Barbosa.¹⁰⁵ Isso dá uma pequena amostra da rede de relacionamentos construída por Pantaleone como mecanismo para se estabelecer na cidade.

Passado o casamento, Pantaleone e sua esposa viajam para a Itália, mais precisamente para Sant’Agata d’Esaro, onde nasce o primeiro filho dos dois, Raffaele. Deixando a esposa e o filho na Itália – onde permaneceram por quatro anos – Pantaleone retorna a Juiz de Fora em 1892. Três anos mais tarde, em 1895, Pantaleone, associando-se ao italiano Pedro Timponi, funda a firma Pantaleone Arcuri & Timponi.

Tabela 13 – Número de projetos sob responsabilidade da Cia. Pantaleone Arcuri (1895-1905)

Ano	Número de projetos
1895	0
1896	1
1897	3
1898	1
1899	1
1900	0
1901	0
1902	0
1903	0
1904	1
1905	3

Fontes: ARQUIVO HISTÓRICO DA CIDADE DE JUIZ DE FORA. Plantas Arquitetônicas, 1890-1939. Caixas 1-40.

O primeiro projeto que encontramos com a assinatura de Pantaleone Arcuri refere-se a uma construção datada de 2 de abril de 1896 encomendada por Gustavo Ferreira Alves. No entanto, o primeiro projeto com o carimbo da firma Pantaleone Arcuri & Timponi data de 13 de julho de 1897 e refere-se à construção de uma sala de jantar no Hotel Rio de Janeiro, de propriedade de Gustavo Luz.

¹⁰⁵ OLIVEIRA, Paulino. *Pantaleone Arcuri e Juiz de Fora*. Juiz de Fora: s/ Ed., 1959. p. 14.

A firma foi instalada na rua Espírito Santo, uma localização que pode ser considerada como estratégica para o sucesso dos negócios de Pantaleone, pois colocava a firma como vizinha da fábrica de tecidos de Bernardo Mascarenhas, da sede da Companhia Mineira de Eletricidade e da Alfândega de Minas Gerais. Na divisão por áreas que fizemos da cidade, a rua Espírito Santo é o limite entre *Centro* e *Poço Rico*.

Em 1896, a firma venceu sua primeira concorrência pública para a construção de um novo muro para a cadeia da cidade. E, em 1898, o também italiano José Spinelli se torna sócio da firma que é rebatizada, passando a se chamar Pantaleone Arcuri, Timponi & Cia. Nesse mesmo ano, foram instalados e inaugurados os dois primeiros motores elétricos da cidade. Um deles foi instalado na Companhia Têxtil Bernardo Mascarenhas e outro foi instalado nas dependências da firma de Pantaleone.¹⁰⁶

Em 1899, temos um projeto assinado por Pantaleone Arcuri, encomendado pela firma dos irmãos Grippi para reconstrução da loja de armas dos mesmos localizada na rua Halfeld. Conforme aponta Marcos Olender, “o desenho da fachada, feito por Pantaleone, apresenta várias das características comuns àquela arquitetura de inspiração neorrenascentista praticada pelos mestres de obras de origem italiana.”¹⁰⁷ Para o ano de 1899, não encontramos nenhum outro projeto de autoria de Pantaleone.

O ano de 1900 marca o início de uma nova fase para a firma. Pedro Timponi sai da sociedade, que é novamente rebatizada, passando a se chamar Pantaleone Arcuri & Spinelli. Nesse mesmo ano, o Coronel Francisco Mariano Halfeld, filho de Henrique Halfeld decide, com recursos próprios, reformular a área localizada em frente à Câmara Municipal. Para tanto, lança um edital de concorrência pública. A firma vencedora foi a Pantaleone Arcuri & Spinelli, que ganhou a concorrência não só para a elaboração do projeto, que ficou a cargo de Salvador Notaroberto, mas também para a execução do mesmo, tendo sido contratada pelo valor 26 contos de réis para a construção do espaço que se tornaria o mais importante cartão postal da cidade: o Parque Halfeld.¹⁰⁸ A inauguração do Parque se dá em 5 de outubro de 1902.

A realização desse empreendimento, pouco mais de uma década após a chegada de Pantaleone Arcuri à cidade, foi fundamental para projetar o trabalho da empresa de Pantaleone no cenário municipal, uma vez que o Parque Halfeld, localizado no coração da cidade, figurava como importante espaço recreativo, compondo a cena de urbana Juiz

¹⁰⁶ MIRANDA, Sonia Regina. *op. cit.* p. 156 e 157.

¹⁰⁷ OLENDER, Marcos. *op. cit.* p. 57.

¹⁰⁸ OLIVEIRA, Paulino. *Pantaleone...* p. 19.

de Fora até os dias de hoje. Após a inauguração do Parque Halfeld, a Companhia Pantaleone Arcuri vai se tornar responsável pelas obras de diversas edificações que, como o Parque Halfeld, se tornarão parte importante do cenário urbano, como veremos no decorrer deste capítulo.

Em 1903, Pantaleone Arcuri & Spinelli fica responsável por projetar e construir o prédio que abrigaria as instalações do Colégio Granbery, inaugurado em 14 de junho de 1904. O Colégio Granbery é uma instituição educacional fundada por metodistas e foi onde Pantaleone matriculou seu filho Rafael para cursar o ginásio.¹⁰⁹ Embora prédios anexos tenham sido construídos posteriormente, o prédio original construído pela firma de Pantaleone se mantém como parte do cenário juiz-forano até os dias de hoje.

Três anos após a inauguração do parque, a Pantaleone Arcuri & Spinelli inaugura, com a presença de autoridades e de representantes da imprensa local e de jornais italianos, em 1 de outubro de 1905, a Igreja do Rosário, cujo piso era revestido de ladrilhos hidráulicos produzidos pela própria construtora. Pouco mais de um mês após a inauguração da referida igreja, a empresa promovia um novo evento, dessa vez nos estabelecimentos da construtora. O evento, em 11 de novembro de 1905, contou com a presença de autoridades – incluindo o cônsul e o vice-cônsul da Itália – além de representantes da imprensa e tinha por objetivo inaugurar a prensa hidráulica e a área de fabricação de ladrilhos instaladas nas dependências da empresa. Essa inauguração marca um salto na produção de ladrilhos de artesanal para uma produção fabril, uma vez que a prensa era capaz de produzir 1.500 ladrilhos por dia.¹¹⁰

Para essa primeira década de funcionamento da empresa, encontramos um total de dez projetos sob responsabilidade da Companhia Pantaleone Arcuri, sete deles assinados pelo próprio Pantaleone Arcuri e os outros três assinados por Salvador Notaroberto, que trabalhou para a firma como responsável técnico pelos projetos até 1911, quando o filho de Pantaleone, Rafael Arcuri, passa a assumir os projetos. Todos os projetos são para a área do *Centro*, a maior parte deles concentrada na rua Halfeld. Esse total de projetos corresponde somente aos projetos que encontramos nas Plantas Arquitetônicas sob guarda do Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora. A Companhia esteve envolvida em outras obras no período, mas que não consideramos

¹⁰⁹ OLENDER, Marcos. *op. cit.* p. 146

¹¹⁰ *Ibid.* p. 64-68.

nessa contagem, pois tratamos delas com base na bibliografia produzida sobre a Companhia e sobre a arquitetura juiz-forana.

Tabela 14 – Número de projetos sob responsabilidade da Cia. Pantaleone Arcuri (1906-1910)

Ano	Número de projetos
1906	2
1907	4
1908	2
1909	4
1910	16

Fontes: ARQUIVO HISTÓRICO DA CIDADE DE JUIZ DE FORA. Plantas Arquitetônicas, 1890-1939. Caixas 1-40.

Em 1906, coube também à firma Pantaleone Arcuri & Spinelli, a execução de um projeto idealizado anos antes (em 1900) por Francisco Batista de Oliveira: a construção, no alto do morro do Imperador, de um monumento ao Cristo Redentor. Feito de bronze fundido na Europa, o monumento foi inaugurado em 8 de julho de 1906, com a presença de representantes da Igreja e da classe política.¹¹¹

O ano de 1907 também é marcante para a história da Companhia, pois em 2 de dezembro do ano em questão, a firma de Pantaleone Arcuri & Spinelli consegue o registro de patente de um novo material conhecido como cimianto, o que seria uma mistura de cimento e amianto. O registro obtido pela firma para esse novo material era o primeiro de toda a América Latina e acontece apenas um ano depois de a empresa Eternit Suisse apresentar esse novo material na Exposição Internacional de Milão, exposição essa em que a própria firma de Pantaleone também havia participado. O principal produto feito a partir do cimianto são as telhas “que se apresentariam frequentemente sob o nome de ‘ardósias artificiais’ e que, como as placas produzidas pelas ardósias naturais, eram inteiramente planas e, também, segundo os diversos reclames, extremamente resistentes.”¹¹²

A Exposição Internacional de Milão de 1906 não foi primeira da qual a firma de Pantaleone participou e nem seria a última. A firma, na época Pantaleone Arcuri & Timponi, já havia aparecido como Menção Honrosa na Mostra Ítalo-Brasileira da

¹¹¹ OLIVEIRA, Paulino. *Pantaleone...* p. 25-27.

¹¹² OLENDER, Marcos. *op. cit.* p. 84.

Exposição Geral de Turim de 1898. Depois, a empresa viria a ser premiada em outras exposições: na regional de Leopoldina, em 1907; exposição nacional em 1908, no Rio de Janeiro; Exposição Internacional de Milão de 1906 e 1911; e a exposição internacional de 1922 no Rio de Janeiro. Ao longo dos anos, o logotipo da empresa passa a incluir o ano e o local dessas premiações, sendo o mesmo logotipo utilizado em todo o material de escritório e de propaganda produzido pela empresa. A participação em exposições era um meio de dar maior projeção a empresa, tanto em sua cidade de origem como, de certa forma, também no cenário internacional. Era também um meio de buscar o que havia de mais novo no campo da arquitetura e da construção e de importar as inovações tão rápido quanto fosse possível.

No ano de 1908, a Congregação Santa Catarina, presente na cidade desde 1900 atuando no setor educacional, adquiriu um terreno no Morro da Gratidão (hoje avenida dos Andradas) para a construção do Colégio Santa Catarina. A obra foi executada pela Companhia Pantaleone Arcuri e o prédio foi inaugurado em 1909. Ao longo do tempo, foi construída também uma capela e anexos, no entanto, o prédio original permanece o mesmo até os dias de hoje, ainda abrigando as instalações do Colégio Santa Catarina.¹¹³

Nos cinco anos que se seguem à inauguração da prensa hidráulica na fábrica (1906-1910), encontramos um total de 27 projetos, dos quais 17 apresentam a assinatura de Salvador Notaroberto como projetista. Os restantes contêm apenas o logotipo ou o carimbo da empresa. A área que mais concentra projetos é o *Centro*, sendo um total de 19 só nessa área. A maior parte dos projetos se refere a moradias, tanto construção como reformas. Observando as características dos projetos, parecem se destinar a um público de maior poder aquisitivo, pois em geral são casas grandes, de vários cômodos, muito diferentes das construções que descrevemos no capítulo anterior como moradias operárias. De fato, não nos parece ser característico da Companhia Pantaleone Arcuri a elaboração e execução desse tipo de moradia. Os dados levantados por Maíra Carvalho indicam que, de autoria da Companhia, só foram encontrados dois projetos desse tipo em todo o período de nosso estudo.¹¹⁴ Exceção às moradias nesse período foram dois projetos de construções para fins comerciais, ambos de 1910: um de propriedade de Paolo Modanesi, para a construção de um barracão nos fundos de sua oficina de carpintaria, na rua Halfeld; e outro, de propriedade da Companhia de Fiação e

¹¹³ Informações fornecidas no site da Prefeitura de Juiz de Fora: <www.pjf.mg.gov.br>

¹¹⁴ SILVA, Maíra Carvalho Carneiro. *op. cit.* p. 107.

Tecelagem Industrial Mineira para um aumento no prédio da fábrica, localizada na rua da Gratidão.

Tabela 15 – Número de projetos sob responsabilidade da Cia. Pantaleone Arcuri (1911-1915)

Ano	Número de projetos
1911	2
1912	7
1913	4
1914	2
1915	4

Fontes: ARQUIVO HISTÓRICO DA CIDADE DE JUIZ DE FORA. Plantas Arquitetônicas, 1890-1939. Caixas 1-40.

Em 1911, o filho mais velho de Pantaleone, Rafael Arcuri, retorna a Juiz de Fora depois de passar três anos na Itália estudando arquitetura. A partir de então o responsável pelos projetos da empresa passa a ser Rafael. Seu primeiro trabalho como projetista da empresa é referente à reforma da Igreja da Santa Casa de Misericórdia, inaugurada em 1913. Segundo aponta Marcos Olender, essa reforma foi a obra que introduziu o estilo neogótico em Juiz de Fora, o que parece ter agradado às pessoas da localidade, visto o posicionamento da imprensa, que publicou vários artigos elogiando o trabalho de Rafael.¹¹⁵

Nessa época, as atividades de construção em Juiz de Fora eram definidas pelas normas contidas na Resolução 374, de 1896, que definia que seriam considerados construtores, além de engenheiros e arquitetos, também aqueles que estivessem matriculados como construtores ou que tivessem exercido essa atividade em “alguma das capitães do estado”.¹¹⁶ A profissão de arquiteto só foi regulamentada no Brasil a partir de um decreto publica em 1933. Assim sendo, não havia necessidade real da presença de um arquiteto em uma empresa de construção na época em Rafael Arcuri passou a fazer parte da firma do pai. No entanto, a presença de um arquiteto agregava valor à empresa, que poderia oferecer projetos diferenciados e novas técnicas

¹¹⁵ OLENDER, Marcos. *op. cit.* p. 206-210.

¹¹⁶ GUIMARÃES, Heitor (org.). *Almanach de Juiz de Fora para 1897*. Juiz de Fora: Typ. Mattoso, 1897/1898. p. 78

importadas da Europa. De fato, os trabalhos de Rafael introduzem estilos arquitetônicos até então inéditos em Juiz de Fora.

A primeira planta que encontramos com a assinatura de Rafael Arcuri data de 1 de setembro de 1913. Refere-se à construção de uma avenida de moradias coletivas no terreno de fundos da casa de Antônio Alves de Sá na rua Espírito Santo. O projeto parece ter sido alvo de controvérsia entre a empresa construtora e a Diretoria de Obras Municipais que solicita mudanças no projeto de modo a adequá-lo às normas fixadas para moradias coletivas na Resolução Municipal 374 e aos princípios de higiene ao que é respondida com a justificativa de que o projeto já se encontrava adequado e ainda apresenta outras três construções anteriores feitas no mesmo padrão. O projeto é aprovado somente em 14 de setembro de 1914.

Para o período fixado entre 1911 e 1915, temos um total de 20 projetos sob responsabilidade da Pantaleone Arcuri & Spinelli, 11 deles sem assinatura e os outros 9 assinados por Rafael Arcuri. Em 1911, há um novo projeto de propriedade da Companhia Fiação e Tecelagem Industrial Mineira, dessa vez para a construção da sala dos teares. Em 1913, há um projeto encomendado pelo Curtume Krambeck que, infelizmente, devido à deterioração da planta, não conseguimos saber do que se tratava. À exceção desses dois casos e do caso apresentado no parágrafo anterior, para o restante dos projetos nesse período, o padrão de construções de moradias, provavelmente destinadas a clientes mais abastados, se mantém. Sobre a área que concentra o maior número de projetos, o padrão também se mantém, sendo 15 no *Centro*.

No ano de 1913, a firma também ficou responsável por construir um outro prédio que ainda se mantém de pé e compõe o cenário do calçadão da rua Halfeld. Trata-se do Edifício Pinho, projetado por Rafael Arcuri e de propriedade de Antônio Martins. A edificação se destacava por ser a mais alta da cidade na época. Hoje, o prédio passa por uma grande reforma interna e todo seu interior vai ser modificado, sendo mantida somente a fachada. Em 1914, a firma fica responsável por uma outra construção também muito conhecida da população juiz-forana: trata-se da Villa Iracema. Originalmente, pertencia à senhora Olympia Peixoto, mas posteriormente foi vendida para José Rafael de Souza Arantes que, querendo homenagear a esposa, rebatizou o prédio com o nome de Villa Iracema. Projetado por Rafael Arcuri, a edificação é das poucas em estilo *art-nouveau* ainda existentes hoje na cidade.¹¹⁷

¹¹⁷ OLENDER, Marcos. *op. cit.* p. 211-214.

**Tabela 16 – Número de projetos sob responsabilidade da Cia. Pantaleone Arcuri
(1916-1920)**

Ano	Número de projetos
1916	5
1917	3
1918	1
1919	5
1920	4

Fontes: ARQUIVO HISTÓRICO DA CIDADE DE JUIZ DE FORA. Plantas Arquitetônicas, 1890-1939. Caixas 1-40.

O período compreendido entre os anos de 1916 a 1920 foi muito importante para a empresa de Pantaleone. No ano de 1917, a firma fica responsável por construir um novo prédio, substituindo o anterior, também construído pela Cia. Pantaleone Arcuri, para abrigar a sede da Associação Civil Club Juiz de Fora, espaço recreativo que reunia membros da elite e da classe política juiz-forana. Projetado por Rafael Arcuri, o prédio, localizado na esquina da rua Halfeld com a avenida Rio Branco, foi inaugurado em 1918. O fato de Associação ter contratado a firma de Pantaleone demonstra a projeção da empresa frente às elites de Juiz de Fora e, de certa forma, ajuda a evidenciar a rede de relacionamentos estabelecida por Pantaleone. Infelizmente, o prédio já não existe mais nos dias de hoje. Tendo sido destruído por um incêndio na década de 1950, foi substituído por um edifício de 16 andares, que é o prédio que hoje se encontra no local.

Em 1 de janeiro de 1918, é inaugurado em Juiz de Fora um novo prédio, que instalado ao lado do Parque Halfeld, se tornaria mais um símbolo e cartão postal da cidade. Trata-se do prédio da “Repartições Municipaes”, construído para abrigar a nova sede da administração municipal. A obra foi projetada por Rafael Arcuri e o projeto, iniciado em 1916, foi executado pela firma de Pantaleone, em um contrato estabelecido com a administração municipal que custaria 51 contos de réis aos cofres públicos, que foram em pagos em quatro parcelas durante a execução do projeto. Classificado de estilo eclético, o prédio correspondia ao momento de crescimento da cidade, que demandava “uma arquitetura mais monumental, que se destacava na paisagem da época”.¹¹⁸

¹¹⁸ OLENDER, Marcos. *op. cit.* p. 226 e 227.

O ano de 1918 também marca um momento decisivo para a empresa, que é transformada em Sociedade Anônima, por meio de assembleia realizada em 31 de dezembro do ano em questão, no escritório. O acontecimento contou com a presença do tabelião Juvenal Augusto da Silva que, ao fim da assembleia, já lavrou a escritura, segundo a qual o capital da firma Pantaleone Arcuri & Spinelli ficaria dividido em três mil ações nominais e integralizadas, valendo 200 mil réis cada. A firma foi rebatizada com o nome de Companhia Industrial, Comercial e Construtora Pantaleone Arcuri. As ações divididas foram distribuídas da seguinte maneira: para Pantaleone Arcuri, 1.510 ações, um total de 302 contos de réis; para José Spinelli, 1.250 ações, um total de 250 contos de réis; Antônio Spinelli ficou com 100 ações, sendo um total de 20 contos de réis; a Rafael Arcuri couberam 60 ações, avaliadas em 12 contos de réis; e Francisco Antônio da Silva ficou com 20 ações, totalizando 4 contos de réis. Os demais sócios (Miguel Sirimarco, Romeu Arcuri, Reginaldo Arcuri, Mario Arcuri, Artur Arcuri e Irene Arcuri) ficaram com cada um 10 ações, valendo 2 contos de réis.¹¹⁹

A empresa teria por finalidade explorar a indústria e comércio de telhas de cimianto, ladrilhos, madeiras, construções por conta própria e por contratos com terceiros, materiais para construções e todos os produtos relacionados. Seria administrada por uma diretoria composta por quatro membros que seriam eleitos em assembleia para um mandato de três anos. A composição da primeira diretoria ficou assim dividida: José Spinelli, diretor presidente; Pantaleone Arcuri, diretor gerente; Antonio Spinelli, diretor auxiliar; Rafael Arcuri, diretor técnico. Haveria ainda um Conselho Fiscal, com funções não remuneradas, composto por: José Gomes Fraga, José Grippi e Antonio Gervason como membros efetivos; e Flarigio Risso, José Teixeira Filho e Arnaud Sampaio como membros suplentes.¹²⁰ Passaram pelo Conselho Fiscal da empresa homens ilustres da sociedade juiz-forana, ao que destacamos a participação de Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, que atuava nos pareceres do Conselho mesmo quando exercia a função de governador de Minas Gerais.¹²¹

Criada em 1896, a Associação Comercial e Empresarial de Juiz de Fora iniciou suas atividades utilizando as instalações das fábricas dos membros que compunham a referida associação. Mais tarde, alugaram um imóvel que funcionou como sede durante algum tempo. Em 1917, houve uma alteração no estatuto interno da associação e seus

¹¹⁹ OLIVEIRA, Paulino. *Pantaleone...* p. 51 e 52.

¹²⁰ *Ibid.* p. 53 e 54.

¹²¹ *Ibid.* p. 40.

membros iniciaram uma campanha visando a construção de uma nova sede. Para tanto, a associação contrata a Companhia Pantaleone Arcuri para a realização das obras orçadas em 82:280\$000. Projetado por Rafael Arcuri e construído pela Companhia, o prédio foi oficialmente inaugurado em 21 de abril de 1919. O edifício hoje pertence ao quadro de bens tombados de Juiz de Fora (o referido tombamento foi autorizado em 1998).¹²²

No ano de 1919, a Companhia é contratada para a construção de um pavilhão para o teatro Polytheama, de propriedade de Jean François, na esquina das ruas São João e 15 de Novembro (atual Getúlio Vargas), para funcionar como espaço de diversão com uma programação que envolvia ginástica, comédias, dramas e operetas. No mesmo requerimento de construção, o proprietário pede também licença para serem realizadas matinês no espaço, devido à probabilidade de se oferecerem matinês para crianças. Na planta, não é possível identificar o projetista, mas há o carimbo da Companhia. Nem o referido pavilhão nem o Polytheama existem mais no dia de hoje. O Polytheama, anos mais tarde, viria a ser demolido, dando lugar ao Cine Teatro Central, também construído pela Companhia e sobre o qual daremos maiores detalhes mais à frente.

Falando em termos mais quantitativos, encontramos para o período de 1916 a 1920, um total de 18 projetos sob a responsabilidade da Companhia. São sete assinados por Rafael Arcuri e 11 sem assinatura, mas com o carimbo da empresa. Além da sede da Associação Civil Club Juiz de Fora e do pavilhão do Polytheama, há mais dois projetos de finalidade não habitacional: um prédio comercial construído na rua Halfeld para a Companhia Dias Cardoso; e um prédio para uma fábrica de tecidos, de propriedade de Domingos Cruzeiro, na rua Carlos Otto. A maior concentração de projetos permanece sendo no *Centro*, mas nesse período também encontramos alguns projetos na região de *Botanágua*.

¹²² Dados sobre o tombamento disponíveis em <www.pjf.mg.gov.br>.

**Tabela 17 – Número de projetos sob responsabilidade da Cia. Pantaleone Arcuri
(1921-1939)**

Ano	Número de projetos
1922	3
1923	1
1928	3
1931	4

Fontes: ARQUIVO HISTÓRICO DA CIDADE DE JUIZ DE FORA. Plantas Arquitetônicas, 1890-1939. Caixas 1-40.

O período compreendido entre os anos 1921 até o último ano abarcado por esta pesquisa, 1939, a Companhia aparece envolvida em poucos projetos nas fontes que consultamos. No entanto, não parece ter sido um período ruim para a Companhia, que continuava, como em anos anteriores, envolvida em projetos grandiosos e importantes na composição do cenário urbano juiz-forano, entre eles a construção da nova sede da própria Companhia.

No ano de 1923, Juiz de Fora tinha duas instituições bancárias: a Casa Bancária Dias Cardos e o Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais. No dia 23 de abril de 1923, é inaugurado prédio que abrigaria mais uma instituição bancária na cidade, a agência do Banco do Brasil, localizada na rua Halfeld. O projeto foi de autoria de Rafael Arcuri e a execução das obras coube à Companhia Pantaleone Arcuri.¹²³

No mesmo ano, Companhia inicia o projeto para a construção de sua própria sede, que é inaugurada em 21 de outubro 1926. O prédio, localizado na rua Espírito Santo é composto por três pavimentos assim divididos: no térreo e no intermediário, ficavam a parte comercial e os escritórios da empresa; já o pavimento superior era ocupado, em uma parte, por Pantaleone e sua família e, em outra parte por um hotel. A edificação se tornou o verdadeiro símbolo da Companhia, cujos postais continham uma foto do prédio sede, e, ainda hoje compõe o cenário urbano da cidade.¹²⁴

O período compreendido pela primeira metade da década de 1930 é marcado pela administração de Menelick de Carvalho como chefe do executivo municipal. É nesse período que os planos anteriormente traçados para um projeto de modernização da cidade e de atendimento de demandas como melhorias no sistema de abastecimento de água, saneamento, calçamento de ruas e habitação foram finalmente executados.

¹²³ OLENDER, Marcos. *op. cit.* p. 239.

¹²⁴ *Ibid.* p. 242.

“Do ponto de vista urbanístico, a cidade do futuro ligava-se não só a um sistema eficiente de serviços públicos básicos, mas também a um traçado e à constituição de vias de acesso e cruzamento compatíveis com grandes movimentos e com a expansão ilimitada em termos de construções. Paulatinamente, os estilos ecléticos, neoclássico e *art-nouveau*, característicos da *Belle Époque* da virada do século cedia espaços a construções mais retas e arrojadas ao estilo *art-déco*.”¹²⁵

Esse processo de modernização parece ter favorecido a Companhia Pantaleone Arcuri, que vai se ocupar de projetos, que veremos nos parágrafos seguintes, correspondentes a esse projeto modernizante. Sendo a Companhia Pantaleone pioneira na introdução de técnicas e estilos característicos desse momento, será possível constatar, a partir das obras realizadas pela empresa, essa transição, apontada por Sônia Miranda, em que os estilos característicos da *Belle Époque* dão lugar a construções mais de acordo com a modernização promovida nos anos 1930. São esses projetos da Companhia Pantaleone Arcuri, executados a partir de 1930, que passaremos a analisar a seguir.

Em 10 de novembro de 1925, o Theatro Juiz de Fora encerrou sua atividades, criando, na cidade, a necessidade da construção de um novo espaço cênico o que levou, em 1927, à criação da Companhia Central de Diversões, que tinha entre seus membros Pantaleone Arcuri, Diogo Rocha e Chímico Correa. Por iniciativa dessa associação foi que se decidiu pela construção do Cine-Theatro Central, em terreno pertencente a Chímico Correa, substituindo o antigo Polytheama. Projetado por Rafael Arcuri e executado pela Companhia Pantaleone Arcuri, o teatro começou a ser construído em novembro de 1927 e foi inaugurado em 30 de março de 1929, em um evento que contou com a presença de membros da elite juiz-forana e mineira, incluindo Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, presidente do estado de Minas Gerais.¹²⁶

“Pantaleone Arcuri, colocando-se à frente da Companhia Central de Diversões e construindo o Teatro Central, foi um dos pioneiros, não do teatro em Juiz de Fora – que essa glória cabe ao barão da Bertioiga – mas da construção do primeiro edifício destinado a tal fim, o qual também foi o primeiro que aí surgiu em estrutura de cimento armado.”¹²⁷

¹²⁵ MIRANDA, Sonia Regina. *op. cit.* p 291.

¹²⁶ OLENDER, Marcos. *op. cit.* p. 244-247.

¹²⁷ OLIVEIRA, Paulino. *Pantaleone...* 57.

Em 1930, a Companhia se ocupará da construção de um outro prédio também muito conhecido dos juiz-foranos com um projeto também assinado por Rafael Arcuri. O incêndio que destruiu o Hotel São Paulo acende as discussões, entre a alta sociedade de Juiz de Fora, sobre a construção de um hotel modelo na cidade. Localizado na esquina das ruas Halfeld e Getúlio Vargas, o Palace Hotel foi inaugurado em 14 de fevereiro de 1931, seguindo um programação festiva: solenidade oficial seguida de um jantar dançante para membro da elite e de uma festa de réveillon à fantasia. Construído com um estrutura em concreto armado, o hotel foi considerado o mais importante da cidade, hospedando grandes personalidades políticas do país.¹²⁸

Em janeiro de 1930, um incêndio tomou parte da avenida Rio Branco e da rua Halfeld, tendo destruído o prédio que abriga os negócios da família Ciampi (automóveis, motos e bicicletas), que acabou precisando construir um novo prédio para seus negócios. De propriedade de Tibério Ciampi e localizado na avenida Rio Branco, em frente ao Parque Halfeld, o Edifício Ciampi era, à época de sua construção, o prédio mais alto de Juiz de Fora. Para a construção, após o grande prejuízo gerado pelo incêndio, Tibério Ciampi contou com o apoio da prefeitura, que o isentou de impostos por cinco anos. O edifício, projetado também por Rafael Arcuri e construído pela Companhia, contava com cinco pavimentos, o que era uma novidade em Juiz de Fora, e abrigava não só os negócios dos Ciampi, como também a residência da família, além de uma parte composta por cômodos para aluguel. O prédio deixou de ser o mais alto da cidade, mas continua compondo o cenário do centro cidade.¹²⁹

Em 1928, quando o estado de Minas Gerais era governado por Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, coincidindo com um momento de implantação de uma reforma educacional de âmbito nacional, é criada em Juiz de Fora, a Escola Normal Oficial de Juiz de Fora (hoje Instituto Estadual de Educação) objetivando a formação de professores e demais profissionais da educação.¹³⁰ Assim, havia a necessidade de se construir uma sede própria para abrigar as instalações da escola. O projeto, representativo do estilo art-déco, foi desenvolvido pelo engenheiro Lourenço Baeta Neves e foi executado pela Companhia Pantaleone, no mesmo terreno em que, anos antes se encontrava a cadeia pública, exatamente no encontro da ruas Espírito Santo e Getúlio Vargas, sendo inaugurado em 14 de agosto de 1930. O edifício, tombado em 7

¹²⁸ OLENDER, Marcos. *op. cit.* p. 249-252.

¹²⁹ *Ibid.* p. 253 e 254.

¹³⁰ OLIVEIRA, Delaine Gomes de. *Memórias e representações acerca da Escola Normal de Juiz de Fora*. In: Cadernos de História da Educação. nº 3 - jan./dez. 2004.

de dezembro de 1990, compõe hoje o chamado setor histórico da Praça Antônio Carlos que, inclui além do prédio da Escola Normal, o prédio da antiga fábrica de tecidos de Bernardo Mascarenhas e o prédio da sede da Companhia Pantaleone Arcuri.¹³¹

Outro prédio construído pela Companhia é aquele que hoje abriga o Museu do Crédito Real. Projetado por Luiz Signorelli, sob a coordenação técnica de Rafael, o prédio foi inaugurado em junho de 1931. Construído para abrigar a sede juiz-forana do Banco de Crédito Real, o prédio tinha, originalmente, três andares, aos quais foram acrescentados, na década de 1950, mais dois andares. O interior do prédio, como os outros construídos pela Companhia na mesma época, tinha o interior decorado com as pinturas de Angelo Bigi.

Até 1931, a entrada para o terreno onde estava localizado o Cine-Theatro Central se dava por meio de uma porta na rua Halfeld, que dava para um longo corredor que levava, enfim às instalações do teatro. Dessa forma, não era possível avistar a fachada do teatro a partir da rua Halfeld. Por conta disso, em 1931, a Companhia se verá envolvida com a proposta de um importante projeto: a construção de uma rua levando a entrada do teatro, ou o largo que hoje se estende da rua Halfeld até a entrada do teatro permitindo a quem passa pelo calçadão ver sem obstáculos toda a fachada frontal do Cine-Theatro Central. No entanto, tal projeto exigiu um grande esforço de negociação, uma vez que a construção do largo envolvia a demolição de um prédio e a reconstrução de outros dois, sendo um deles, a loja de armas dos Irmãos Grippi, construída, como já vimos, vários anos antes também pela empresa de Pantaleone. Há uma grande campanha, apoiada pela imprensa para a execução do projeto. A prefeitura chega a oferecer auxílio financeiro 10 mil réis ao Sr. Grippi para garantir o sucesso do projeto. Quando Grippi finalmente aceita, o projeto, de Rafael Arcuri, começa a ser executado pela Companhia Pantaleone Arcuri. O projeto, além da abertura da rua, incluía também duas edificações, uma de cada lado da referida rua, que se constituiriam em espaço comercial. Construídas com estrutura de concreto armado e representando o estilo *art-déco*, as edificações, juntamente com o Cine-Theatro Central “despertam e atraem a atenção dos passantes, ao mesmo tempo que ‘recebem’ o espectador e o conduzem até o cine-teatro.”¹³²

Um outro novo edifício que seguia as características desse momento é aquele que corresponde à Galeria Pio X. O prédio, cuja fachada dá para a rua Marechal

¹³¹ Informações sobre bens tombados, extraídas de <www.pjf.mg.gv.br>

¹³² OLENDER, Marcos. *op. cit.* p. 261.

Deodoro, é considerado a primeira galeria comercial construída em Juiz de Fora e acabou motivando a construção de várias outras que hoje dão ao centro da cidade um caráter de “shopping a céu aberto”, uma característica que os juiz-foranos gostam muito de destacar. O projeto da galeria foi uma iniciativa de Arthur Vieira, comerciante e ourives, tendo sido parcialmente concluído em 1925. No entanto, só havia, inicialmente a abertura para a rua Halfeld. A abertura para a rua Marechal Deodoro e o acréscimo de um pavimento que mudam consideravelmente a aparência interior da galeria, ocorrem a partir de projeto elaborado por Rafael Arcuri e executado pela Companhia. Seguindo o estilo art-déco, a conclusão do projeto da galeria acontece definitivamente em 1934 e ainda faz parte da estrutura comercial de Juiz de Fora nos dias de hoje.

A década de 1930, no âmbito político internacional, foi marcada pela ascensão da ideologia fascista, ideologia essa que seduziu boa parte dos italianos, mesmo aqueles que viviam em solo estrangeiro. A situação dos imigrantes italianos no Brasil não é diferente. As Casas de Itália construídas em cidades de forte presença italiana funcionavam como mecanismo de fortalecimento e disseminação do fascismo italiano através do apoio de intelectuais e de imigrantes bem sucedidos membros da elite das localidades.

Pantaleone Arcuri, mesmo depois de quatro décadas vivendo em solo brasileiro, mantinha contato frequente com seu país de origem, inclusive com autoridades diplomáticas da Itália, que se valiam do prestígio adquirido pelo italiano em Juiz de Fora para encaminharem negócios comuns aos dois países. Pantaleone mantinha boas relações tanto com o vice-cônsul como com o próprio embaixador, e pode ser considerado um exemplo do imigrante bem sucedido que servia como ponte de contato e ponto de apoio do regime fascista em solo brasileiro.¹³³

A construção da Casa de Itália de Juiz de Fora demonstra bem esse aspecto de disseminação do fascismo na cidade, com o apoio de imigrantes italianos radicados em Juiz de Fora. O projeto, de autoria de Rafael, foi executado pela Companhia Pantaleone Arcuri e inaugurado em 5 de novembro de 1939

“com uma monumentalidade e um racionalismo pertinente à estética adotada pelos arquitetos fascistas italianos e que não do principal símbolo da ideologia: o *fascio*, presente na fachada, no portão de

¹³³ OLIVEIRA, Paulino. *Pantaleone...* p. 63-65.

entrada da edificação e, mesmo, no piso em tacos de madeira do seu salão principal.”¹³⁴

A última grande obra, aqui analisada, executada pela Companhia Pantaleone Arcuri é aquela que escolhemos para ajudar a delimitar o marco temporal final desta pesquisa. Trata-se do momento em que Companhia expande seus negócios para além dos limites de Juiz de Fora, em 1939, quando é contratada para executar as obras de dois edifícios que hoje os belo-horizontinos chamam de “as torres gêmeas” de Belo Horizonte. De fato tratam-se de dois edifícios idênticos construídos lado a lado na avenida Afonso Pena. O projeto, assinado pelo arquiteto italiano Roberto Capello, foi encomendado pela Sul América Capitalização Sociedade que, por sua vez contratou a Companhia de Pantaleone para a execução das obras (orçadas em mais de 12 mil contos), que foram coordenadas por seu filho mais velho, Rafael. O conjunto Sulacap/Sulamérica foi oficialmente inaugurado em 1947, composto por pavimentos comerciais e residenciais. Hoje, o conjunto faz parte do área de preservação do Conjunto Urbano da Avenida Afonso Pena e Adjacências, protegido em 10 de novembro de 1994.¹³⁵

Para esse período mais longo, de 1921 a 1939, encontramos apenas nove plantas de projetos sob responsabilidade da Companhia Pantaleone, quatro delas assinadas por Rafael Arcuri, uma sem assinatura e as outras quatro assinadas por outro filho de Pantaleone, Reginaldo Arcuri. Quanto a localização, são quatro no *Centro*, três no *Poço Rico*, um no *Botanágua* e um na *Glória*. Dessas plantas podemos destacar: construção de um prédio de duas moradias, na rua Antônio Dias, de propriedade de Pantaleone Arcuri, datado de 1922; construção de um prédio com três moradias, na rua Santa Rita, de propriedade de Miguel Sirimarco, datado de 1922; e a construção de um prédio para Mario Arcuri na rua Antonio Dias, datado de 1931.

Cabe aqui ressaltar uma informação que verificamos ao longo da pesquisa. Os períodos em que encontramos menos projetos sob responsabilidade da Companhia Pantaleone Arcuri nas *Plantas Arquitetônicas* – principal conjunto documental utilizado para este trabalho – coincidentemente foram aqueles em que a Companhia esteve envolvida com obras mais grandiosas, muitas delas executadas para a municipalidade e

¹³⁴ OLENDER, Marcos. op. cit. p. 273.

¹³⁵ ARIMATÉIA, Karine de.; LEAL, Sarah Floresta. Dilema da preservação de edificações verticais particulares: o caso do conjunto arquitetônico Sulacap/Sulamérica de Belo Horizonte. In: *Anais do Congresso de Arquitetura, Turismo e Sustentabilidade*. 2014. E também OLENDER, Marcos. op. cit. p. 281.

cujos projetos não são encontrados em documentos de arquivo, mas nos referidos dossiês de tombamento, tamanha sua importância para a história da cidade.

Como vimos, a Companhia Pantaleone Arcuri aparentemente mantinha boas relações com o poder público, tendo sido, por diversas vezes contratada para a execução de obras que, posteriormente, se tornariam parte do patrimônio histórico da cidade. No entanto, não eram apenas os contratos que pautavam os negócios existentes entre a Companhia Pantaleone Arcuri e administração municipal.

Analisando documentos referentes a *Receitas e Despesas da Diretoria de Obras Municipais*, encontramos aqueles referentes a fornecedores externos e às quantias pagas pelo município a esses mesmos fornecedores. O conjunto documental é composto por notas fiscais emitidas por fornecedores, listas de materiais fornecidos, relatórios internos e balanços referentes a receitas e despesas. O material é realmente interessante, pois nos permite verificar um viés da relação entre a administração municipal e os fornecedores. Podemos analisar também quem eram esses fornecedores, que tipo de materiais forneciam à referida Diretoria e quais os valores que eram negociados. O período que a documentação abrange é o que corresponde aos anos de 1910 a 1929 e uma coisa que percebemos é que o material não apresenta uma continuidade temporal. Contudo, foi possível identificar um padrão, que imaginamos que se repita nos anos anteriores e também posteriores aos abrangidos pela documentação, de modo que essa falha documental não prejudica nossa análise.

Tabela 18 – Valores recebidos pela Cia. Pantaleone Arcuri da Diretoria de Obras Municipais, Juiz de Fora, 1910-1929

Ano	Valor recebido
1910	1:658\$800
1911	5:584\$740
1912	3:863\$750
1913	3:809\$410
1918	2:206\$300
1919	2:000\$300
1928	5:305\$800
1929	5:060\$900
Total	29:490\$000

Fontes: ARQUIVO HISTÓRICO DA CIDADE DE JUIZ DE FORA. Documentos referentes a receitas e despesas da Diretoria de Obras Públicas. 1910-1929.

Como é possível perceber, há alguns saltos temporais na documentação, o mais grave deles na década de 1920. No entanto, embora esse aspecto da documentação tenha dificultado o trabalho, não o tornou inviável, porque o que pretendíamos era verificar os tipos diferentes de negócios que a Companhia Pantaleone Arcuri pudesse ter com a administração municipal.

Os produtos que a Diretoria de Obras Municipais comprava de fornecedores externos eram muito variados, de material para construção até material de escritório, passando por uniformes e até mesmo serviços de gráfica e tipografia. Da Companhia Pantaleone Arcuri, especificamente, era comprado todo o tipo de material de construção: madeira, cimento, material hidráulico, de pintura, portas, janelas, entre outros. As notas da Companhia são detalhadas, explicitando o local e o tipo de obra da municipalidade a que o material se destinava. Para todos os anos em que encontramos a documentação, as notas são separadas mês a mês, acompanhando também os relatórios do Diretor de Obras Municipais, também feitos mensalmente.

No período limitado pela documentação encontrada, a Companhia Pantaleone Arcuri aparece como a segunda maior fornecedora para a Diretoria de Obras Municipais, tendo recebido ao longo dos anos um total de 29:490\$000. A Companhia perde apenas para a firma Henrique Surerus & Irmão, que recebeu da Diretoria um valor total 31:1725\$65. Aqui vale ressaltar que Henrique Surerus trabalhava com uma gama muito extensa de negócios e fornecia, além de materiais de construção, serviços ligados

a mecânica, como consertos em carroças, carros e caminhões. Mesmo assim, a diferença entre os valores recebidos por cada uma das empresas não é grande, o que mostra a força da Companhia de Pantaleone frente às outras empresas que também prestavam serviços à municipalidade.

O papel da Companhia como fornecedora externa à Diretoria de Obras Municipais, juntamente com os contratos para construções que eram frequentemente firmados entre a Companhia e a administração municipal parecem indicar uma aliança firmada entre Pantaleone Arcuri e os homens pertencentes à classe política juiz-forana. Paulino de Oliveira, por exemplo, descreve Pantaleone como um “homem de sociedade”. Segundo o autor, Pantaleone era, entre todos os construtores da cidade, o que mais merecia a confiança do poder público. “E não só dele, mas de toda a população, que toda ela, pode-se dizer, de alguma maneira se beneficiou do seu trabalho e da sua benemerência.”¹³⁶

Oliveira ainda afirma que Pantaleone era um homem muito bem relacionado. Sem contar Antero José Lage Barbosa, seu padrinho de casamento, Arcuri também era amigo próximo das mais importantes personalidades da política local, como João Penido Filho, Hermenegildo Vilaça, Teodorico de Assis, Antonio Augusto, João Ribeiro de Oliveira, Isidoro Barbosa, Luiz Eugênio Horta Barbosa, Francisco Valadares, José Procópio Teixeira, entre outros. Pantaleone também mantinha boas relações, como já vimos, com Antonio Carlos Ribeiro de Andrada e com autoridades do governo italiano, apoiado e elogiado por Pantaleone.¹³⁷

Essa faceta de “homem de sociedade” frequentemente beneficiava Pantaleone Arcuri, mesmo em situações que envolviam questões legais, como uma caso ocorrido em 1909, quando o poder público buscava combater a disseminação de cortiços na cidade. Tendo o fiscal classificado um imóvel de Pantaleone, na rua Sampaio, como cortiço (o que implicava em multa e imposto predial diferenciado), o mesmo recorreu alegando haver no terreno apenas um barracão, onde morava um de seus funcionários. Acabou por conseguir invalidar o imposto de cortiço, tendo o delegado de higiene afirmado que, mesmo que a edificação não fosse uma habitação que seguisse rigorosamente as normas de higiene, poderia ser tolerada em nome da “caridade” feita por Pantaleone ao permitir que morasse no local uma pessoa menos favorecida.¹³⁸ Não é

¹³⁶ OLIVEIRA, Paulino. *Pantaleone...* p. 47.

¹³⁷ *Ibid.* p. 39-41.

¹³⁸ SILVA, Maíra Carvalho Carneiro. *op. cit.* p. 95 e 96

difícil imaginar que o fato de o dito cortiço ser de propriedade de Pantaleone, importante construtor da cidade e homem de boas relações, tenha influenciado a decisão do delegado de higiene.

As boas relações que estabeleceu com autoridades italianas também parecem ter beneficiado Pantaleone, que costumava empregar muitos de seus patrícios na Companhia. Além de seus sócios, primeiro Pedro Timponi e depois José Spinelli (ambos italianos), outros conterrâneos de Pantaleone também passaram pela Companhia, como são os casos de: Domingos Sirimarco, que trabalhou com Pantaleone até 1895; Salvador Notaroberto, responsável técnico pelos projetos da firma até 1911; o pintor Angelo Bigi, responsável por decorar as paredes de importantes obras feitas pela Companhia com seu talento. Além deles, muitos dos operários eram contratados na própria Itália, que chegavam a Juiz de Fora já com emprego na empresa de Pantaleone. Esse esquema, paralelo ao da imigração subvencionada promovida pelo Estado brasileiro, certamente era facilitado por conta das boas relações pessoais entre Pantaleone e membros da rede diplomática italiana.

De fato, a obra de Pantaleone teve grande ressonância na Itália, cujo governo o condecorou com o título de Cavaleiro Oficial da Coroa, em 1931, e com a insígnia de Comendador, em 1939, em cerimônia que coincidiu com a inauguração da Casa de Itália, contando com a presença do embaixador Ugo Sola e de autoridades juiz-foranas e do estado de Minas Gerais, incluindo o advogado geral do estado, o dr. Eduardo de Menezes Filho, ex-prefeito da cidade. De Juiz de Fora, Pantaleone recebeu o título de Cidadão Honorário, em 1956.¹³⁹

Construtor por profissão, Pantaleone Arcuri esteve envolvido com toda sorte de atividades ligadas ao comércio, à indústria, à construção. Atuou em Juiz de Fora também como loteador de terrenos e investidor imobiliário. Foi membro de Centro de Proprietários Urbanos, da Associação Comercial e era sócio frequentador do Rotary Club. Depois de ter vivido no Brasil por 71 anos, tendo sido inclusive naturalizado brasileiro, Pantaleone faleceu em Juiz de Fora no dia 15 de abril de 1958, aos 91 anos de idade.

¹³⁹ OLIVEIRA, Paulino. *Pantaleone...* p. 63-69.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao chegar ao fim de um trabalho deste tipo fica-se a sensação de que se poderia ter ido mais além, ter aprofundado mais as análises, ter esgotado os assuntos abordados. No entanto, todo trabalho tem seus objetivos, limites e prazos, de modo que é impossível esgotar as possibilidades de análise, há sempre mais que pode ser abordado sobre qualquer tema.

Dentro dos limites impostos para um trabalho de Mestrado, tentamos com este explorar o tema da forma mais clara possível, objetivando, dentro das possibilidades, a composição de um trabalho, não perfeito, mas minimamente bem feito para a leitura futura de novos pesquisadores.

Buscamos aqui entender como se deu a formação do espaço urbano de Juiz de Fora, a cidade que até a década de 1930, era vista como a mais importante do estado de Minas Gerais, dona de economia pujante, de uma industrialização forte e crescente e de uma estrutura urbana que a levou a ser chamada pelos “apelidos” de Manchester Mineira, Princesa de Minas e Europa dos Pobres. Dentro desse processo de urbanização juiz-forana, buscamos também compreender como os imigrantes italianos, detentores de novas técnicas de construção estiveram inseridos nesse processo, agradando a elite local, que buscava edificações dignas do status adquirido por Juiz de Fora. E demos o merecido destaque àquele imigrante italiano que esteve à frente desse processo, construindo as mais relevantes edificações da cidade.

No primeiro capítulo, o que tentamos foi apresentar de forma sucinta, porém clara, um histórico de formação da cidade de Juiz de Fora, destacando os fatos mais importantes de sua história, as origens da ocupação do território, a formação do povoado, os aspectos marcantes da economia local. Destacamos também os aspectos que tornavam Juiz de Fora uma cidade atraente para quem nela quisesse investir. Enfim, delimitamos o contexto histórico sobre o qual desenvolvemos esta pesquisa.

Também no primeiro capítulo, tratamos de apresentar um levantamento, um balanço bibliográfico, destacando os trabalhos mais importantes produzidos sobre a história de Juiz de Fora. Apresentamos os principais autores e os dividimos em grupos, classificados segundo o método e fontes empregados por eles. Ressaltamos, sobretudo, os trabalhos produzidos por docentes e discentes vinculados ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, cuja criação favoreceu muito a produção historiográfica sobre temas pertinentes à história de Juiz de Fora.

Destacamos também o papel da Revista Locus e do Núcleo de História Regional como incentivos à produção de trabalhos de história regional.

No segundo capítulo vimos, primeiramente, como se deu o processo imigratório no Brasil: como a proibição do tráfico de escravos, a abolição definitiva da escravidão a criação de um discurso que desvalorizava o trabalhador nacional acabaram gerando um problema de escassez de mão de obra, solucionado pela imigração subvencionada. Nesse processo, o imigrante europeu era o favorito, uma preferência incentivada pelo discurso de promoção do branqueamento da população brasileira. Apresentamos também o contexto da imigração em Minas Gerais que, de início não sentiu o déficit de mão de obra por aproveitar o trabalhador livre nacional. Minas Gerais só sentiu a necessidade de contratação de imigrantes no pós abolição. E ainda, tratamos especificamente da imigração em Juiz de Fora: como se deu o processo, como os imigrantes acabaram se inserindo no cenário juiz-forano e o que tornava Juiz de Fora uma cidade atrativa para os imigrantes. No caso juiz-forano os imigrantes fixaram-se majoritariamente na zona urbana, escolhendo se manter na cidade espontaneamente e, aqueles que o faziam, eram os que tinham algum tipo de formação profissional, que não estavam ligados a atividades rurais, mas conseguiam se encaixar em atividades tipicamente urbanas, como indústria, comércio e serviços.

Também no segundo capítulo, vimos como esses imigrantes, com maior ênfase dada aos italianos, estiveram inseridos no processo de construção do espaço urbano. Conseguimos identificar, através da análise de fontes, como se deu a ocupação do território da cidade, quais áreas eram mais ocupadas e em quais momentos essa ocupação acontecia. Vimos como se comportou a demanda por construções e as ações do poder público para sanar um problema que parecia não ter fim em Juiz de Fora: o déficit habitacional. Assim foi possível identificar como o incentivo promovido pela municipalidade influenciava os setores de edificações da cidade e como isso contribuiu para aquecer o mercado imobiliário. Apresentamos também os casos dos maiores proprietários urbanos, como estavam inseridos na sociedade e suas principais áreas de atuação. Por fim, apresentamos os principais construtores e projetistas italianos, quais as principais características de seus trabalhos e as áreas de maior concentração de seus projetos. Foi possível perceber, nesse capítulo que, no que se refere ao setor de edificações, os italianos, embora numericamente menos presentes no total da população juiz-forana, tiveram a mesma relevância que todos os outros, estando presente em metade dos projetos para construções realizadas no período estudado.

Dedicamos o terceiro capítulo a apresentar Pantaleone Arcuri, o imigrante italiano que foi o mais importante representante do setor de construção civil em Juiz de Fora, e a trajetória de trabalho que marcou a história de sua empresa, a Companhia Pantaleone Arcuri. Sobre o homem, falamos dos fatos mais importantes que marcaram sua vida, as redes de relacionamentos que teceu em torno de si, o reconhecimento pelo serviço prestado e as estratégias empresariais empregadas. Da Companhia, destacamos as obras mais importantes realizadas, a maioria hoje parte integrante do conjunto de preservação que compõe o Patrimônio Histórico de Juiz de Fora, desde o momento de sua fundação até o momento em que empresa passa por um processo de expansão tão grande que extrapola os limites de Juiz de Fora, com a construção dos edifícios Sulacap/Sulamérica em Belo Horizonte.

Concluimos, com esta pesquisa que a Juiz de Fora das décadas de 1890 a 1930 era uma cidade que vivia um momento de franca expansão, mas que essa expansão gerou problemas e demandas típicos de uma cidade crescendo e se industrializando. O aumento populacional vivenciado levou a uma escassez de moradia e também a expansão horizontal, ampliando o território da cidade, antes limitado à área que corresponde ao centro da cidade. Por outro lado, a antiga elite agrária, que buscava se firmar como elite urbana e industrial, fazia aumentar a demanda por construções luxuosas, dignas de seu poder econômico e da cidade que, na época, era a mais importante de Minas Gerais. Nesse contexto, os italianos, detentores de novas técnicas e conhecedores dos novos materiais construtivos, facilmente se inseriram, atuando no setor de edificações e inserindo, na paisagem juiz-forana, novos estilos arquitetônicos, de modo que é impossível pensar a formação do espaço urbano de Juiz de Fora sem a participação desses imigrantes.

Não temos a pretensão de que esta pesquisa seja a única a abordar este tema. Mesmo porque, acreditamos que as possibilidades são infinitas e ainda há muito o que ser explorado, sobretudo a respeito do desenvolvimento do setor de edificações em Juiz de Fora. Esperamos que este tema volte a ser o objeto de análise de pesquisas futuras e que este trabalho contribua para o desenvolvimento de novos trabalhos e para o conhecimento de novos pesquisadores.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

a) Fontes

a.1) Fontes centrais

Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora

Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora. Fundo: Câmara Municipal. República Velha. *Plantas Arquitetônicas*. Caixas 1 a 44.

Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora

Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora. Fundo: Companhia Industrial e Construtora Pantaleone Arcuri. Acervo da Companhia Pantaleone Arcuri. *Livros Contábeis*. Seção A.

Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora. Fundo: Companhia Industrial e Construtora Pantaleone Arcuri. Acervo da Companhia Pantaleone Arcuri. *Documentos Contábeis*. Seção B.

Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora. Fundo: Companhia Industrial e Construtora Pantaleone Arcuri. Acervo da Companhia Pantaleone Arcuri. *Recortes de Jornal*. Seção C.

Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora. Fundo: Companhia Industrial e Construtora Pantaleone Arcuri. Acervo da Companhia Pantaleone Arcuri. *Outros Documentos*. Seção D.

a.2) Fontes complementares

Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora

Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora. Fundo da Câmara Municipal. República Velha. *Livros de Indústrias e Profissões*. 1895-1939.

Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora. Fundo da Câmara Municipal. República Velha. *Relatórios de Despesas da Diretoria de Obras Públicas*. 1895-1939.

b) Bibliografia

ALMICO, Rita de Cássia da Silva. *Fortunas em movimento: um estudo sobre as transformações na riqueza pessoal em Juiz de Fora (1870-1914)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Campinas, 2001.

ANDRADE, Rômulo . *Escravidão e cafeicultura em Minas Gerais: o caso da Zona da Mata*. Revista Brasileira de História , São Paulo, v. 11, n.22, p. 93-131, 1991.

ANDRADE, Sílvia M. B. V. *Classe Operária em Juiz de Fora: uma história de lutas*. Juiz de Fora: Edufjf, 1984.

ARANTES, Luiz Antônio Valle. *As Origens da Burguesia Industrial em Juiz de Fora*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1999.

ARIMATÉIA, Karine de.; LEAL, Sarah Floresta. Dilema da preservação de edificações verticais particulares: o caso do conjunto arquitetônico Sulacap/Sulamérica de Belo Horizonte. In: *Anais do Congresso de Arquitetura, Turismo e Sustentabilidade*. 2014.

BARROS, Cleyton S. *Eletricidade em Juiz de Fora: modernização por fios e trilhos (1889-1915)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora: Juiz de Fora, 2008.

BARROS, Nicélio do Amaral. *Sob clima tenso: crise estrutural, mudanças institucionais e deslocamento do eixo político e econômico em Minas Gerais (1920-1940)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2007.

BARROSO, Elaine Aparecida Laier. *Modernização e Higienismo: controle sanitário e gestão político-científica na Manchester Mineira (1891-1906)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2008.

BONI, Luis A. de.(org). *A Presença Italiana no Brasil*. Porto Alegre; Turim. Escola Superior de Teologia; Fondazione Giovanni Agnelli, 1990. Vol. 2.

BONI, Luis A. de.(org). *A Presença Italiana no Brasil*. Porto Alegre; Turim. Escola Superior de Teologia; Fondazione Giovanni Agnelli, 1996. Vol. 3.

BORGES, Célia Maia (org.) *Solidariedades e conflitos: histórias de vida e trajetórias de grupos em Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Ed.UFJF, 2000.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; CROCI, Federico; FRANZINA, Emilio. *História do Trabalho e Histórias da Imigração*. São Paulo: EDUSP, 2010.

CASTILHO, Fábio Francisco de Almeida. *Entre a Locomotiva e o Fiel da Balança: A transição da mão-de-obra no Sul de Minas: 1870-1918*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2009.

CENNI, Franco. *Italianos no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2003.

CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. *Europa dos Pobres: a belle-époque mineira*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 1994.

CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. “Trabalho, enriquecimento e exclusão: italianos em Juiz de Fora (1870-1940).” In: BORGES, Célia Maia (org.) *Solidariedades e conflitos: histórias de vida e trajetórias de grupos em Juiz de Fora*. Juiz de Fora: EDUFJF, 2000. p. 132-171

COSTA, Fernanda Maria Matos da. *A morte e o morrer em Juiz de Fora: transformações nos costumes fúnebres, 1851-1890*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2007.

CROCE, Marcus Antônio. *O Encilhamento e a economia de Juiz de Fora: o balanço de uma conjuntura (1888-1898)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2006.

DELGADO, Ignacio Godinho. *A estratégia de um revés: Estado e associações empresariais em Minas*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1997.

DIEGUES JR, Manuel. *Imigração, Urbanização, Industrialização*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1964.

DINIZ, Clélio Campolina. *Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira*. Belo Horizonte: EDUFMG/PROED, 1981.

DESTRO, José Augusto da Silva. *A transição da cafeicultura para a pecuária em Juiz de Fora – 1896-1930*. Niterói, Dissertação de Mestrado em História, UFF, 2006.

DORNELAS, Juliana Gomes. *Na América, a esperança: os imigrantes sírios e libaneses e seus descendentes em Juiz de Fora, Minas Gerais (1890-1940)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2008.

DUARTE, Felipe Marinho. *Mercado Financeiro e Crédito Público: acumulação endógena e financiamento da infraestrutura urbana de Juiz de Fora (1870-1900)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2013.

ESTEVES, Albino. & LAGE, Oscar V. B. *Álbum do Município de Juiz de Fora*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1915.

FAUSTO, Boris. (org.). *Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina*. São Paulo: Edusp, 1999.

FAZOLATTO, Douglas. *Juiz de Fora: imagens do passado*. Juiz de Fora: Funalfa, 2003.

FERENZINI, Valéria Leão. *A imigração italiana em Juiz de Fora e a Casa D'Itália*. Monografia (Bacharelado em História). ICH-UFJF. Juiz de Fora, 1994.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1982. 18ª ed.

GASPARETTO JR., Antonio. *Direitos sociais em perspectiva: seguridade, sociabilidade e identidade nas mutuais de imigrantes (1872-1930)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2013..

GIROLETTI, Domingos. *A industrialização de Juiz de Fora (1850-1930)*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 1988.

GIROLETTI, Domingos. *A modernização capitalista em Minas Gerais: a formação do operariado industrial e de uma nova cosmovisão*. Tese de Doutorado, UFRJ/Museu nacional, 1988.

GOODWIN JR., James William. *A “Princesa de Minas”: a construção de uma identidade pelas elites juizforanas (1850-1888)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1996.

GOODWIN JR., James William. *Cidades de Papel: imprensa, progresso e tradição. Diamantina e Juiz de Fora, MG. (1884-1917)*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

KLÔH JR., Carlos Eduardo. *A estrutura comercial de Juiz de Fora*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2008.

LANA, Vanessa. *Uma Associação Científica no “Interior das Gerais”: A Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora (SMCJF), 1889 - 1908*. Dissertação de Mestrado. Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Rio de Janeiro, 2006.

LANNA, Ana Lúcia Duarte; PEIXOTO, Fernanda Arêas; LIRA, José Tavares Correia de; SAMPAIO, Maria Ruth Amaral de. (Orgs.) *São Paulo, os estrangeiros e construção das cidades*. São Paulo: Alameda, 2011.

LESSA, Jair. *Juiz de Fora e seus pioneiros (do Caminho Novo à Proclamação)*. Juiz de Fora: UFJF / Funalfa, 1985.

LIMA, João Heraldo de. *Café e indústria em Minas Gerais – 1870/1920*. Campinas: UNICAMP, 1977.

MARINS, Paulo César Garcez. “Um lugar para as elites: os Campos Elíseos de Glette e Nothman no imaginário urbano de São Paulo.” In: LANNA, Ana Lúcia Duarte; PEIXOTO, Fernanda Arêas; LIRA, José Tavares Correia de; SAMPAIO, Maria Ruth Amaral de. (orgs) *São Paulo, os estrangeiros e construção das cidades*. São Paulo: Alameda, 2011. p. 209-244.

MASCARENHAS, N. L. *Bernardo Mascarenhas e o Surto Industrial de Minas Gerais*. Rio de Janeiro, Aurora, 1954

MIRANDA, Sônia Regina. *Cidade, capital e poder: políticas públicas e questões urbanas na Velha Manchester Mineira*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense: Niterói, 1990.

MONTEIRO, Norma de Góes. *Imigração e Colonização em Minas Gerais (1889-1930)*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada, 1994.

MOTOYAMA, Shozo (org.). *Tecnologia e Industrialização no Brasil: uma perspectiva histórica*. São Paulo: Ed. UNESP, 1994.

NEDER, Carolina Barbosa. *Memórias que não se apagam: o cotidiano de lutas das operárias na Manchester Mineira (1890-1954)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2010.

OLENDER, Marcos. *Ornamento, Ponto e Nó: da urdidura pantaleônica às tramas arquitetônicas de Raphael Arcuri*. Juiz de Fora: EDUFJF, 2011.

OLIVEIRA, Delaine Gomes de. *Memórias e representações acerca da Escola Normal de Juiz de Fora*. In: Cadernos de História da Educação. nº 3 - jan./dez. 2004.

OLIVEIRA, Fábio Augusto Machado Soares de. *Imperatriz versus Tiradentes: urbanismo, abolicionismo e republicanismo na municipalidade de Juiz de Fora (1881-1889)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2011.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Imigração e Indústria: os alemães e os italianos em Juiz de Fora (1854-1920)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense: Niterói, 1991.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Imigração e Industrialização: os italianos em Juiz de Fora (1888-1920)*. In: BONI, Luis A. de. (org). *A Presença Italiana no Brasil*. Porto Alegre: Edições Est, 1996. Vol. 3.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Negócios de famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira – 1780/1870*. Bauru, SP: EDUSC; Juiz de Fora, MG: Funalfa, 2005.

OLIVEIRA, Paulino. *História de Juiz de Fora*. Juiz de Fora: s/ Ed., 1966. 2ª ed.

OLIVEIRA, Paulino. *Pantaleone Arcuri e Juiz de Fora*. Juiz de Fora: s/ Ed., 1959.

PASSAGLIA, Luiz Alberto do Prado. *Preservação do Patrimônio Histórico de Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Edições Paraibuna/Prefeitura de Juiz de Fora, 1984.

PAULA, Maria Carlota de Souza. *As vicissitudes da industrialização periférica: o caso de Juiz de Fora – 1930-1970*. Belo Horizonte, Dissertação de Mestrado em Ciência Política, UFMG, 1976.

PIRES, Anderson José. *Capital agrário, investimento e crise na cafeicultura de Juiz de Fora (1870-1930)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1993.

PIRES, Anderson José. *Café, Bancos e Finanças em Minas Gerais. Uma Análise do Sistema*

Financeiro da Zona da Mata Mineira - 1889/1930. In: 3º Congresso Brasileiro de História Econômica. ANAIS. Curitiba: UFPR, 1999.

PIRES, Anderson José. *Café, bancos e finanças: uma análise do sistema financeiro da zona da Mata – 1889-1930*. São Paulo, Tese de Doutorado em História, USP, 2004.

PROCÓPIO FILHO, José. *Salvo erro ou omissão - gente juizforana*. Juiz de Fora: s. ed., 1979.

RODRIGUES, Lincoln Gonçalves. *A agroindústria da cana-de-açúcar na Zona da Mata Mineira*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2012.

SARAIVA, Luiz Fernando. *Um correr de casas, antigas senzalas: a transição do trabalho escravo para o livre em Juiz de Fora – 1870-1900*. Niterói, Dissertação de Mestrado em História, UFF, 2001.

SCHULZ, John. *A crise financeira da abolição*. São Paulo: EDUSP, 2013.

SILVA, Maíra Carvalho Caneiro. *Lugar de trabalhador é na área de serviço: moradia popular em Juiz de Fora (1892-1930)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2008.

SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. 8. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1995.

SOUZA, Sônia Maria de. *Além dos cafezais: produção de alimentos e mercado interno em uma região de economia agro-exportadora – Juiz de Fora na segunda metade do século XIX*. Niterói, Dissertação de Mestrado em História, UFF, 1998.

SOUZA, Sônia Maria de. *Terra, família, solidariedade: estratégias de sobrevivência camponesa no período de transição - Juiz de Fora (1870-1920)*. Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2003.

STEHLLING, Luiz José. *Trajetória da Indústria em Juiz de Fora*. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora. Ano II, nº 2, janeiro 1966, Juiz de Fora.

STEHLLING, Luiz José. *Juiz de Fora, a Companhia União e Indústria e os Alemães*. Juiz de Fora: FUNALFA, 1979.

TEIXEIRA, Mariana Eliane. *Ser italiano em São João Del Rey (1888-1914)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2011.

TRENTA, Ângelo. *Miséria e Esperanças: a emigração italiana para o Brasil (1887-1902)*. In: ROIO, José Luiz Del. (Org.) *Trabalhadores do Brasil*. São Paulo: Ícone, 1990.

TRENTA, Angelo. *Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1989.

VALE, Vanda Arantes do. *A arquitetura da industrialização em Juiz de Fora(1880-1930)*. Juiz de Fora: DEHIS/UFJF, 1993.

VILLELA, Anníbal Villanova & SUZIGAN, Wilson. *Política do governo e crescimento da economia brasileira – 1889-1945*. 3. ed. Brasília: IPEA, 2001.

VISCARDI, Claudia Maria Ribeiro. *Diferentes atores em papéis diversos: a barganha política no palco da gestão participativa em Juiz de Fora (1982-1988)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1990.

VITTORETTO, Bruno Novelino. *Do Parahybuna à Zona da Mata: Terra e trabalho no processo de incorporação produtiva do café mineiro (1830/1870)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora.

ANEXOS

Anexo 1 – Concentração de projetos de construção segundo a localização, Juiz de Fora (1890-1939)

Localização	Número de projetos
Rio Branco (Direita)	96
Halfeld	92
São Mateus	64
Bernardo Mascarenhas	62
Andradas (Gratidão)	54
Batista de Oliveira	53
Botanágua	49
15 de Novembro	47
Espírito Santo	45
Marechal Deodoro	45
Paula Lima	44
Santa Rita	40
Santo Antônio	38
Vitorino Braga	38
Floriano Peixoto	37
Moraes e Castro	31
Manoel Honório	30
Mariano Procópio	29
Osório de Almeida	28
São Sebastião	24
Tapera	24
Fonseca Hermes	22
Maria Perpétua	22
Garibaldi	21
Sete de Setembro	20
Romualdo	19
Carlos Otto	19
Sampaio	18
Comércio	17
São João Nepomuceno	16

Margem do Piauí	15
Benjamin Constant	15
Independência	15
Antônio Dias	14
Progresso	14
Municipal	14
Oscar Vidal	12
São Geraldo	12
Artistas	12
Feliciano Penna	12
Fernando Lobo	12
Tiradentes	12
Rua Nova	11
Liberdade	11
Hypolito Caron	11
Barbosa Lima	11
Costa Carvalho	11
Paletta	10
Benfica	10
Padre Café	9
Delfim Moreira	8
Largo do Cruzeiro	8
Rui Barbosa	8
São Bernardo	7
Pedro Botti	7
Parque	7
Coronel Vidal	7
Dom Pedro II	7
Antônio Carlos	7
Dom Silvério	7
Barão de Cataguases	6
Cemitério	6
Santana	6
Silva Jardim	6
Manoel Bernardino	5

Severiano Sarmiento	5
Francisco Bernardino	4
Harmonia	4
Largo do Riachuelo	4
Barão de Santa Helena	4
Barão de Aquino	4
Poço Rico	4
Sem endereço	86
Outros	237

Fontes: ARQUIVO HISTÓRICO DA CIDADE DE JUIZ DE FORA. Plantas Arquitetônicas, 1890-1939. Caixas 1-40.

Anexo 2 – Construtores italianos de menor expressão identificados nos projetos arquitetônicos, Juiz de Fora (1890-1939)

Nome do Construtor	Número de Projetos
Luiz Leonello	5
Feliciano Campagnacci	5
Luiz Alevatto	5
Perotta & Groia	5
J. Boaretto	4
Felippe Benatti	3
Galuzzi & Cia	3
Pedro Timponi	3
Antônio Notaroberto	2
Miguel Notaroberto	2
Francisco Antônio Brandi	2
José Perotta	2
Rodolfo Turatti	2
Vicente Peruggini	2
Sangiorgi	2
Antônio Colsera	1
Ferruccio Sangiogi	1
Francisco Timponi	1
Gabriel Galante	1
J. Boretti	1

Joaquim Bejanaro	1
José Paletta	1
Luiz Murucci	1
Amatore de Giácomo	1
Angelo Turolla	1
Antonio Dottore	1
Antônio Gianoni	1
Antônio Maria Perry	1
Augusto Meggiolaro	1
Bartollo Bartolli	1
Delsicco Ludovino	1
Francisco Bonsanto	1
Grantto, Irmão & Cia	1
João Marinelli	1
João Tozzi	1
José Antônio Picorelli	1
Julio Barezzi	1
Miguel Carello	1
Oddoni Turolla	1
Paolo Modanesi	1
Paschoal Granatto	1
Pasquale Boccia	1

Pedro Biancoville	1
Pedro Magaldi	1
Pereira Canutto & Cia	1
Perugini Brescia	1
Raphael Magaldi Sobrinho	1
Rivelli & Cia	1
Silvio Benjamin Meggiolaro	1
Umberto Berutte	1
Ventura & Tortoriello	1
Vicente Falci	1
Pedro Casteliani	1
Tartaglia Angelo Disegnatori	1

Fontes: ARQUIVO HISTÓRICO DA CIDADE DE JUIZ DE FORA. Plantas Arquitetônicas, 1890-1939. Caixas 1-40.

**Anexo 3 – Valores pagos pela Diretoria de Obras Públicas por ano, Juiz de Fora,
1910-1929.**

Ano	Fornecedor	Valor
1910	[C. Ministério]	8.700
1910	Campos, Bastos & Cia	34.900
1910	Carmelo Serimarco	5.600
1910	Christovam de Andrade	152.500
1910	Henrique Surerus & Irmão	1.684.360
1910	J. Guedes	267.420
1910	Jovelino Barbosa	3.000
1910	L. Becker	2.500
1910	Pantaleone Arcuri & Spinelli	1.658.800
1910	Silva & Filho	5.400
1911	Abelardo Leite	256.400
1911	Antonio Scapim Guerino	164.250
1911	Becker, Winter & Cia	2.500
1911	Campos, Bastos & Cia	22.500
1911	Christovam de Andrade	44.800
1911	Feliciano da Silveira Bulcão	13.300
1911	Francisco Borges de Mattos	71.000
1911	Henrique Surerus & Irmão	7.855.465
1911	J. Guedes	613.750
1911	J. Kascher & Irmão	156.000
1911	João Stehling	176.600
1911	José Moreira & Filho	100.000
1911	L. Becker	2.000
1911	Pantaleone Arcuri & Spinelli	5.584.740
1912	Becker, Winter & Cia	18.500
1912	Campos, Bastos & Cia	23.400
1912	Christovam de Andrade	10.200
1912	Feliciano da Silveira Bulcão	8.000
1912	Henrique Surerus & Irmão	5.351.530
1912	J. Guedes	83.250
1912	João Stehling	223.940

1912	José Moreira & Filho	81.500
1912	Pantaleone Arcuri & Spinelli	3.863.750
1912	Portilho Mattos & Cia	184.000
1912	Virgilio Bisaggio	225.000
1913	Becker, Winter & Cia	19.500
1913	Henrique Surerus & Irmão	6.363.400
1913	J. Guedes	25.730
1913	Pantaleone Arcuri & Spinelli	3.809.410
1913	Portilho Mattos & Cia	90.000
1918	[Felizardo M. de Oliveira]	138.000
1918	Becker & Cia	19.000
1918	Bisaglia & Irmão	16.000
1918	Bruno Barbosa	12.000
1918	Caetano Souza & Cia	125.700
1918	Camillo Zaghetto	76.500
1918	Campos, Bastos & Cia	168.500
1918	Carneiro & Cia	73.000
1918	Christovam de Andrade	17.100
1918	Dias Cardoso & Cia	152.400
1918	Feliciano da Silveira Bulcão	20.000
1918	George Francisco Grande	954.800
1918	Granatto & Cia	14.000
1918	Guedes, Bastos & Martins	7.740
1918	Henrique Surerus & Irmão	3.662.410
1918	Hernane Erhardt	4.000
1918	Joaquim Xavier de Mathos	460.000
1918	Magalhães & Cia	22.300
1918	Otto & Irmão	12.000
1918	Pantaleone Arcuri & Spinelli	2.206.300
1918	Queiroz & Irmão	28.000
1918	Ribeiro de Oliveira	299.500
1918	Santo Colsera	15.600
1918	Teixeira Andrade & Cia	469.500
1919	Campos, Bastos & Cia	3.300
1919	Dias Cardoso & Cia	68.600

1919	Henrique Surerus & Irmão	592.800
1919	Joaquim Xavier de Mathos	308.000
1919	Magalhães & Cia	27.000
1919	Pantaleone Arcuri & Spinelli	2.000.300
1919	Santos, Carvalho & Cia	50.000
1919	Valentim Colsera & Irmão	3.200
1928	Alexandre Righetti	260.000
1928	Loreto Irmãos	10.000
1928	Pantaleone Arcuri & Spinelli	5.305.800
1928	Rivelli & Cia	524.200
1928	Santo Colsera	2.210.900
1928	Scarlatelli, Procópio & Cia	33.550
1928	Valentim Colsera & Irmão	41.000
1929	Alexandre Righetti	142.000
1929	Ciampi & Filho	1.406.800
1929	Ciuffo & Allevato	360.100
1929	Henrique Surerus & Irmão	5.662.600
1929	Pantaleone Arcuri & Spinelli	5.060.900
1929	Santo Colsera	23.896.525
1929	Scarlatelli, Procópio & Cia	76.200
1929	Ventura & Tortoriello	42.000
Total		96.327.720

Fontes: ARQUIVO HISTÓRICO DA CIDADE DE JUIZ DE FORA. Documentos referentes a receitas e despesas da Diretoria de Obras Públicas. 1910-1929.

Anexo 4 – Lista de proprietários urbanos, Juiz de Fora (1890-1939)

A. do Nascimento
A. Gonçalves de Andrade
A. Nascimento
A. Teixeira & Alves
A. Villela
Abílio Marinho Leitão
Abreu & Magalhães
Academia de Comércio
Accácio Teixeira
Adair Campos & Cia
Adão Pereira de Araújo
Adélia de Oliveira Assis
Adelino Vasconcellos
Adhemar Ferreira Leite
Adolfo Kneipp
Adolpho Novelli
Adriano Sterci
Affonso Botti
Affonso Carlos Gleunadel
Affonso e Arllota
Affonso Garcia
Agemira de Assis Pinto
Agilberto Costa
Agnello Quintella
Agostinho Augusto Corrêa
Agrippina Damas da Costa
Albano Martins
Albano Martins & Cia
Albano Perasini
Albertino Ribeiro & Cia
Alberto Andrez
Alberto Costa

Alberto Cruz Filho
Alberto Dalpra
Albertoni e Irmão
Albina Casalli
Albino Alvim de Menezes
Albino de Abreu
Albino Esteves
Albino Ferreira Leal
Albino José Machado
Albino Lopes de Abreu
Albino Machado
Albino Martins Villas Boas
Alcebíades M. Campos
Alcida Goulart
Alcides Alves
Alcides Cezário Alves
Alcides Monteiro
Alcides Ozório Alves
Alcides Rodrigues
Alexandre Befenate
Alexandre Leonel
Alexandre Villar
Alexandre Visentim
Alfredo Abrahão
Alfredo Assad
Alfredo Bastos
Alfredo Benjamin Gonçalves
Alfredo de Andrade Vilella
Alfredo de Souza Bastos
Alfredo Felipe
Alfredo Ferreira Lage
Alfredo José Guedes
Alfredo Palamo
Alfredo Piccinini
Alfredo Salomão

Alfredo Simões
Alfredo Vilella de Andrade
Ali Halfeld
Alice de Lima Mendes
Almeida & Falci
Almeida, Carvalho, Corrêa & Cia
Alminda Adeline Doide
Altamiro Pinto
Alvaro Barbosa dos Reis
Alvaro Braga Araújo
Álvaro Cirino de Rezende
Álvaro Henrique de Carvalho
Álvaro Martins Vilella
Álvaro Theodoro de Paula
Alzira Silva
Amadeu Guimarães
Amadeu Helt
Amatore de Giácomo
Amélia Augusta de Rezende
Américo Dimas
Américo Gomes Carneiro
Américo Motta
Americo Valle de Machado e Americo Cesar da Silva
Ana Maria de Ramos
Andrade & Waltemberg
Angelo Crivellari
Angelo José dos Reis
Angelo Marciano
Angelo Saggioro
Angelo Turolla
Anibal Zacaron
Anna Caputo
Anna Cortes Petterman
Anna de Almeida Ramalho
Anna de Araújo Alves

Anna José Benatti
Anna Lenna
Anna Martinha Ramos
Anna Rosa Cirigliano
Anna Timoti
Annibal de Lima Barroso
Annibal de Paiva Garcia
Annibal Lopes
Antão Ferreira de Almeida
Antenor Campos
Antenor F. Marcos
Anthelmo de Azevedo Chaves
Antônio Abramo
Antonio Affonso de Oliveira
Antônio Alves de Sá
Antonio Alves Rodrigues
Antonio Alves Teixeira
Antônio Angelino
Antonio Angelo
Antônio Augusto Teixeira
Antônio B. de Figueiredo
Antônio B. de Oliveira Tavares
Antonio Baldi
Antônio Batista de Oliveira
Antônio Bento de Vasconcellos
Antônio Bonifácio de Oliveira Tavares
Antônio Cardozo
Antônio Carlos
Antonio Carlos J. de Mattos
Antônio Celso Vieira
Antônio Coelho de Souza
Antônio da Silva Ferreira
Antônio de Almeida
Antônio de Araújo
Antônio de Freitas

Antonio de oliveira Azevedo
Antônio de Paiva Ruas
Antônio de Paula Mendes
Antônio de Souza Alves Amorim
Antônio Dias da Fonseca
Antonio Dias de Carvalho
Antônio Dias Pimont
Antonio Dottore
Antônio Fagundes Monteiro
Antonio Ferreira da Veiga
Antônio Fortunato de Lima
Antonio Francisco Machado Junior
Antônio Francisco Marques
Antonio G. Fraga
Antônio Gaetano de Andrade
Antônio Gaio
Antonio Garcia
Antonio Gianoni
Antônio Gomes Júnior
Antônio Guedes Nogueira
Antônio Iung
Antonio Joaquim
Antônio José de Faria
Antonio José Fernandes
Antônio Júlio Alves
Antonio Leopoldo Pires
Antônio Levy
Antonio Lopes
Antonio Magaldi
Antonio Marcato
Antônio Maria de Souza
Antônio Maria Perry
Antônio Maria Pinto Leite
Antônio Marques
Antônio Martins Pinho

Antônio Matheus Franco
Antonio Mathiasi
Antônio Medeiros Jordão
Antônio Meurer
Antônio Meurer & Filhos
Antônio Molinari
Antônio Moreira de Novaes
Antônio Moreira Gomes
Antônio Neves
Antônio Notaroberto
Antonio Nunes
Antonio Paschoal kleinsorge
Antonio Passarella
Antonio Paviato
Antonio Pereira Machado
Antônio Pereira Netto Júnior
Antonio Pinto da Fonseca
Antônio Pinto Monteiro
Antonio Precioso
Antônio Querino
Antônio Raphael D'Assis
Antonio Ribeiro de Sá
Antônio Rodrigues Dias
Antônio Rosa da Costa
Antônio Sampaio
Antônio Scapim Querino
Antonio Sibem
Antônio Silva
Antônio Silva Ferreira
Antônio Stumpp
Antonio Tavares
Antonio Teixeira Tocantins
Antônio Toledo
Antonio Tutero
Antônio Vicente Ferreira

Antônio Zerlottini
Appolinério Marins
Aprígio Ribeiro de Oliveira
Aquilino Pinto Ribeiro
Aracy de Araujo Esteves
Argemiro José Machado
Arino Ferreira de Moraes
Aristides Amado Corrêa
Aristides Ferreira Taxa
Aristides Filgueiras Pinto
Aristides Moreira
Aristides Natalucci
Aristoteles Braga
Aristotelina Meira Sá
Arlindo kelmer
Arminda Monteiro
Arminda Sista Teperini
Arnaldo Motta
Arnolpho Nascimento
Arthur de Cravalo
Arthur Álvares Penna
Arthur Antunes da Cunha Guimarães
Arthur de Azevedo
Arthur de Novaes Galvão
Arthur Degwert
Arthur Marcati
Arthur Penna
Arthur Rodrigues
Arthur Vieira Horta
Ary Pereira da Silva
Arzillac de Oliveira Abiantum
Asdrubal Teixeira
Asdrúbal Teixeira de Souza
Asilo Bom Pastor
Assad Bichara

Associação Beneficente Irmãos Artistas
Associação Civil Club Juiz de Fora
Associação Comercial
Associação das Damas de Caridade
Ataia Jorge
Ataliba de Almeida
Ataliba Modesto de Almeida
Attilio Breda
Attilio Valoto
Augusto Brandão
Augusto César Pedreira Franco
Augusto Degwert
Augusto Dewert
Augusto Meggiolaro
Augusto Ribeiro Mendes
Augusto Santos
Augusto Serestino Pereira
Augusto Tavares
Áurea de Andrade
Aurélio Fagga
Aurélio Ferreira Salgado
Aurélio Ribeiro de Oliveira
Aurélio Victor de Sousa
Avelino Gonçalves de Andrade
Avellar Werneck & Cia
Ayres Gomes da Silva
Ayres, Barbosa & Cia
Baltazar Brucher
Balthazar Scoralink
Banco de Londres
Banco do Brasil
Baptista Beghini
Barbosa Muller
Bartolo Bartolli
Bazar Lion

Beghelli Valle
Belmiro Ciampi
Belorophonte Bernardo
Benedito e Carlos Lopes
Beninha Perotta
Benjamin Eugênio Pelagoge
Bento Neves de Oliveira
Bernardino Carmelo
Bernardino Carrumba
Bernardino Silva
Bernardo e Carvalho
Bernardo Halfeld
Bernardo Mascarenhas (viúva)
Bina Bettini Rossi
Brandi & Moretzsohn
Brandina Januária de Barros
Braz Bernardino Loureiro Tavares
Braz de Giácomo
Braz Perazzo
Braz Xavier Bastos
Bruno Barbosa do Rego
Bruno Jubanete
C. M. E.
C. Pelegriani
Caetano Arlotta
Caetano Braga
Caetano Chiantia
Calixto Mendes Pereira
Campos Bastos & Cia
Cancianilla Alves
Cândida Pires Corrêa
Cândido Alves Cyrino
Cândido Teixeira Tostes
Capela de São Geraldo
Capela do Colégio Stella Matutina

Capitão Maximino Campos
Carlos Barbosa Leite
Carlos Berberick
Carlos Crepempgue
Carlos Falci
Carlos Grande
Carlos Henck
Carlos Hull
Carlos Reiner
Carlos Stiebler
Carlos Ventura
Carmem de Mello
Carolina Corrêa
Carolina de Couto e Silva
Casa Espírita
Casa Pastoral
Casimiro Vilella de Andrade
Catharina Held
Catharina Kremer de Castro
Catharina Larcher
Ceara & Cia
Cecilia Machado Irmãos
Cecília Pereira
Celia Soares Pinto
Celina Ramalho Pinto
Celio Monteiro de Andrade
Cemitério de Juiz de Fora
Centro de Cultura Physica Força e Coragem
Centro Telefônico
Cerino Bartolo, Pimentel & Cia
Cezário Rezende
Chegri Merlhi
Chelim & Cia
Chimico Corrêa
Christiano Becker

Christiano Cunha
Christiano Gerhein
Christiano Hornn
Christiano Vieira de Araújo Machado
Christovam de Andrade
Christóvão Bechtluft Junior
Christovão Gogliano
Cia Antartica Paulista
Cia de Fiação e Tecelagem de Juiz de Fora
Cia Dias Cardoso
Cia Eletro Siderúrgica Brasileira
Cia F F Moraes Sarmento
Cia Fabril de Juiz de Fora
Cia Fiação e Tecelagem Industrial Mineira
Cia Fiação e Tecelagem Moraes Sarmento
Cia Fiação e Tecelagem Santa Cruz
Cia Fiação e Tecelagem São Vicente
Cia Industrial e Construtora Casa Pantaleone
Cia Industrial e Merc. Renato Dias
Cia Mechanica George Grande
Cia Mineira de Eletricidade
Cia Têxtil Bernardo Mascarenhas
Cia Usinar Nacionaes
Cícero Tristão
Cine Teatro Paz
Cinematógrafo
Claudio A. Stampf
Claudimiro José de Mello
Clodomiro Succi
Clóvis de Rezende Jaguaribe
Clóvis Mascarenhas
Club Juiz de Fora
Clydir Caetano Pinto
Companhia de Laticínios de Juiz de Fora
Confeitaria Rio de Janeiro

Conrado Munck
Constantino Valente
Construtora Mineira S.A.
Cordiali e Contrucci
Coronel Albino Machado
Coronel Theodorico de Assis
Cortume Krambeck
Costa Irmãos & Cia
Culto Evangélico Alemão
Custodia Rodrigues da Cruz
Custódio da Silva Braga
Custódio José da Silva
Custódio Tostes
Custódio Vaz
Cypriano da Conceição Las Casas
D. Alvina Araujo Alves
D. Herenia Procopio Rodrigues Valle
D. J. Dirceu de Andrade
D. Jovina Maria de Jesus
D. Lucrecia Rodrigues
D. Margarida Cormir
D. Maria Amelia Silva Silveira
D. Rosa Pero Trifilio
Daniel Corrêa
Darcy Mendonça
David Waltemberg
Delphino da Costa Carvalho
Delsicco Ludovino
Delvair A. da Silva
Delvair Allevato da Silva
Dennis Andrews
Deocleciano Teixeira de Carvalho
Deodoro Barbosa
Desiderio Donatto
Desiré Depré

Detlef Krambeck
Didino Francisco de Paula
Diolinda Augusta Ferreira
Diolinda Ferreira Brazil
Dodsmorth & Cia
Domiciano Monteiro Lara
Domingos Alvez Novaes
Domingos Antônio Teixeira
Domingos e Nicolau Caiafa
Domingos Guedin
Domingos José Sobreira
Domingos Queroni
Domingos Rodrigues do Cruzeiro
Domingos Tortoriello
Donatário de Oliveira Bemfeito
Dorvina das Dores
Dr. Alberto Andres
Dr. Joaquim R. Oliveira
Dr. José Barbosa
Dr. Manoel Gonçalves Coelho
Drogaria Americana
Durval P. de Moraes
Edgar Lamarão
Edgard Quinet Andrade Simões
Eduardo Alves dos Reis
Eduardo Borges de Mattos
Eduardo de Carvalho
Eduardo de Menezes
Eduardo dos Santos
Egidio Meggilaro
Elias Miguel Said
Eliza Meurer
Eliza Wnzel
Elmira de Oliveira
Eloy de Araújo

Elvira Lanza
Emerenciano Pereira de Almeida
Empresa de Bondes
Eneas Mascarenhas
Erico de Oliveira
Ernani Baptista de Magalhães
Ernestina Milagres
Ernesto Barezzi
Ernesto Padorani
Ernesto Tonelli
Escola Normal de Juiz de Fora
Escola Paroquial
Escola Sagrado Coração
Esmeraldina Couto e Silva Miranda Lima
Esperança Milagres
Esperança Ribeiro da Conceição
Espiridião Gabriel
Esther F. Graff
Euclides Chrispim
Euclides Chrispim
Euclides Souza Lima
Eugênio Barbosa da Silva
Eugenio de Souza Lima
Eugênio Ribeiro Bastos
Eugênio Teixeira Leite
Eurico de Mello
Eustachio A. Ferreira
Evangelin Crivellari
F. A. Barbosa
F. A. Cunha
F. Daibert
F. J. Kascher & Irmãos
Fábio Almeida Magalhães
Fábrica de Cerveja
Fábrica de Tecidos

Faustino de Souza Moreira
Federação Operária Mineira
Feliciano Campagnacci
Feliciano da Silveira Bulcão
Felicidade de Souza Alves
Felício Baldi
Felício de Giácomo
Felicíssimo Antônio de Siqueira
Felipe Paletta
Felippe Benatti
Felippe Berberick
Felippe Brahim
Felippe George
Felippe Henrique Georg
Felismino Evaristo de Oliveira
Félix Antônio da Rocha
Fernando Bronté
Fernando Pingetti
Fiação e Tecelagem Moraes Sarmento
Figueiredo, Corrêa & Cia
Firmino Frederico Junior
Fiúza, Cortez & Almeida
Flausino Francisco Marques
Flávio Dias de Carvalho
Florêncio Nunes
Florêncio Pimenta de Oliveira
Florencio Vieira da Costa
Fortunato Domingos da Costa
Fraga & Costa
Francino Salzer
Francisca Luiza de Athayde
Francisco Alves Barbosa
Francisco Alves Vieira
Francisco Anibal de Oliveira Gomes
Francisco Anibal Zacaron

Francisco Antonio Brandi
Francisco Antônio de Souza Reis
Francisco Aquino de Oliveira
Francisco Augsuto Pinto de Moura
Francisco Azarias Villela
Francisco Baptista Pinto
Francisco Bessa Leite
Francisco Bonsanto
Francisco Borges de Mattos
Francisco Botti
Francisco Bronté
Francisco Caetano
Francisco Cardoso de Mello
Francisco Carlos Miranda
Francisco Carvalho de Moura
Francisco Cathorid Schmidt
Francisco Coelho da Silva Nunes
Francisco Coelho dos Santos Monteiro
Francisco das Chagas Sobreira
Francisco de Aquino Oliveira
Francisco de Assis Ferreira Bretas
Francisco de Assis Ribeiro
Francisco de Carvalho
Francisco de Paula Bicalho
Francisco de Paula Ferreira e Costa
Francisco de Salles Oliveira
Francisco de Souza Ribeiro
Francisco Dias
Francisco Dias de Almeida
Francisco Esterci
Francisco Eugênio de Rezende
Francisco Evangelista
Francisco Falci
Francisco Faulhaber
Francisco Freerz

Francisco Ignácio Monteiro de Andrade
Francisco José da Silva
Francisco José de Sousa Pires
Francisco José Falci
Francisco José Kascher
Francisco Leite de Oliveira
Francisco Lucatto
Francisco Luiz de Barros
Francisco Miranda
Francisco Muller
Francisco Notaroberto
Francisco Pastori
Francisco Ribeiro Almeida Junior
Francisco Ribeiro da Rocha
Francisco Russi
Francisco Solano Braga
Francisco Ventura
Francisco Victorino
Francisco Xavier de Moura
Francisco Zacaron
Francisco Jeuz
Franklin Fernandes Mattos
Frederico Carrato
Frederico Cioni
Frederico Conrado
Frederico de Assis
Frederico Guilherme Hempres
Frederico Schwarten
Freerz Irmão & Cia
Gabriel Dias Tostes
Gabriel dos Reis Vilella
Gabriel Soares
Gabriel Spinelli
Gabriel Villela de Andrade
Gabriela Antunes

Galileu de Souza
Galuzzi & Cia
Gelli
Genaro Norella
George Francisco Grande
George Kuffer
Geraldino José da Silva
Geraldo Bretas
Geraldo Pedro Olver
Geraldo Rezende
Germano Otto
Gertruda Gerhein
Getulio Machado
Gil Garazo
Gilásio de Almeida
Giuseppe Delfio
Giuseppe Segmantini
Gomes Alves & Cia
Gonçalves de Moura
Gonsalves (Silva)
Granato, Irmão & Cia
Grupo Escolar de Mariano Procópio
Guido Carrara
Guido Lodi
Guilherme dos Santos & Cia
Guilherme Eduardo Moraes de Mello
Guilherme Ferrari
Guilherme Henrique de Almeida
Guilherme Rudiger
Guilhermino Taveira
Gumercindo Rodrigues de Oliveira
Gustavo de Paula Villas Boas
Gustavo Ferreira Alves
Gustavo Larcher
Gustavo Luz

Gustavo Villas Boas
H. Sastre & Cia
Habib Geara
Hamlet Ciampi
Haus Rappel
Heitor Vieira de Rezende
Henrique Alvim de Menezes
Henrique Barezzi
Henrique Batista Corrêa e Castro
Henrique Dionísio
Henrique Ferreira Dias
Henrique Gueren
Henrique Kascher
Henrique Kehler & Ardúrio Pederzoni
Henrique Mussel
Henrique Pedro Thees
Henrique Ribeiro Coimbra
Henrique Sérgio Souza
Henrique Surerus
Henrique Surerus & Irmão
Henrique Surerus Sobrinho
Hereyia Procopio Rodrigues Valle
Hermann Erhardt
Hermenegildo Dionísio
Hermenegildo Villaça
Hilário Pereira da Silva
Honorato Munck
Honório Ferreira da Cunha
Honório José Fernandes
Horácio de Medeiros Silva
Horácio Fonseca
Horácio Fonseca
Horácio José Moreira
Horácio Simões Corrêa
Hortolani Carlos

Hospital Santa Helena
Hubaldo Raiz Tavares Bastos
Hugo Becker
Hugo de Andrade Santos
Hugo Gavioli
Humberto de Assis
Humberto Martins Vieira
I. Pereira Garcia
Ignácio da Conceição
Ignacio de Souza
Ignácio Ernesto Nogueira da Gama
Ignácio N. Damelis
Igreja da Glória
Igreja do Rosario
Ildefonso Gomes
Instituto Comercial Mineira
Instituto Granbery
Iquez Pereira Garcia
Iraltina Bastos
Irineu Rocha
Irmã Lourença Corte
Irmãos Grippi
Isaías J. Macário
Isaura Carneiro Leão
Isidoro Brada
J. Ferreira Leite
J. Gomes Fraga
J. M. Milozo
J. Mirandella & Cia
J. Nephtalin & Gomes
J. Ribeiro & Cia
J. W. Tarboux
J.J. Taylor
Jacob Antônio de Abreu
Jacob Bechtluft

Jacob Becker
Jacob Becker
Jacob Conrado
Jacob Dose
Jacob e Jorge kneip
Jacob Helt
Jacob Kneip Sobrinho
Jacob Kneipp
Jacob Schlittler
Jacob Steffan
Jacomo Trifilio
Jair Costa
Januário Corrêa
Jardim Municipal
Jayme Damasco da Costa
Jayme Marins
Jayme Silva
Jean François
Jean François
Jeronymo Rocha
Jesuíno Tozze Americano
Joanna Ruas da Silveira
João Albano Vaz Pinto
João Alexandre Batista
João Alves da Britto
João Antunes de Carvalho
João Augusto Massena
João B. Sehmman
João Borges de Mattos
João Calaes
João Cardoso Corrêa de Almeida
João Cardoso Pinto
João Carlos Garcia
João Corrêa
João Corrêa Barbosa

João Crivellari
João Cruzeiro do Nascimento
João da Silva
João Damiani
João de Mattos
João de Mattos Lemos
João de Oliveira
João Dielle
João Emílio da Costa
João Evangelista da Silva Gomes
João F. Lopes
João F. Mendonça Sobrinho
João Fellet
João Ferreira
João Ferreira Lopes
João Francisco da Cruz
João Francisco Salles
João Freerz Sobrinho
João Gomes da Silva
João Helt
João Henrique Dielle
João José de Mello
João José Vieira
João Kascher
João Kiffer Filho
João Kneipp
João Larzarini
João Lautério
João loures Valle
João Luiz Rufulo
João Lustosa
João Marinelli
João N. Cruz
João Navano
João Nunes Lima

João Nunes Valle
João Pereira
João Pereira Soares
João Pestana
João Pinto
João Polito
João Quintino Ribeiro Oliveira e Silva
João Reinaldo
João Severo de Alcantara
João Staňek
João Stelhing
João Strehle
João Surerus
João Tanucio
João Teixeira Lopes
João Tostes
João Tozzi
João Vianna de Oliveira
João Werner
João Zago
Joaquim Almeida
Joaquim Alves Catalão
Joaquim Alves Martins
Joaquim Antônio de Almeida
Joaquim Augusto de Campos
Joaquim Cardoso Alves
Joaquim Casimiro de Figueiredo
Joaquim Coelho Dias
Joaquim de Almeida
Joaquim Dias da Silva
Joaquim Duarte
Joaquim Ferreira
Joaquim Ferreira da Costa
Joaquim Francisco
Joaquim Garcia de mello

Joaquim Gino da Rocha
Joaquim Gonçalves Coelho
Joaquim Luiz da Silva
Joaquim Manoel do Nascimnto
Joaquim Pedro de Moraes
Joaquim Pereira
Joaquim Pereira Pinho
Joaquim Pinto Ribeiro
Joaquim Rodrigues de Araújo
Joaquim Rodrigues Ladeira
Joaquim Silva
Joaquim Simeão de Faria
Joaquina Pinto Oliveira
Jocelino Pereira da Silva
Jonas Salustiano
Jorge Helt
Jorge Junior
Jorge Knifer
Jorge Miguel & Irmão
Jorge Pereira
Jorge Rodrigues Braga
Jorge Salim Hhebe
José Alves
José Antônio e Irmão
José Antônio Magaldi
José Antonio Picorelli
José Antunes de Carvalho
José Apolônio dos Reis
José Augusto
José Baptista dos Santos
José Benedicto de Lima
José Bento de Vasconcellos
José Borges Lourenço
José Brigatto
José Caetano Pinto

José Cândia Americano
José Cardoso
José Carlos Duarte
José Cassiano Dutra
José Cesário Monteiro da Silva
José Coelho da Silva
José Corrêa
José Custódio da Silva
José da Silva Barbosa
José de Almeida Saldanha
Jose de Barros Campos
José de Rezende Loures
José Defeo
José do Couto Martins
José dos Reis Meirelles
José Eloy de Araújo
José Elyeser de Oliveira Pedrosa
José Ernesto
José Fazza
José Felipe Ludolf de Mello
José Ferreira Leal Braga
José Florentino
José Francisco Alves
José Francisco de Paula
José Francisco Ribeiro
José Garcia Junior
José Gomes Cardoso
José Gomes da Silva
José Gomes Fraga
José Gomes Lavradore
José Gregório da Silva
José Guarim
José Honório Machado Magalhães
José Joaquim Pinheiro Machado
José Kneipp

José Larcher
José Leonel
José Leotini
José Lobato
José Lottini
José Luchesi Loures
José Luiz de Barros
José Marcelino de Oliveira
José Maria de Rezende
José Maria Vilella
José Mariano C. Leão Junior
José Mariano Pinto Monteiro
José Marini
José Mário Vilella
José Marques da Costa
José Marques de Almeida
José Marques de Mello
José Mendes
José Mendes Junior
José Miranda
José Moacyr Rabello
José Monachesi
José Moura Sobrinho
José Muller
José Otávio Winter
José Oyer Pereira da Silva
José Patrocínio de Paula
José Pedro da Silva
José Pedro Martins
José Perotta
José Pinto Affonso
José Pinto Cardoso Sobrinho
José Pressi
José Procópio Teixeira
José Raphael de Souza Antunes

Jose Ribeiro Filho
José Roberto da Silva Oliveira
José Roberto de Oliveira
José Rodrigues da Silva
José Rodrigues de Paiva
José Rubioli
José Segantini
José Silva
José Soares de Novaes
José Spinelli
José Stephan
José Stephem
José Stockmeyer & Gensrico de Brito
José Teixeira da Silva Sobrinho
José Theodorico do Nascimento
José Theotonio Ferreira Bretas
José Tortoriello
José Vicente dos Santos
José Vicini
José Vilella
José Weiss
José Zagbetto
Josefina Zaquitti
Josephina Bretas
Josino Andrade Aragão
Josué Leite Ribeiro
Jovelina Pereira Gomes
Jovelino A. Oliveira
Jovino Ribeiro Ribeiro
Julia Girardi
Julião Ribeiro George
Julio Barezzi
Julio de Gouveia
Julio Giancoli
Júlio Menini

Júlio Xavier
Juscelino Gonçalves de Oliveira
Juvenal J. de Oliveira
Krambeck & Irmãos
Kremer de Castro
L. V. de Azevedo
Laura de Macedo Bretas
Laurinda de Souza Oliveira
Laurinda de Souza Oliveira
Laurinda Machado da Silva
Laurindo Gomes de Souza
Laurindo Ribeiro de Assis
Layr Gonzaga
Leocádia V. Machado Pereira
Leôncio Bello Pimentel Barbosa
Leonilda Almeida Cortez
Leonor Ferreira de Mello
Leopoldino de Araújo
Leopoldo Ambrósio
Levindo Gomes Sabará
Lidônio Nery de Carvalho
Lindolpho Linhares
Lino Soranço
Lobato, Souza & Cia
Lourenço Borotto
Lozzano Vignoli
Lucas Lopes
Ludovico H. Polini
Luiz Alevatto
Luiz Araujo Lessa
Luiz Ballardini
Luiz Barbosa
Luiz Chripim
Luiz Christovam Dias
Luiz de Andrade

Luiz de Souza Brandão
Luiz Dilly
Luiz Fesch
Luiz Kelmer
Luiz Leonello
Luiz Lourenço Rodrigues
Luiz Marangon
Luiz Mendes de Oliveira
Luiz Netto
Luiz Perry
Luiz Rodrigues da Silva
Luiz Sansão
Luiz Schelgshirno
Luiz Turolla
Luiza de Almeida
M. Duarte da Silveira
Macedônio José de Souza
Magdalena Ollevato Pinto Grijó
Major Bastos Coelho
Malharia Sedan S. A.
Manoel Alves Baptista
Manoel Barbosa de Castro
Manoel Barros
Manoel Bernardino de Barros
Manoel Caetano Pinto
Manoel Carolino de Sant'Anna
Manoel Castro
Manoel Cordeiro Junior
Manoel da Chagas Andrade
Manoel de Almeida Ramalho
Manoel de Aquino Ramos
Manoel Delfino Alves
Manoel dos Santos Palmeirão
Manoel Emílio Ferreira
Manoel Esteves

Manoel Faria & Cia
Manoel Ferreira da Silva
Manoel Ferreira Dias
Manoel Ferreira Dias Sobrinho
Manoel Ferreira Victória
Manoel Gaspar
Manoel Gonçalves da Silva
Manoel Honório de Campos
Manoel Ignácio Terra
Manoel Joaquim Esteves
Manoel Joaquim Maria
Manoel Jorge Fernandes
Manoel José Joaquim
Manoel Lourenço Calaes
Manoel Outeiro Junior
Manoel Pereira da Silva
Manoel Simões de Oliveira
Manoel Teixeira de Faria
Manoel Vidal Barbosa Lage
Manuel Cordeiro Junior
Manuel Gonçalves da Silva
Manuel Pinto de Aguiar
Marcelino Palmeiras
Marcelino Vaz de Magalhães
Marcos Rossi
Margarida Rodrigues Trigo
Maria Brás de Giácomo
Maria Brugger
Maria Christina da Silva
Maria da Conceição Duque
Maria da Conceição Monteiro de Andrade
Maria da Glória Ribeiro
Maria de Lourdes Horta
Maria do Nascimento
Maria Eduarda do Sacramento

Maria Ferreira de Almeida
Maria Ferreira Lage
Maria Ignacia Catalão
Maria Ignácio Catalão
Maria Joaquina da Costa
Maria José de Souza Cunha
Maria José Tostes
Maria Leonor Cândida Leite Fonseca
Maria Luiza da Costa
Maria Luiza Jaguaribe
Maria Magdalena
Maria Mascarenhas de Lima e Silva
Maria Rodrigues Silva
Maria Valentina Jesus
Maria Violeta Belfort Lage
Marino Montal
Marino Montal
Mario Arcuri
Mário Baptista de Castro
Mario Ferreira da Cunha
Mario Lopes Sampaio
Mario Manackezi
Mário Monachesi
Mário Pereira de Lima
Marques & Vaz
Martinho Carneiro Pinto
Martinho da Rocha
Martinho Pereira da Silva
Martinho Pereira Júnior
Martins do Couto Jorge
Martins Ferreira & Cia
Matadouro Municipal
Maud Wood de Lemos
Mauricio Vichansky
Maximiano Augusto Pinto

Maximiano Menini
Medeiros & Martins
Mercado Municipal
Michette, Souza & Cia
Miguel Ângelo Sirimarco
Miguel Carello
Miguel hailzal
Miguel Lamarca
Miguel Mauler
Miguel Notaroberto
Miguel Pereira de Souza
Miguel Precioso
Miguel Teperini
Miguel Tozzi
Motta & Martins
Moysés Anastacio da Silva
Múcio Martins Vieira
Nagem José Assad
Narciso Coelho & Irmão
Narciso Coelho da Silva
Naweu Gabriel Sffeir
Nelson Henriques
Nereu Cremonesi
Nestor Vasconcellos
Nicolau Banza
Nicolau Dille
Nicolau Filizola
Nicolau Jacob Scoralick
Nicomos Damasco Costa
Norberto de Medeiros Silva
Norival Gonçalves
Octavio Cotta
Oddoni Turolla
Olga de Carvalho Soares
Olympio Magalhães

Olympio Reis
Onofre Mendes
Orestes Velloso
Orlando Alvarenga
Orlando Ferreira Lage
Orosimbo Vasconcellos
Orville Derby A. Dutra
Oscar Meurer
Oscar Moreno
Oscar Paviato
Osmar da Silveira
Osmar Silvara
Osvaldo Veloso
Oswaldo Carneiro Pinto
Oswaldo de Almeida Brandão
Oswaldo Velloso
Othelino Ciampi
Ottello Ciampi
Ottoni Tristão
Ovidio Evangelista de Paula
Palace Hotel
Palmira Falci
Pantaleone Arcuri
Pantaleone Arcuri & Spinelli
Pantaleone Arcuri & Timponi
Paola Gomes
Paolo Modanesi
Parque Halfeld
Paschoal Granato
Pasquale Boccia
Paulina Augusta da Silva
Paulino Ferreira Brum
Paulino Rodriguel de Oliveira
Paulo Olympio Rocha
Paulo Tirapani

Pe. Lourenço Musacchio
Pedro Alves da Silva
Pedro Antônio Freesz
Pedro Antônio Meurer
Pedro Augusto Rodrigues da Costa
Pedro Bellotti
Pedro Biancoville
Pedro Bonsanto
Pedro Borgiona
Pedro Botti
Pedro Carlos Bertolin
Pedro Casteliani
Pedro Cerqueira Lage
Pedro Christiano e Irmão
Pedro Christiano Gerherire
Pedro Christovão e Irmão
Pedro Correa Vargues
Pedro Couri
Pedro de Aquino Ramos
Pedro Freess
Pedro Gaburri
Pedro Gonçalves de Oliveira
Pedro Groia
Pedro José Fillet
Pedro Lucci
Pedro Luiz da Silva
Pedro Magaldi
Pedro Orlando Scaldini
Pedro Pereira Neto
Pedro Procópio Filho
Pedro Procópio Rodrigues Valle
Pedro Scapim Querino
Pedro Schubert
Pedro Timponi
Pedro Weckmiller

Pereira Canuto & Cia
Perotta & Groia
Perpétua Perasini
Perugini Brescia
Peter Rossi
Petronilha Carlota de Sousa
Philippina Kascher
Philippina Stiebler
Picoreli e Cia Ltd
Pires, Lott & Cia
Pitta Maria Netta
Plinio Celestino de Castro
Plinio Wood Correa e Castro
Pocedônio José de Souza
Pollato & Martins
Porfirio Augusto de Assis
Portilho de Souza Mattos
Posto Picorelli
Prefeitura Municipal de Juiz de Fora
Presciliana Rocha
Prisciliana de Queiroz Carneiro Mourão
Procópio José de Andrade
Procópio Pacheco de Castro
Queiroz & Irmão
Quintiliana Maria de Jesus
R. Neubruer
Radio Sociedade de Juiz de Fora
Raphael Barone
Raphael Magaldi Sobrinho
Raphael Segura
Raul de Abreu
Raul Ferreira de Carvalho
Raul Hungria
Raul Penido
Raul Salim Atallah

Recolhimento São Vicente de Paula
Reinor Sobreira
Renato Dias
Rezende & Cia
Ribeiro de Oliveira & Cia
Ricardo Fortini
Rita Augusta Pinheiro Chagas
Rita de Moraes
Rivelli & Cia
Rocha & Cia
Rodolfo Turatti
Rodolph Portes Mendes
Rodolpho Neubauer
Rodolpho Pontes Mendes
Rodolpho Schlaucher
Rodolpho Turatti Filho
Roldão Rodrigues
Romão Otto
Romeu Abreu & Cia.
Romeu Biancolle
Ronulpho M. Brandão
Roque Picorelli
Roque Rotondo
Rosa Augusta de Castro Monteiro de Barros
Rosa da Silva Gomes
Rosa Ressi da Silva Gomes
Rosário Falci
Rosendo Jose de Oliveira
Rubens Campos
Rubens de Nóbrega
Rufina Marianna de Jesus
Sabino Tortura
Saint Clair José de Miranda Carvalho
Salvador Notaroberto
Salvador Trifilio

Samuel José Ribeiro
Saneamento da Cidade de Juiz de Fora
Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora
Santo Colsera
Santo Marcollino Tasca
Sartunino Ribeiro Pereira
Sastré & Salse
Scarlatelli, Procópio & Cia
Sebastião Angelo de Campos
Sebastião Barbone
Sebastião Candido do Amaral
Sebastião Caron
Sebastião de Paiva
Sebastião Dutra da Motta
Sebastião Fernandes Dias
Sebastião Ferreira da Silva
Sebastião Marques
Sebastião Monteiro de Rezende
Sebastiao Soares Leite
Sebastião Villar
Segen Calil Estefen
Segen Gabriel Sffeir
Senhorinha de Resende
Serafim José Antunes
Sérgio Braidá
Sérgio da Silva
Sérgio Tavares da Silveira
Serio Tasca
Severino Belfort de Andrade
Severino Costa Irmão
Severino José Affonso
Severino Vidal Barbosa Junior
Silva Braga
Silveira Teixeira
Silverio de Medeiros Velloso

Silvino Ribeiro de Almeida
Silvio de Oliveira
Silvio Benjamin Meggiolaro
Simões e Silva
Siqueira & Monteiro
Sirillio Virgilio
Sociedade Anonima Henrique Sureros
Sociedade Auxiliadora Portuguesa
Sociedade Beneficente de Juiz de Fora
Sociedade Italiana de Mútuo Socorro
Solano Braga
Souza Alves
Souza, Gerin & Cia
Sport Club Renato Dias
Stumpff & Cia
Sylvio Mazzini Netto
Tenente Henrique Guilherme Muller
Tentônio Sampaio
Theocrio Moreira Gomes
Theodoro Gomes
Theophilo Guimarães Fortes
Thereza de Jesus
Thereza Maria Rodrigues
Thereza Pereira Nunes e outros
Thomas M. de Aquino Leite
Thomaz Bernadino
Thomé Antônio Sobreiro Maia
Tiglio Marchiori
Tobias Tolendal
Torquato dos Santos Passos
Torquato Gomes de Azevedo
Tortoriello & Irmão
Ubaldo Rodrigues Tavares Bastos
Ulysses Cardoso
Umberto Berutte

Umberto Luigi Lovisi
Urbana Reis
V. Antonio Carlos Pereira
Valentim Dore
Velódromo Mineiro
Venâncio de Aguiar Café
Venerando Bronte
Ventura & Tortoriello
Ventura Pereira de Souza
Ventura Pereira de Souza
Vicente Botti
Vicente Cordiali
Vicente de Paula D'Assunção César
Vicente Falci
Vicente Fernandes da Silva
Vicente Granato
Vicente Magaldi
Vicente Martelli
Vicente Peruggini & Irmão
Vicente Perugini
Vicente Picorelli
Virgilio Bertolozzi
Virgílio Bisaggio
Virgílio José Teixeira
Virgínia Biancoville
Virgínio da Silva Araújo
Vitaliano de Albuquerque Mello
Viúva Fortes
Viúva Stiebler e Filhos
Waldemar Baptista Leite
Walter Bastos
Willy Seihting
Wumbaldo Thilemann
Zefferino de Andrade

Fontes: ARQUIVO HISTÓRICO DA CIDADE DE JUIZ DE FORA. Plantas Arquitetônicas, 1890-1939. Caixas 1-40.

Anexo 5 – Lista de projetistas encontrados em projetos para construções, Juiz de Fora (1890-1939)

A. E. Toledo
Abihb Merlhi
Adelino Terror
Adolpho Kneipp
Alberto de Souza
Angelo Crivellari
Anthero Alexandrino
Anthero Alexandrino
Antônio Colsera
Antônio Gomes Júnior
Antônio Scapim Querino
Aristides & Moreira
Aristides Moreira
Bastos & Lemos
Bastos Júnior
Baunini
Belmiro P. Amarante
Bento Veleirinho
Brunner
Camillo Defeo
Campello
Carlos Leite
Carlos Stiebler
Cia Construtora Casa Pantaleone
Cia. Pantaleone Arcuri
Diogo Rocha
Eliseo Barreto
Ermeliindo Spignolon
Eustachio Antônio Ferreira
F. Schultz
Faustino de Souza Moreira

Felippe Benatti
Felippe Henrique Georg
Ferruccio Sangiogi
Florentino Bruno
Francisco Batista de Oliveira
Francisco Coelho da Silva
Francisco Pereira da Silva
Francisco Solano Braga
Francisco Timponi
Gabriel Galante
Galuzzi & Cia
Gaulino Silva
Hamlet Ciampi
Henrique Surerus
Humberto Chiaini de Oliveira
J. Boaretto
J. Boretti
J. G.
Jacob Kneipp
João Augusto de Carvalho
João Borges de Mattos
João Ferreira Leite
João Henrique Dielle
João Lustosa
João Lustosa
João Staňek
João Surerus
Joaquim Bejanaro
Joaquim Fernandes Ribeiro
Joaquim Rodrigues de Araújo
José Abramo
José Cavanellar Moreyra
José de Paula
José do Couto
José do Couto Martins Júnior

José Kneip
José Larcher
José Larcher
José Mendes Júnior
José Paletta
José Pedro de Souza
José Sarcher
Lauro Rodrigues Valle
Luiz Fernandes Pinto
Luiz Leonello
Luiz Murucci
Luiz Perry
Luiz Turolla
M. P. de Cerqueira
Manoel Ferreira Victória
Maranha
Marcos Schmitz
Matheus Kascher
Miguel Mauler
Miguel Notaroberto
Narciso Coelho & Irmão
Nelson Almeida
O. de Andrade
O. Meurer
Octávio van Erveuf
Otto Salzer
Padre Arthur B. Hoyer
Pantaleone Arcuri
Pantaleone Arcuri & Spinelli
Pantaleone Arcuri & Timponi
Paulino Joaquim de Lima
Paulo Correa e Castro
Pedro Casteliani
Pedro de Faria Bastos
Pedro Faria Bastos

Pedro Scapim Querino
Pedro Timponi
Perotta & Groia
Procópio Ladeira
Raphael Arcuri
Raul Lemos
Reginaldo Arcuri
Reynaldo Muller
Robinson Lage
Salvador Notaroberto
Sangiorgi
SFOP
Sylvio Carvalho
Sylvio Trevisani
Tartaglia Angelo Disegnatore
Valentim Surerus

Fontes: ARQUIVO HISTÓRICO DA CIDADE DE JUIZ DE FORA. Plantas Arquitetônicas, 1890-1939. Caixas 1-40.